

# CADERNOS DA OFICINA SOCIAL

7

## **Agricultura Familiar e o Desafio da Sustentabilidade**

**OFICINA  
SOCIAL**  
CENTRO DE TECNOLOGIA,  
TRABALHO E CIDADANIA

Rio de Janeiro  
2001

A 278 Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade. — Rio de Janeiro : Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001.

143 p. ; 24 cm. — (Cadernos da Oficina Social ; 7. ISSN 1518-4242).

Inclui bibliografias.

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural sustentável. 3. Desenvolvimento local. 4. Organização social. I. Série.

CDU 316.42

**Coordenação**

André Spitz, Gleyse Peiter

**Edição**

Oficina Social

**Equipe Técnica**

Amélia Medeiros, Sarita Berson

**Organização dos artigos para esta edição**

Vicente Galileu Ferreira Guedes, Edson Diogo Tavares

**Assistência da Organização**

Carmen Dolores F. Ribeiro Guedes

**Projeto gráfico original**

fernandocbueno@openlink.com.br

**Adaptação do projeto gráfico para esta edição e capa**

Ednéa Pinheiro da Silva

**Apoio**

COEP/EMBRAPA

**Foto capa**

J. R. Ripper (Arquivo Furnas)

A reprodução dos artigos é permitida, desde que citada a fonte.

**Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania – Oficina Social**

Centro de Tecnologia, Bloco I - 2000 MT-05 COPPE/UFRJ

Ilha do Fundão – 21945-970 Rio de Janeiro-RJ

Telefax: (21) 562-8074

[www.coeptec.org.br](http://www.coeptec.org.br)

[oficinasocial@coppetec.coppe.ufrj.br](mailto:oficinasocial@coppetec.coppe.ufrj.br)

## Mensagem da Direção

A construção de um Novo Mundo Rural, conciliando aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais é hoje um dos grandes desafios que se impõe para a sociedade brasileira.

Na concretização desse projeto que envolve, em princípio, formas inovadoras e mais equilibradas de desenvolvimento, a agricultura familiar sustentável surge como importante estratégia de geração de alternativas de sustento para as famílias, criando condições para a melhoria da qualidade de vida da população e fixando o homem no campo. Conforme estudo realizado através de convênio INCRA/FAO, utilizando dados do IBGE, a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro, mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9 do pessoal ocupado. No entanto, o acesso à tecnologia e a integração ao mercado ainda são muito reduzidos para uma parcela significativa desse segmento, principalmente na região nordeste do país.

Conscientes da importância da agricultura familiar na construção de uma nova estratégia de desenvolvimento para o País e tendo em vista a necessidade de se avançar nesse debate, a Embrapa e a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, em parceria com outras entidades, somaram esforços para a viabilização do Seminário Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade, realizado no período de 9 a 11 de dezembro de 1998 em Aracaju-Sergipe.

A Oficina Social/COEP, uma das convidadas para participar do evento, assumiu a responsabilidade de produzir uma publicação sobre os temas debatidos no seminário.

O Caderno 7 da Oficina Social - Agricultura Familiar e o Desafio de Sustentabilidade, reunindo artigos elaborados por membros da Comissão de Sistematização do referido seminário, é o resultado do compromisso assumido. Salientamos que os textos assinados representam o pensamento dos autores e não, necessariamente, a opinião das entidades patrocinadoras da Oficina Social.

Esperamos com essa publicação, poder contribuir para o enriquecimento do debate sobre a questão rural no Brasil e, quem sabe, subsidiar o estabelecimento de alternativas e políticas para o meio rural que tenham por cerne a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda para uma população que necessita ser incluída no processo de desenvolvimento econômico - superando desigualdades e promovendo cidadania.

Por fim, queremos expressar nossos agradecimentos a todos os colaboradores deste Caderno, especialistas de renome que trazem informações e reflexões importantes sobre os rumos da agricultura familiar. Agradecemos, especialmente, a Murilo Flores, valorizando com sua experiência e conhecimento a Página Livre, e a Vicente Galileu Ferreira Guedes, coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Rural da Oficina Social, pela organização deste número dos Cadernos da Oficina Social, que traz como tema uma das questões mais atuais da agenda nacional.

**André Spitz**



## Sumário

- 7 **Página Livre**
- 15 **A agricultura familiar diante de seus desafios para a sustentabilidade: uma visão introdutória**  
*Vicente Galileu F. Guedes e Edson Diogo Tavares*
- 37 **Desenvolvimento rural: algumas considerações**  
*Dirce Mendes da Fonseca*
- 47 **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: superando obstáculos**  
*Vinicius Nobre Lages*
- 67 **Extensão rural e agricultura familiar**  
*Pedro C. Lima Neto*
- 75 **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**  
*Sueli L. Couto Rosa*
- 91 **O “Triângulo do Caos Global”: a atual mudança de época e as crises de percepção, identidade e compromisso**  
*José de Souza Silva*
- 125 **O desenvolvimento rural sustentável em questão**  
*Miguel Ângelo da Silveira*



# Página Livre

## **Agricultura Familiar: desafios e perspectivas**

*Murilo Flores\**

Afinal, qual a possibilidade real de fortalecimento da agricultura familiar diante do processo de globalização, abertura de mercados, crescimento da competitividade, ganhos de escala, redução de custos, incorporações de empresas e sofisticação tecnológica? A agricultura familiar é ou não um tipo de organização sem possibilidades de existência no novo século?

### **Desafios**

A resposta a essa questão é fundamentalmente de base política. A questão que deve ser respondida anteriormente a essa, é sobre que tipo de sociedade queremos. Uma sociedade com algumas grandes empresas fortemente competitivas em nível nacional e internacional, mas cada vez menos empregadora de mão-de-obra? A construção de uma economia moderna, limitada a uma parcela da população? Ou a prioridade na construção da sociedade está na busca da felicidade para todos, incluindo aí emprego, renda, saúde, educação, lazer, etc? Porque é a partir da resposta a essa pergunta é que podemos descrever a possibilidade da agricultura familiar. Em realidade, essa possibilidade está relacionada não só à agricultura, mas a atividades realizadas em pequena escala, em muitas unidades produtoras, em grande parte das atividades econômicas. A existência de muitas ações, como por exemplo, os bons resultados alcançados por catadores de lixo, organizados em cooperativas, em várias capitais do País, ou de pequenos projetos rurais de agregação de valor em atividades de estabelecimentos de economia familiar, ou ainda a exportação de guaraná por comunidades indígenas na Amazônia, demonstram que há muito espaço para iniciativas da sociedade no

---

\* Murilo Flores é Pesquisador da EMBRAPA e Coordenador-Técnico da Fundação Lyndolpho Silva. BNAF: (61) 340-6900, bnaf@bnaf.org.br - Brasília, DF.

sentido de se reduzir a pobreza rural e urbana. A sociedade precisa necessariamente se posicionar diante das opções de desenvolvimento, devendo ser esclarecida sobre as possibilidades, de forma a poder exigir políticas públicas coerentes com sua alternativa.

A crítica que se faz aos países europeus que derramam subsídios sobre a sua agricultura, precisa ser vista por outra ótica. O fato de que essas sociedades entendem que precisam manter empregos e a distribuição da renda, preservar a cultura local (fortemente apresentada através dos produtos agrícolas, da culinária e gastronomia) e ter seu território ocupado de modo mais conveniente, não deve ser percebido por nós como a resposta mais adequada à manutenção dos subsídios pelos europeus? É claro que os outros países, em particular os do terceiro mundo, devem reclamar porque esses subsídios e barreiras impedem a distribuição de renda a nível mundial, fazendo com que ela ocorra apenas no nível dos países que sustentam tais subsídios.

Mas a pergunta retorna ao Brasil: porque então nós não defendemos de forma mais ampla políticas públicas que fortaleçam os pequenos empreendimentos? E devemos observar ainda que nossas exportações são, principalmente, de grandes grupos econômicos, ligados a grandes propriedades, que cada vez empregam menos e, conseqüentemente, colaboram menos para a distribuição de renda. Subsidiar um grande empreendimento, na maioria das vezes, é diferente de subsidiar a garantia da estabilidade econômica e social. No Brasil, de acordo com os dados do IBGE, 2/3 do emprego urbano e 80% do emprego rural provêm da pequena produção. E grande parte dessa economia geradora da maioria dos empregos encontra-se na informalidade. O desafio da colocação deste vasto segmento na formalidade é imenso, mas fundamental para o desenvolvimento sustentável, desde os pontos de vista econômico, social, ambiental e político.

Não é extemporâneo o surgimento na Europa de figuras como o francês José Bové. Sua luta é pela sua manutenção, e de seus colegas agricultores, na atividade agrícola. É também pela preservação da identidade cultural e da ocupação produtiva. Precisa ser vista pelo ângulo da análise da estrutura de sociedade que queremos. A sociedade não pode ser globalizada sem perder sua identidade cultural ou sem que se elimine o emprego? E que papel o Estado deve desempenhar para equilibrar este processo? Não estão aqui em discussão os métodos utilizados pelo senhor Bové, mas a idéia no seu sentido mais puro. Até porque, alguns anos atrás, a militância ambientalista assustava a todos, com seu estandarte mundial, o Greenpeace, simbolizando um radicalismo, que para muitos, significava estancar o desenvolvimento. Mas quem hoje se atreve a não defender a bandeira da preservação ambiental? O assunto passou a estar na pauta das discussões não só de cientistas, mas de governos nacionais e da população em geral.

O que se quer dizer é que não adianta estarmos pensando se conseguiremos transformar ou não a massa de agricultores familiares que estão totalmente fora de mercado, cerca de 50% do total dos estabeleci-

mentos rurais de economia familiar, ou mesmo consolidar os que já participam desse mercado, enquanto não tivermos uma outra dimensão de organização de nossa sociedade. Esta percepção é que traz consigo políticas públicas adequadas. Por exemplo, novas oportunidades de mercado surgem para a agricultura. Novos produtos derivados de uma preocupação com a saúde e o meio ambiente, como os orgânicos e ecológicos, produtos com valor cultural agregado, produtos fitoterápicos, produtos naturais para usos como corantes, cosméticos, e tantos outros. Não só se fortalecem lojas e empresas especializadas nestes tipos de produto, mas eles já entraram nas grandes redes mais massificadas de distribuição. Também os produtos artesanais, com maior valor cultural agregado, encontram mercados importantes nos centros urbanos. A pergunta que nos cabe é se a agricultura familiar poderá ou não ocupar esses mercados, em nível nacional e internacional.

Isso, sem dúvida, dependerá das políticas públicas. Padrões tecnológicos compatíveis com a produção em pequena escala, legislação sanitária para processamento que seja não-excludente, mecanismos de comercialização que garantam a comercialização coletiva, assistência técnica que saiba construir a organização do processo de produção a partir do mercado, e um sistema de financiamento acessível aos agricultores, seriam as ações de maior destaque. Este último, um enorme desafio, na medida em que os bancos oficiais, cada vez mais, são cobrados para atuarem de acordo com as regras de mercado, mas não querem abrir mão de serem os agentes de execução das políticas públicas de financiamento, porque o preço seria sua privatização. No entanto, fazer com que os recursos de financiamento público cheguem a camadas menos favorecidas de nossa sociedade, é um ato de rompimento com essa situação que sempre existiu e que se agrava com a necessidade dos bancos estatais de atuarem cada vez mais como bancos comerciais, mesmo que tenham como acionista majoritário o Estado. O desafio é a construção de um sistema que atenda a essa demanda de modo adequado. Alguns pequenos passos estão sendo ensaiados ao nível do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, do Governo Federal, de modo a se estender o financiamento que hoje atinge aos agricultores familiares mais capitalizados, a aqueles que tem menor renda. Não dar acesso a algum sistema de crédito, é assumir a sua exclusão.

A reorganização institucional, portanto, é a base para criarmos alguma perspectiva de desenvolvimento, cujo objetivo seja a de inclusão desse contingente de agricultores que se encontram à margem do mercado, ou mesmo para que, os que de algum modo, participam do mercado, tenham melhores oportunidades de consolidação. Precisa ser compreendido que as instituições são definidas para atender a um determinado modelo de desenvolvimento. Se a população deseja que ocorram mudanças no quadro econômico e social, elas precisam ocorrer também em nível institucional. Organizações com novas estratégias, novas prioridades, novas formas de intervenção e pessoal adequadamente capacitado são necessárias para um novo projeto de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar.

Muitas experiências com êxito podem ser observadas no Brasil. Alguns sistemas de cooperativismo de crédito têm sido capazes de atender importantes demandas dos agricultores familiares, como é o caso do sistema CRESOL na região sul. Também importantes experiências de assistência técnica voltadas para o mercado podem ser encontradas em nível das entidades do Estado, privadas ou não-governamentais. Neste último caso, a experiência da Fundação Lyndolpho Silva é significativa, envolvendo sindicatos, associações, prefeituras e, principalmente, o agricultor familiar. Tanto na assistência técnica, do ponto de vista tecnológico, quanto de gerenciamento voltado para o mercado, fortalecimento ou organização de cadeias produtivas, reconversão das atividades, consolidação em novos espaços de mercado.

O desafio é imenso porque exige a compreensão da sociedade brasileira sobre caminhos alternativos de desenvolvimento, que contraria a lógica da construção de nossa identidade cultural e comportamental. Não podemos deixar de lembrar sempre que são cerca de 4 milhões e duzentos mil estabelecimentos em regime de economia familiar, o que representa cerca de 85% do total dos estabelecimentos rurais, ocupando 30% da área total e respondendo por aproximadamente 40% da produção agrícola nacional. Destacam-se a produção de fumo, mandioca, cebola, feijão, banana, milho, uva, soja, algodão, arroz e café, na agricultura, e suínos, aves e ovos, e leite, na pecuária, estando presente em todas as regiões do País. Mais uma vez se encontram no Sul/Sudeste os grupos de maior renda e no Nordeste concentra-se a maior quantidade de agricultores familiares de menor renda. O quadro geral da situação da agricultura familiar no Brasil pode ser melhor conhecido através da publicação chamada “Novo Retrato da Agricultura Familiar- O Brasil Redescoberto”, elaborada pelo convênio INCRA/FAO, analisando os dados do Censo Agropecuário de 1995/96.

## **Perspectivas**

Há a possibilidade de crescimento de um cenário favorável à agricultura familiar se consolidar como um elemento estratégico de desenvolvimento, com presença acentuada no mercado de produtos e tecnologias. As sociedades, altamente urbanizadas, vêm alterando tendências no consumo nos últimos anos. Cada vez mais cresce a busca por produtos diferenciados, sejam eles alimentos ou peças artesanais, passando por diversos outros tipos de produtos, como de higiene, saúde, cosmético. Também a população do meio urbano procura o lazer cada vez mais em atividades ligadas ao meio rural, e muitas vezes, até para moradia permanente.

Nas sociedades mais desenvolvidas, verifica-se no meio rural o surgimento de novas atividades que vêm criando perspectivas novas de renda e emprego. A isso, denominou-se de pluriatividade das famílias dos agricultores e ao processo que vem ocorrendo na agricultura de multifuncionalidade. As novas atividades

estão relacionadas a todo tipo de setor, que variam desde a já tradicional agroindustrialização, a própria industrialização deslocada para áreas rurais, todo tipo de serviço público ou privado, atividades ligadas ao meio ambiente, lazer e turismo. Há uma nova dinâmica nesses países, revigorando a capacidade de se estabelecer um processo de estabilidade na área rural e, conseqüentemente, na urbana. Esse processo também pode ser observado nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, e responde a parte considerável de novas ocupações geradas no meio rural. Os dados mais relevantes a esse respeito podem ser obtidos nos trabalhos realizados dentro do projeto denominado “Rurbano”, desenvolvido sob a coordenação do Professor José Graziano, da UNICAMP, tendo sido detalhado em diversos Estados.

As sociedades mais desenvolvidas têm garantido um padrão de vida elevado nas áreas rurais, o que tem permitido manter estável a população rural. Em realidade, novos conceitos de rural e urbano surgiram, com um dinamismo muito maior em torno das atividades econômicas que na realidade não encontram mais as fronteiras entre rural e urbano tão rigidamente definidas. As sociedades desenvolvidas, que têm no meio rural a base na agricultura familiar, puderam promover essa dinamização do meio rural, ofertando produtos agrícolas cada vez mais diferenciados, atendendo a demanda de consumo, viabilizando os novos papéis desempenhados pela população do meio rural.

As sociedades mais atrasadas, injustas, terceiro mundistas, subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, com a terminologia que queiram os estudiosos, podem repetir esse processo dos países mais desenvolvidos? Como compensar as altas cargas de subsídios que agricultores do primeiro mundo recebem, de uma sociedade que pode pagá-los? Qual a possibilidade de termos políticas que realmente promovam a desconcentração da renda e de melhoria generalizada de qualidade de vida?

A quantidade de experiências positivas no próprio Brasil, nem sempre com apoio de políticas públicas, sinalizam que há caminhos possíveis. Essa é uma questão que novamente nos remete para a pequena produção, seja ela rural ou urbana. Para que seja possível é fundamental, segundo o Professor Ignacy Sachs, a saída desses produtores da informalidade, transformando-os em empreendedores organizados. Essa característica da informalidade é uma marca muito presente em nossa economia. Mesmo no meio rural, tem sido fator impeditivo, por exemplo, de consolidação de inúmeros projetos de agregação de valor através de atividades agroindustriais. Outro fator que cita o Professor Sachs, é o que chamou de pluralismo tecnológico. Isto significa termos capacidade de gerar e implantar diferentes padrões tecnológicos, compatíveis com os grupos de produtores e de suas estratégias de competitividade no mercado. O reconhecimento desse papel da tecnologia não é algo tão claro para nossas instituições de pesquisa, quase sempre voltada para o desenvolvimento tecnológico do chamado *agribusiness*, denominação que, pelo menos em nível de Brasil, procura excluir os agricultores familiares.

O emprego de políticas compensatórias para o que deveria ser o desenvolvimento rural, definitivamente não dará condições de uma reestruturação sustentável. Um exemplo disso é a reforma agrária. Tradicionalmente realizada considerando apenas sua dimensão social, a reforma agrária foi implantada como uma das políticas compensatórias para a exclusão social. Nos últimos anos, tem sido feito algum esforço em mudar essa perspectiva. Isso só será viável, no entanto, com as mudanças no próprio apoio à agricultura familiar, na medida em que fazer a reforma agrária é criar novos agricultores familiares. Novamente retornamos à questão política, já que a sociedade brasileira precisa ter essa dimensão para que se possa promover as mudanças necessárias.

No entrelaçamento de diferentes atividades econômicas no meio rural, sejam elas agrícolas, industriais ou de serviços, na busca de novas oportunidades de mercado, marcadas pela crescente demanda por produtos diferenciados, na preocupação constante sobre qualidade de vida, saúde e meio ambiente, residem os principais espaços para a consolidação da agricultura familiar. Para isso, sem dúvida, dispor de instrumentos como certificações de qualidade e territorialidade, por exemplo, é fundamental para a identificação do consumidor com a oferta do produto. Tais procedimentos, tão utilizados atualmente nos países desenvolvidos, têm ajudado a consolidar a agricultura familiar desses países. Ao lado, claro, dos fartos subsídios.

A agricultura familiar pode se aproveitar dos interesses dos consumidores em produtos de alto valor cultural agregado, produtos com características de melhoria para a saúde e o meio ambiente, da integração do turismo rural com outros tipos de serviços, da criação de redes de pequenas agroindústrias que preservem características exigidas pelos consumidores, apoio à preservação/conservação da natureza, assim por diante. Parte dos agricultores familiares deve se transformar nos chamados *part time* (o que, em realidade, já vem ocorrendo em muitas partes do País), com dedicação parcial à atividade agrícola, de alguns ou mesmo de todos os membros da família. O dinamismo que se poderá verificar no meio rural também poderá ser beneficiado pela maior aproximação entre campo e cidade, havendo uma troca de benefícios, onde sejam buscadas as características positivas de cada uma das áreas. Este processo também ocorre nas áreas mais dinâmicas de nossa economia, e que apoiada por políticas públicas, poderia se estender para outras regiões menos desenvolvidas, de forma a também contribuir para a redução do desequilíbrio regional.

Grande parte dos agricultores familiares brasileiros, num cenário com o que foi rapidamente descrito, poderia se consolidar num processo econômico, que ajudaria a se promover a distribuição de renda e oportunidades, em nível social e geográfico. A perspectiva que se tem é relacionada a uma espécie de contraponto que a sociedade está criando frente à globalização. Os novos comportamentos de consumo abrem novas possibilidades para a pequena produção, desde que a ela seja agregada padrões elevados de qualidade e estratégias corretas para a inserção dos produtos no mercado.

## Conclusão

As dificuldades para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural que tenha como estratégia a inserção econômica, social e política da maioria da população, tem no componente político a sua grande marca. Não se produziu no seio da sociedade brasileira a compreensão de que existe um outro caminho que pode ser trilhado, com base no fortalecimento dos estabelecimentos rurais de economia familiar. Esta compreensão é fundamental para que haja força política suficiente para se deixar definitivamente de lado a prática de políticas compensatórias, para se adotar mecanismos que permitam uma grande mobilização econômica com base em pequenos empreendimentos, que podem e devem agir num conceito de empreendedorismo coletivo.

Por outro lado, o conjunto de instituições necessárias para apoiar a agricultura familiar como elemento estratégico no desenvolvimento rural também se encontra inadequado. Destacam-se, nesse sentido, os sistemas bancários como instrumento de acesso ao crédito, a geração de tecnologia que não apoia um processo de pluralismo tecnológico, a assistência técnica que necessitaria ter uma ação a partir do mercado, e os sistemas de comercialização que afastam esses produtores do processo de formação de preço. Para que ocorram as mudanças nesses sistemas, são necessárias políticas públicas que dêem continuidade ao processo estimulado pelo PRONAF, mas que está sendo limitado por falta de mudanças no modelo institucional. Portanto, as políticas públicas necessitam promover um processo de transformação também no modelo institucional de apoio ao desenvolvimento rural, sem as quais, a sociedade dificilmente produzirá as mudanças, apesar dos esforços de muitas organizações.

Há perspectivas importantes para a agricultura familiar, e de modo geral, para os pequenos empreendimentos de diferentes naturezas. As mudanças que estão ocorrendo junto aos consumidores, em particular os consumidores urbanos, evidenciada na demanda por novos produtos e serviços, grande parte deles ligados a questões de saúde, ambiental, de bem-estar e lazer, criam oportunidades que o agricultor familiar pode ter grandes benefícios. No entanto, essas oportunidades estão associadas a padrões de qualidade dos produtos e serviços e mecanismos de mercado que, na maioria das vezes, ainda está muito distante dos agricultores familiares. A possibilidade desses agricultores de usufruírem dessas oportunidades depende, em muito, dos acertos de políticas públicas que apoiem iniciativas existentes, ou criem novas condições.

O processo de crescimento da multifuncionalidade na agricultura e da pluriatividade dentro das famílias rurais pode estimular o dinamismo da área rural, tornando-a não só economicamente viável para os estabelecimentos familiares, mas efetivamente dando-lhe condições de ser uma excelente opção de vida.



## **A agricultura familiar diante de seus desafios para a sustentabilidade: uma visão introdutória\***

*Vicente Galileu Ferreira Guedes\*\**

*Edson Diogo Tavares\*\*\**

### **Um evento, um debate e uma coletânea**

Esta coletânea contém os textos produzidos por membros da Comissão de Sistematização do Seminário “Agricultura familiar – desafios para a sustentabilidade”, realizado entre 9 e 11 de dezembro de 1998 em Aracaju, SE<sup>1</sup>. O objetivo geral do Evento foi mobilizar, organizar e sistematizar um

---

\* Os conceitos aqui produzidos e discutidos não representam, necessariamente, as posições institucionais das organizações às quais os autores estão vinculados.

\*\* Zootecnista e Bacharel em Direito. Especialista em gestão pública. Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Rural da Oficina Social. SAIN, Parque Rural – Via W3 Norte (final). Edifício Sede da EMBRAPA. Caixa postal 040315, CEP 70770-901 Brasília – DF. Fone (61) 448 4273. Endereço eletrônico: galileu@sede.embrapa.br

\*\*\* Engenheiro Agrônomo – MS. Pesquisador da EMBRAPA Tabuleiros Costeiros. Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do CDS/UnB. Endereço eletrônico: diogo@cpatc.embrapa.br

<sup>1</sup> O Evento foi concebido e organizado pela Embrapa Tabuleiros Costeiros em cooperação com a então Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – SDR/MA e a Rede Brasileira de Capacitação para o Desenvolvimento Rural – Rede FIDA-CIARA (Programa FIDA-CIARA UnB). Atuaram também, no conjunto de organizadores, o Governo de Sergipe, através da Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, da Secretaria de Indústria e Comércio e da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Sergipe – EMDAGRO, a Superintendência do INCRA em Sergipe, a Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe – OCESE, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida – COEP / Oficina Social, o Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement – CIRAD e o Banco do Nordeste.

conjunto de elementos teóricos, informações e exemplos de experiências em execução sobre desenvolvimento sustentável e agricultura praticada em regime de economia familiar.

Sobre a proposta do Seminário, é preciso entender que, além do objetivo geral, as entidades co-organizadoras buscavam exercitar a ação interinstitucional e a cooperação multilateral, acreditando tratarem-se de condições para o próprio entendimento da sustentabilidade, esta como uma característica essencial do processo de desenvolvimento.

No que se refere a conceitos adotados para o Seminário e que, mui possivelmente, possam ter impregnado os debates nele havidos e, por via de consequência, os textos a partir de então produzidos, vale destacar que não houveram fórmulas ou definições rígidas. Mesmo porque o Evento almejava se prestar como um espaço de exposições, debates e reflexões os mais diversos, assim como diversificados são os próprios desafios para a sustentabilidade do desenvolvimento rural. O máximo que os organizadores se permitiram foi elencar algumas noções mais gerais, as quais foram divulgadas para expositores, debatedores e público participante em geral. Assim, no tocante à sustentabilidade, como condição que deve ser inerente ao processo de desenvolvimento, o Seminário sinalizou com a noção de que a mesma tem, pelo menos, seis dimensões: ambiental, cultural, econômica, espacial-geográfica, política e social. Quanto à agricultura familiar, o referencial tomado foi aquele apontado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996, 1998) e posteriormente evidenciado por Neves (1998)<sup>2</sup>.

Particularmente no que tange à Comissão de Sistematização, os organizadores do Seminário pediram que seus membros adotassem postu-

---

<sup>2</sup> “O termo agricultura familiar está sendo utilizado conforme os conteúdos atribuídos por definições políticas, alcançadas por negociações e conquistas cristalizadas no texto instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado. Alguns outros aspectos valorizados – a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida – não são generalizáveis, mas desejáveis, ressaltados em face das condições de elaboração das definições, o modelo da agricultura familiar contraposto ao da patronal.”

ra crítica no transcurso do Evento, contribuindo para que as questões essenciais fossem devidamente problematizadas. Além do fomento ao debate, cumpria também a esses “críticos convidados” o papel de, terminado o Evento, escrever reflexivamente sobre o mesmo: as idéias, discussões, tendências e inferências possíveis.

O presente capítulo introdutório, ao par de apresentar ao leitor a seqüência dos textos dos “sistematizadores-convidados”, trata dos desafios para a sustentabilidade da agricultura familiar, apontando para uma matéria de significativa atualidade para pesquisadores, professores e técnicos das áreas de ciências sociais, econômicas e da natureza, bem como gestores de políticas de desenvolvimento. É elaborado, também, na intenção de resgatar as pretensões com a realização do Evento e explorar com certo olhar interdisciplinar questões emergentes que foram tratadas no mesmo.

### **Agricultura e agricultura familiar: referências e viéses com o desenvolvimento**

A atividade agrícola no mundo e no Brasil tem sofrido grandes transformações ao longo da história, com maior intensidade e profundidade nos últimos tempos. Para o segmento que a pratica em regime de economia familiar a realidade não é diferente. A transformação do perfil da agricultura brasileira, e do mundo rural em que ela é praticada, é determinada por uma larga ordem de fatores, destacando-se: a mudança demográfica da população brasileira (de preponderantemente rural nos anos 60 para majoritariamente urbana nos 90); as novas formas de organização da sociedade e de seus modos de pressão em busca da formulação e implementação de políticas públicas (fenômeno exponencialmente fortalecido após a promulgação da Constituição Federal de 1988); a mudança no perfil da demanda e da oferta de gêneros alimentícios e matérias primas industriais de origem animal e vegetal e do próprio mercado onde ocorrem as relações de troca desses produtos; a internacionalização da economia e a formação de blocos subcontinentais, mais especificamente do MERCOSUL.

Naquelas três décadas, o processo de urbanização da população brasileira não ocorreu de modo uniforme nas Regiões Geográficas, sendo mais inten-

**A atividade agrícola no mundo e no Brasil tem sofrido grandes transformações ao longo da história, com maior intensidade e profundidade nos últimos tempos. Para o segmento que a pratica em regime de economia familiar a realidade não é diferente.**

so no Sudeste e Centro-Oeste (IBGE, 2000). Na contagem da população realizada em 1996, o País contabilizava 78% de seus habitantes no meio urbano, sendo que na Região Sul o percentual era similar ao nacional, ambos abaixo dos índices apresentados no Sudeste e Centro-Oeste, estes dois acima de 80%.

Vale observar o que escreveu Carvalho (1992, p. 12) sobre a demografia e a economia agrícolas nos últimos 40 anos:

[...] à medida que a economia brasileira começou a industrializar-se e a desenvolver um sistema de serviços, com a conseqüente urbanização de grande parte da população, ocorreu uma transformação bastante complexa na estrutura produtiva do País. Assim, o número de pessoas a serem alimentadas por agricultores aumentou. Ou seja, a urbanização levou à crescente demanda por produtos agrícolas.

Uma população urbana, em 1950, de 30% da população total passou, em 1984, a 70%.

À tendência de urbanização soma-se uma perda de poder político e de mercado pelo setor agrícola na equação ditada pelo setor urbano-industrial, fato presente em Paulillo (1999, p. 564).

A agricultura familiar é apresentada por Guanziroli e outros (1996, p. 4) como sendo definida com base em três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Depois da publicação do estudo patrocinado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (GUANZIROLI, 1996), muitos outros autores têm se dedicado a caracterizar ou estabelecer tipologias para a agricultura praticada em regime de economia familiar. Em todas elas verifica-se haver elevado grau de consenso quanto a algumas condições que, de modo básico, marcam este segmento social e econômico, dentre as quais as três apontadas estão, em regra, presentes.

Com a denominação hoje empregada ou sob outras formas de conceituar (a agricultura praticada em regime de economia familiar já foi denominada – e por vezes ainda o é – pequena agricultura, pequena produção, agricultura do pequeno produtor e agricultura de subsistência), estudos sobre a viabilidade da agricultura familiar no Brasil datam de bastante tempo. E tais estudos apontam, características e circunstâncias que, vistas aos olhos de nossos dias, podem ser tomados como condições necessárias para a sustentabilidade da agricultura familiar. Entre tais características e circunstâncias é válido destacar: o acesso ao crédito e a diversificação econômica (SILVA, J., 1979); o relacionamento com o mercado ou percentagem de comercialização da produção (SILVA, M., 1983); as disponibilidades de terra e de capital de investimento como limitações para o aumento da renda (SILVA JÚNIOR, 1983); a significativa participação de membros da família agricultora no mercado de mão-de-obra regional (17,34% das propriedades), bem como a contratação de mão-de-obra não familiar por este segmento (23,46% das propriedades); e a baixa renda familiar obtida como causa no problema no padrão de consumo dos produtores de subsistência (SILVA, O., 1979).

Sobre a importância estratégica desse segmento sócio-econômico no Brasil, vale buscar o que escreveram Portugal e Flores (1998) na apresentação de Agricultura Familiar – desafios para a sustentabilidade:

a Agricultura Familiar constitui-se tema de alta relevância por se tratar de um grupo social que ocupa lugar de destaque na produção agropecuária brasileira, pela capacidade de produzir, de movimentar a economia nos âmbitos local e nacional, utilizar de forma sustentada os recursos naturais e gerar postos de trabalho em ocupações social e economicamente produtivas.

Não há exagero em considerar que a agricultura familiar está para a economia agrícola brasileira em grau de importância muito superior ao que o setor agrícola está para a própria economia nacional. Para demonstrá-lo, basta tomar alguns dados de ordem mais estatística e geográfica. Estudos do início da década de 90 (ARAUJO, WEDEKIN; PINAZA, 1990; ABAG, 1993), com base nos dados censitários do IBGE, permitiram avaliar que na segunda metade da década de 80 a agropecuária brasileira pouco ultrapassava uma participação de 10% do Produto Interno Bruto – PIB. Em contrapartida, os estudos do convênio FAO/INCRA (GUANZIROLI et

**Não há exagero em considerar que a agricultura familiar está para a economia agrícola brasileira em grau de importância muito superior ao que o setor agrícola está para a própria economia nacional.**

**...os limites entre o rural e o urbano estão cada vez menos precisos e tendem a desaparecer, sendo substituídos por uma crescente interrelação.**

al., 1996) para aferir o perfil da agricultura familiar brasileira permitiram contabilizar que 75% dos estabelecimentos agropecuários do País foram considerados como pertencendo à categoria, absorvendo neste universo 59,5% do pessoal ocupado pela agricultura no País. Dados mais recentes (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2000) revelam que a categoria familiar inclui 4,1 milhões de estabelecimentos (85,2% do total), respondendo por 13,8 milhões de pessoas ocupadas (76,8% do total) no País, estrutura da qual extrai 37,9 % do valor bruto da produção agropecuária.

Do ponto de vista da produção e do produto ofertado, os fundamentos técnicos que levaram o Governo Federal a conceber o PRONAF, em 1995, incluíam evidências dando conta de que a maioria absoluta dos gêneros que compõem e abastecem as mesas brasileiras e a indústria de processamento de produtos animais e vegetais têm sua origem em estabelecimentos rurais regidos pelo regime da economia familiar, fator também presente noutras fontes de referência oficiais (GUANZIROLI, 1996; BRASIL, 1996, 1998; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2000).

Em estudos mais recentes, no âmbito dos quais caracterizou um novo perfil para o meio rural brasileiro José Graziero Silva (1997, p. 75) revela um profundo processo de transformação nas duas últimas décadas, resultante da industrialização da agricultura e do “transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”, noção também presente em Vilela (1999). Emergem deste contexto, por exemplo, a pluriatividade e os complexos agroindustriais. Permeia o quadro algumas observações de caráter demográfico e/ou macroeconômico. Uma delas é a de que os limites entre o rural e o urbano estão cada vez menos precisos e tendem a desaparecer, sendo substituídos por uma crescente interrelação. Neste contexto, Escudero e Pensado (1998, p. 25) propõem ser necessário incorporar “uma nova visão e cultura que operem com novos modelos de trabalho e com novos valores e que considerem as novas relações rural-urbanas”.

Há que se considerar, inclusive, que o conjunto de razões que definem os papéis da agricultura no cenário maior, da sociedade e da economia, muda profundamente a sua composição e a intensidade com que cada razão atua

na produção dos resultados. Logo, o que era verdade em termos de sociologia rural e economia agrícola em meados da década de 60, transfigurou-se profundamente até meados da década de 80 e, agora, nos últimos anos do século 20, não pode ser tomado em consideração, com exclusividade, nem para a formulação de políticas públicas macroeconômicas, nem para a tomada de decisões no âmbito de organizações de agricultores ou da unidade familiar de produção.

Diferentes estudos que tratam do desenvolvimento sustentável do mundo rural, da sobrevivência econômica e da reprodução social da agricultura familiar, em variadas circunstâncias e sob diversos pontos de vista (SILVA, J., 1997; MONTANDON et al., 1998; BRASIL, 1998b; NEVES, 1998) têm, de modo dominante, concordado que, em uma época marcada pela globalização e pelo desemprego urbano e rural (no mundo e no País), é fundamental a criação e adoção de medidas que resultem no acesso à terra e na geração de renda desconcentrada e abertura de atividades econômicas e postos de trabalho, especialmente no meio rural e em cidades pequenas e médias. As fórmulas que os estudos têm apontado para aqueles objetivos (terra, renda e oportunidade de trabalho) incluem um sem número de alternativas, com vários pontos coincidentes: turismo rural (por vezes chamado agroturismo, por vezes combinado com o turismo ecológico); artesanato; verticalização da produção agropecuária, com o estabelecimento de agroindústrias e atividades agro-comerciais no campo, em função do que agricultores tradicionais, individualmente ou por intermédio de suas organizações, passem a ser também, processadores e comerciantes de gêneros em cujas cadeias hoje desempenham papel restrito ao setor primário. Contudo, nada disso substitui ou descaracteriza a necessidade de uma política agrária efetiva.

Adicionalmente, e revelando um fenômeno emergente e que está além de um mundo rural preso à economia agrícola no sentido estrito, alguns estudos têm apontado o crescimento em importância das atividades econômicas não-agrícolas, compondo um novo perfil social e econômico do rural (PAULILLO, 1999; SILVA, J., 1997; ESCUDERO; PENSADO, 1998; VILELA, 1998; GUEDES, 2000). Em vários lugares do mundo e no Brasil, o peso das diversas fontes na composição da renda familiar no campo tem sofrido alterações, incluindo (mas não se restringindo a) a gradativa redução da relevância das atividades estritamente agrícolas.

**...em uma época marcada pela globalização e pelo desemprego urbano e rural (no mundo e no País), é fundamental a criação e adoção de medidas que resultem no acesso à terra e na geração de renda desconcentrada e abertura de atividades econômicas e postos de trabalho, especialmente no meio rural e em cidades pequenas e médias.**

Dentro deste quadro de macro-determinantes e tendências globais e locais, o papel da agricultura tem sido redefinido, como analisado por Flores e Silva (1994, p. 15):

Tradicionalmente, a agricultura tem sido acionada quase que exclusivamente para (i) prover abastecimento a baixo custo; (ii) fornecer mão-de-obra aos demais setores da economia; (iii) gerar divisas para o País; (iv) fornecer mercado para a indústria de insumos, máquinas, equipamentos agrícolas; e (v) financiar o desenvolvimento de outros setores.

No presente, a agricultura pode ser dirigida para contribuir principalmente para (i) as dimensões produtiva, de qualidade e de diversificação de uma política de segurança alimentar [que teria outras dimensões, além destas]; (ii) gerar empregos produtivos nos setores que se situam antes, dentro e depois da “porteira”; (iii) gerar renda de forma desconcentrada; (iv) gerar divisas para o País; (v) reduzir migrações desnecessárias no sentido rural-urbano; (vi) apoiar a retomada do processo de desenvolvimento sócio-econômico; (vii) aumentar a competitividade da economia nacional; (viii) maximizar o uso racional dos fatores ambientais; e (ix) reduzir desigualdades sociais e regionais.

Se é certo que o contexto atual define para a agricultura uma demanda reconfigurada, é certo também que as diversas dimensões do papel da agricultura são mais objetivamente cumpridas se esta atividade for tomada sob o enfoque de cadeia econômica. O Ministério da Agricultura e do Abastecimento (1998b, p. 33), no Brasil, em estudos que realizou no sentido da criação de uma agência do agronegócio, aquilatando a importância sócio-econômica deste enfoque de cadeia conceituou:

O agronegócio envolve as atividades de produção agrícola propriamente dita (lavouras, pecuária, extração vegetal), aquelas ligadas ao fornecimento de insumos em ligações para trás (*backward linkages*), as relacionadas como o processo agroindustrial e as que dão suporte ao fluxo de produtos até a mesa do consumidor final, nas ligações para a frente (*forward linkages*).

Escudero e Pensado (1998, p. 23) alertam que a pobreza rural na América Latina tem suas raízes na escassez de ativos humanos e físicos, cuja produtividade é baixa, consequência de múltiplas razões históricas, entre elas a existência de um desenvolvimento desigual, a combinação de falhas de governo e de mercado e a existência de mercados incompletos.

Dentro do quadro da pobreza rural e das limitações existentes para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, identificam-se também as questões de gênero e da juventude rural. A este último segmento estão ligadas condicionantes como a educação, oportunidades de trabalho e/ou atividades economicamente produtivas, acesso aos meios de produção e redução da violência no campo. São questões identificadas e apontadas, também, nos debates sobre segurança alimentar que tiveram lugar no Brasil, na primeira metade dos anos 90 (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 1995).

Particularmente no Brasil, da integração e interrelação entre os mundos rural e urbano e da necessidade de fortalecimento do setor social e da atividade econômica da agricultura familiar, surge o tema da competitividade do agricultor e sustentabilidade de sua atividade, objetivo a ser construído em diversas frentes: criação e operação de meios que assegurem o acesso a fatores essenciais à produção e reprodução, destacadamente terra e capital; incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas de produção, reduzindo custos, aumentando rendimentos físicos e econômicos e controlando o risco ambiental; diversificação e reconversão de atividades; integração da produção primária à cadeia produtiva.

O papel desempenhado pelo próprio agricultor no processo de desenvolvimento e os estrangulamentos experimentados por este segmento social são bem caracterizados por Neves (1998, p. 13), quando trata da interseção entre o econômico e o familiar.

**Particularmente no Brasil, da integração e interrelação entre os mundos rural e urbano e da necessidade de fortalecimento do setor social e da atividade econômica da agricultura familiar, surge o tema da competitividade do agricultor e sustentabilidade de sua atividade, objetivo a ser construído em diversas frentes...**

## **Agricultura familiar e inserção comercial**

Entre as evidências que foram explicitadas no seminário “Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade” (MOTA et al., 1998), está a inserção comercial como condição estrategicamente necessária (embora não suficiente), para a consolidação e sustentabilidade deste segmento social e econômico. Neste particular, Baiardi (1998, p. 56) escreve:

[...] é possível esperar que, progressivamente, a unidade de produção familiar combine a produção para auto-consumo com aquela destinada a fins comerciais e que esta última possa ser competitiva

em todos os níveis, derivando esta competitividade da absorção de inovações tecnológicas não convencionais de produto e de processo e da adoção também de inovações gerenciais não convencionais.

Analisando mais detidamente as condições que devem ser observadas para a efetiva inserção comercial do agente econômico de padrão familiar e apontando para a existência de ameaças para a sustentabilidade deste produtor rural, Baiardi (1998, p. 65, grifo nosso) aponta:

Para que não se confirmem estas tendências que vêm sendo anunciadas por muitos analistas, as quais estariam ampliando a divisão regional do trabalho já existente e a marginalização de partes consideráveis do território brasileiro, algo deve ser feito com vistas a generalizar um padrão de acumulação baseado progressivamente em uma agricultura e uma indústria modernas, na prestação de serviços tecnologicamente avançados e em cadeias agroindustriais competitivas, todas elas praticantes da nova concorrência ou aquela que deixaria de se dar, progressivamente, com base nos preços, próprias do *Big business* voltado para a produção em massa, passando a se dar com base no design superior, com base na qualidade relativa, que incorpora a dimensão tecnológica e cultural.

Tavares e outros (1998, p. 111), estudando a inserção comercial de citricultores apontam que:

a mudança do atual quadro de dificuldades por que passam os citricultores, somente será possível, através da adoção de medidas que permitam mudanças de caráter organizacional dos produtores, sobretudo no que se refere à atual forma de organização da comercialização da produção. Estas medidas, quando associadas da introdução de práticas alternativas, como o controle biológico de pragas e o uso de leguminosas, nos sistemas de produção, poderiam elevar substancialmente a receita líquida da propriedade.

## **Agricultura familiar e desenvolvimento local**

Na medida em que organizações de agricultores, entidades públicas, agentes financeiros e outros atores tomam como referência para o processo de desenvolvimento a complexidade do rural, do urbano, da família, da comunidade e da economia, estão incorporando bases para o desenvolvimento local. No sentido de melhor entendê-lo Flores, Macedo e Rosa (1998, p. 71) escreveram:

o desenvolvimento local é entendido como as ações da produção, da distribuição e do consumo das atividades agrícolas e não-agrícolas oriundas da agricultura familiar e da reforma agrária no contexto do novo mundo rural no plano do espaço rural (município, micro-região, microbacia hidrográfica, ou a comunidade). O fundamental é a sustentabilidade dos níveis de renda e emprego das famílias rurais.

Permeando a complexidade necessária ao desenvolvimento local, mais particularmente no tocante à organização familiar, alguns autores têm apontado para a “negligência” que as políticas públicas e mesmo as entidades representativas da sociedade devotam, em regra, às questões de gênero e gerações. Este é, verdadeiramente, um dos pontos fundamentais no quadro do desenvolvimento rural (em termos gerais) e da agricultura familiar (de modo particular). Se, por um lado, o fortalecimento da agricultura familiar só se tornou objeto de política pública brasileira faltando seis anos para o final do século XX, por outro a mulher e o jovem rurais ainda não conquistaram essa prerrogativa. Trata-se de um ponto fundamental devido ao fato de ser impossível a concepção do desenvolvimento local com a exclusão de segmentos sociais.

Ainda neste particular, ao estudarem as circunstâncias relativas à juventude e sua inserção econômica, Abramovay e outros (1998, p. 92) observaram que:

seja na agricultura ou em atividades rurais não-agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no interior da agricultura familiar encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre os gêneros. O interesse dos jovens pela vida no meio rural passa pela valorização de suas iniciativas e, portanto, pelas responsabilidades que eles puderem assumir no interior das unidades produtivas. Além do estímulo à discussão dos processos sucessórios no interior das famílias por *parte das* organizações representativas (inclusive das cooperativas), é fundamental que os jovens possam ser contemplados com programas de capacitação e linhas de crédito que propiciem a base material de sua afirmação como futuro agricultor.

**Se, por um lado, o fortalecimento da agricultura familiar só se tornou objeto de política pública brasileira faltando seis anos para o final do século XX, por outro a mulher e o jovem rurais ainda não conquistaram essa prerrogativa. Trata-se de um ponto fundamental devido ao fato de ser impossível a concepção do desenvolvimento local com a exclusão de segmentos sociais.**

## **Agricultura familiar e organização social**

O fenômeno da organização social para a atividade econômica tem sido um dos mais freqüentemente apontados como responsável pelo sucesso de projetos de fortalecimento da agricultura familiar e de desenvolvimento local.

Falando sobre a organização social para a atividade econômica, Lauchner (1993, p. 279) conclui que

o pequeno produtor rural, com exploração que utilize predominantemente mão-de-obra familiar, deve ser mantido e capacitado para ser agente de seu próprio desenvolvimento. Como agente de desenvolvimento, deve entrar no processo de modernização e crescimento tecnológico, com tecnologias adequadas aos fatores de produção que utiliza. Ele crescerá na medida em que se unir, participar conscientemente das decisões e, na ação econômica, aumentar sempre mais as receitas com o mesmo uso dos fatores e definir novos níveis de produção que lhe assegurem o benefício econômico máximo. O processo de modernização e crescimento tecnológico o pequeno produtor deve decidir a dois níveis: em primeiro lugar o nível da exploração rural e, em segundo lugar, a nível de todo o "complexo rural" da produção que desenvolve.

**...projetos bem sucedidos no desenvolvimento sustentável da economia popular passam pela educação, profissionalização e organização das pessoas e pela incorporação de tecnologia à atividade econômica para a sustentabilidade, em suas diversas dimensões.**

Quanto ao papel da educação, da organização social e da tecnologia, Guedes (1990 e 1998) aponta que projetos bem sucedidos no desenvolvimento sustentável da economia popular passam pela educação, profissionalização e organização das pessoas e pela incorporação de tecnologia à atividade econômica para a sustentabilidade, em suas diversas dimensões.

Muitas são as experiências que mostram que o associativismo tem sido uma forma pela qual o empreendimento regido pela economia familiar alcança sucesso, assegura escala e constrói soluções para entraves à reprodução de sua atividade. No caso do setor agropecuário brasileiro várias têm sido as formas pelas quais a agricultura se organiza socialmente, com destaque para as associações e as cooperativas.

Por meio de associações e de cooperativas (e secundariamente de entidades sindicais), comunidades de agricultores têm acessado linhas de crédito, implantado organizações de finanças solidárias (como cooperativas de crédito), articulado a formulação de políticas públicas favoráveis ao segmen-

to, adquirido insumos, processado e comercializado a sua produção, recebido assistência técnica e até operado com sucesso (em casos mais isolados), em mercados internacionais. Neste particular Bialoskorski Neto (1997, p. 516) registrou que:

pode-se expressar a importância do cooperativismo na agricultura brasileira através da participação das cooperativas no cenário produtivo nacional, em que grande parte da produção de soja, milho, leite, suínos, entre outros, é feita por cooperativas.

Por outro lado, o esvaziamento do campo e o crescimento vertiginoso das cidades promoveram rápida inversão do perfil urbano-rural: em pouco mais de 40 anos, passamos a ter 70% da população nas cidades e 30% no campo. Hoje 25%. E isto gerou um segmento ainda maior, depois da porteira da fazenda: armazenamento, transporte, processamento e embalagem, industrialização e distribuição de produtos agrícolas ou deles derivados. O agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, em íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda. Nesse momento desenvolveu-se a agroindústria (moderna e tecnificada), que passa à liderança do processo produtivo, e surgem as mais eficientes cadeias como a do complexo soja e a avicultura industrial. Consolidam-se as grandes cooperativas.

Assim, dispõe-se hoje, no âmbito de algumas universidades e centros de pesquisa, de um importante acervo de conhecimento teórico e metodológico e mais especificamente, no contexto do trabalho de organizações não governamentais (ONG), de experiências práticas, cuja pluralidade oferece alternativas capazes de solucionar em grande parte os problemas de sustentabilidade enfrentados pela agricultura familiar e os desafios do desenvolvimento rural. A crescente conscientização, também pelo lado dos agricultores familiares, de problemas sociais, políticos e ambientais que o padrão modernizante das atividades econômicas vem causando, reforça a esperança de que o modo de produção familiar encontre a direção de um processo que o viabilize sustentavelmente.

...a questão do desenvolvimento sustentável na agricultura, deve ser abordada a partir de uma perspectiva ambiental, econômica e social, dimensões à quais outros autores têm adicionado também os aspectos político, ético, cultural e territorial (SACHS, 2000).

## **A agricultura familiar e o desafio do desenvolvimento sustentável**

Tratar de desenvolvimento rural sustentável remete o interessado a considerar primeiramente as modificações nas relações sociais de produção contemporâneas, desencadeadas pela evolução do capitalismo. Evidentemente, expansão e aceleração capitalista (características do processo de globalização) provocam conseqüências diferenciadas em função das históricas demandas sociais contraditórias, de cujo confronto algumas poucas revelam-se determinantes.

É importante salientar que a questão do desenvolvimento sustentável na agricultura, deve ser abordada a partir de uma perspectiva ambiental, econômica e social, dimensões à quais outros autores têm adicionado também os aspectos político, ético, cultural e territorial (SACHS, 2000). As várias definições de sustentabilidade (ATTFIELD, 1999), particularmente a sustentabilidade da agricultura, enfatizam a necessidade de sua viabilidade em longo prazo e o suprimento das necessidades humanas de alimentos e matérias primas industriais com o uso eficiente dos recursos naturais não renováveis garantindo, com isto, a renda dos agricultores e, em última instância, a qualidade de vida presente e futura da sociedade humana.

Este raciocínio requer ser ajustado à advertência de Neves (1998, p. 13), ao apontar o que vários autores consideram como “posição subordinada” dos agricultores familiares ante as ações de órgãos do Estado. Esta mesma autora alerta, que via de regra, as famílias são “sistematicamente objeto de intervenção, mais ou menos violenta, fundada em sua desqualificação para eliminação ou domesticação”.

## **Composição da coletânea**

Esta coletânea é formada pelas análises estruturadas por seis membros da Comissão de Sistematização do Seminário, composta originalmente por 15 convidados. Os textos expressam o amplo leque de abordagens e visões que puderam se revelar durante o Evento, além de assinalarem outras, que não chegaram a se manifestar.

No primeiro dos artigos, Dirce Mendes da Fonseca, sob o título “Desenvolvimento Rural: algumas considerações”, dirige a atenção para a capacitação de agricultores, visando a gestão social, acompanhamento e avaliação de seus empreendimentos. O referencial da autora está contextualizado nos cenários macroeconômicos mundiais, incluindo o desenvolvimento do capitalismo, o avanço tecnológico e a globalização, e seu rebatimento no plano nacional, onde a mesma destaca as tendências de redução da função estatal e das despesas com saúde e educação, a fim de provocar o aparecimento de novos agentes privados. No artigo, a Autora noticia o surgimento de paradigmas de gestão pública, mudando de um modelo “burocrático e centralizado para uma concepção de administração que considera a participação da sociedade civil”. No plano político interno, o trabalho aponta o fato de que Unidades da Federação e municípios vem sendo “compelidos a se repensar enquanto instâncias mais autônomas e com” potencialidade de reformular “políticas arcaicas e conservadoras”. Expressões sinalizadoras podem ser colhidas do texto, como: descentralização, município, poder local, desenvolvimento local e democratização da gestão.

Falando sobre “uma nova ruralidade” e em um modelo de desenvolvimento rural com base na mesma, o texto assinala serem necessárias novas bases para a formação de recursos humanos, com uma visão ampliada do setor rural e que compreendam as possibilidades de transformações sociais e econômicas. Isso se consegue, segundo a Autora, entre outras coisas, com programas de educação permanente, centrada na aprendizagem contínua.

No segundo artigo Vinícius Nobre Lages, inicia endossando o conceito de agricultura familiar adotado pelo PRONAF, ressaltando a vantagem da abrangência que tem. Avança tratando da importância da agricultura para a vida do País, sinalizando que cerca de 90% dos municípios têm no setor primário a base de sua economia e existência. No contexto da diversidade do espaço rural brasileiro o Autor registra a existência de desigualdades sociais e regionais e o conflito entre os diferentes segmentos sociais.

No terceiro, Pedro Correa Lima abre o texto fazendo uma análise do papel da assistência técnica e extensão rural no apoio ao desenvolvimento rural, mencionando fases na história do serviço, incluindo aquela focada na

tecnologia de produção agropecuária como fator de desenvolvimento. Analisando a agricultura familiar brasileira como “sempre considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada ‘grande agricultura’ [...] como atividade econômica de destaque e foco das políticas públicas”, o Autor assinala o longo tempo transcorrido sem que o País tivesse políticas públicas voltadas para aquele segmento.

Continuando, o Autor conduz o seu escrito para uma análise institucional do PRONAF e suas origens, destacando a figura dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural- CMDR. Além desses colegiados, cita também os mecanismos de crédito, a organização do agricultor e sua família e a agregação de valor à produção rural. Já finalizando, o artigo volta à extensão, mencionando os esforços despendidos em sua reformulação (exemplificando com o Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Brasília, 04 a 08/08/97), vendo este processo como resultante de reflexos das próprias mudanças da sociedade. O Autor termina apontando que “o verdadeiro papel da extensão rural passa a ser o de provocar e auxiliar as mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural”.

Na seqüência dos trabalhos, o quarto artigo foi elaborado por Sueli do Couto Rosa, que inicia dizendo que as discussões havidas no Seminário trouxeram “um interessante panorama da atual agricultura familiar brasileira”, alguns elementos de sucesso de programas sociais públicos ou não escapam “quando se perde de vista a dimensão da especificidade da realidade local onde eles acontecem”. A Autora direciona seu escrito no sentido de contextualizar o desenvolvimento rural no desenvolvimento local sustentável.

O quinto trabalho na série é o de José de Souza Silva, no qual o autor acena, em “O Triângulo do Caos Global”, para “a atual mudança de época e as crises de percepção identidade e compromisso”, as quais estariam nos três vértices do seu “polígono”. Seus fundamentos alertam para a crítica que a humanidade faz, a partir dos anos 60, para os custos dos modelos de desenvolvimento, a busca por novos modelos de referência nos anos 90, o revezamento dos elementos na liderança da equação do poder. No anexo de seu artigo o autor reflete muito pertinentemente sobre um caminho da

racionalização à flexibilização do processo de geração do conhecimento, importantíssimo para a sustentabilidade e a soberania.

Fechando a coleção aparece o texto e que Miguel Ângelo da Silveira procede a uma reflexão derivada do Seminário de Aracaju que remete a evento congênere, realizado no interior de São Paulo em dezembro de 1997. Sinaliza para as contradições existentes no debate político que se dá no âmbito das instituições públicas brasileiras. Na seqüência, o Autor noticia o fato de que o tema “agricultura familiar” tem voltado à moda e conquistado espaço, o que “não é de se estranhar [...] pois é destacada a capacidade e a importância do segmento [...] no contexto da produção agrícola brasileira”, produzindo para o abastecimento e o mercado externo, abrindo oportunidades de ocupação e emprego e apresentando-se como alternativa possível de garantir biodiversidade.

Sobre os dois eventos, o articulista repara como sendo “a indicação clara da incorporação do tema no interior das instituições estatais”, onde fazem “avançar a discussão com vistas à possibilidade do estabelecimento de um projeto de desenvolvimento rural sustentável e menos excludente no Brasil”. Em decorrência, abre espaço em seu trabalho para sugerir elementos e subsídios para eventuais eventos novos, que sigam a série que, se imagina, esteja nascendo. Conclui sinalizando que “os resultados dos eventos contribuíram para o encaminhamento de alternativas positivas”, lamentando e advertindo, contudo, que a condução dos trabalhos em eventos dessa natureza, “quando não contemplam adequadamente os valores dos agricultores familiares, acabam por reforçar as ‘regras do jogo’”.

Esta coletânea, assim como aquela publicada quando da realização do Evento (MOTA et al., 1998), sem pretender esgotar o tema, busca prestar uma contribuição para o debate sobre caminhos que conduzam à desejada sustentabilidade da agricultura familiar e do processo de desenvolvimento rural no Brasil.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araujo, na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília.* São Paulo: ABAG, 1993.

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.) et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.* Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ARAÚJO, Ney Bittencourt; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antonio. *Complexo agroindustrial: o "agribusiness" brasileiro.* São Paulo: Agroceres, 1990.

ATTFIELD, Robin. *The ethics of global environment.* Edinbrough: Edinbrough University Press, 1999.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Gestão do agribusiness cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial.* São Paulo: Atlas, 1997. p. 515-543.

BAIARDI, Almicar. Globalização, mercados e a situação da agricultura familiar no Brasil (p.55-70). In: MOTA, D. M.; TAVARES, E. D.; GUEDES, V. G. F.; NOGUEIRA, L. R. Q. (Ed.). *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea.* Aracaju: EMBRAPA-CPATC; Brasília, DF: SDR/MA, 1998. p. 55-70.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Rural. *PRONAF: construindo as instituições do desenvolvimento rural.* Brasília, DF: MA/SDR/PRONAF, 1998.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria Executiva. *Agência de Desenvolvimento: nova perspectiva para o agronegócio: projeto básico.* Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Rural. PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Brasília, DF, 1996. Fotocópia.

CARVALHO, João Carlos M. *O desenvolvimento da agropecuária brasileira: da agricultura escravista ao sistema agroindustrial.* Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1992.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 1., 1995, Brasília, DF. *Relatório final*. Brasília, DF: CONSEA – Ação da Cidadania, 1995.

ESCUADERO, Geraldo; PENSADO, Mario. Reunion de reflexion sobre el agro latinoamericano: un resumen. *Comuniica*, ano 3, n. 9, p. 5-37. 1998.

FLORES, Murilo X.; MACÊDO, Manoel M. C.; ROSA, Sueli L. C. Agricultura familiar e reforma agrária: contradições e desenvolvimento In: MOTA, D. M.; TAVARES, E. D.; GUEDES, V. G. F.; NOGUEIRA, L. R. Q. (Ed.). *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea*. Aracaju: EMBRAPA-CPATC; Brasília, DF: SDR/MA, 1998. p. 71-82.

FLORES, Murilo X.; SILVA, José de S. *O futuro sem fome*. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1994.

GUANZIROLI, Carlos (Coord.). *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, DF: FAO-INCRA, 1996. (Projeto UTF BRA 036/BRA)

GUEDES, Vicente G. F. O ensino agropecuário e o desenvolvimento rural. *O Popular*, Goiânia, p. 6, 1 mar. 1990.

GUEDES, Vicente G. F. A tecnologia a serviço do desenvolvimento humano. In: \_\_\_\_\_. *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. Rio de Janeiro: INTECCOOPPE (COPPE/UFRJ)-FINEP, 1998. p. 82-83.

GUEDES, Vicente G. F. *Agricultura familiar: projeto de estímulo à cadeia de pigmentos e corantes – termos de referência*. Brasília, DF: Fundação Lyndolpho Silva-BNAF, 2000. Fotocopiado.

IBGE. *Características da população*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). *Novo retrato de agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, DF, 2000. (Cadernos da Terra, 8)

LAUSCHNER, Roque. *Agribusiness, cooperativa e produtor rural*. São Leopoldo – RS: UNISINOS, 1993.

- MONTANDON, Renato P. et al. Desenvolvimento regional: a opção pelo agronegócio. In: CALDAS, Ruy A. et al. (Ed.). *Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília, DF: CNPq, 1998. p. 59-72.
- MOTA, Dalva M. et al. (Ed.). *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade*. Coletânea. Aracaju: EMBRAPA-CPATC; Brasília, DF: SDR/MA, 1998.
- NEVES, Delma Pessanha. O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, Dalva M.; TAVARES, Edson D.; GUEDES, Vicente G. F.; NOGUEIRA, Lucia Raquel Queiroz (Ed.). *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea*. Aracaju: EMBRAPA/CPATC; Brasília, DF: SDR/MA, 1998. p. 13-33.
- PAULILLO, Luiz Fernando. Sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira: concepções clássicas e recentes. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial: GEPAI – Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1.
- PORTUGAL, Alberto Duque; FLORES, Murilo. Apresentação. In: MOTA, D. M.; TAVARES, E. D.; GUEDES, V. G. F.; NOGUEIRA, L. R. Q. (Ed.). *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea*. Aracaju: EMBRAPA/CPATC; Brasília, DF: SDR/MA, 1998. p. 5-7.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: CDS/UnB – Garamond, 2000. (Série Idéias sustentáveis).
- SILVA, João Batista. *Análise da renda familiar dos agricultores em três municípios do Estado do Amazonas*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1979.
- SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, Shiguero; SILVA, José Graziano da Silva; ORTEGA, Antônio César (Org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: EMBRAPA/CNPMA; Campinas: UNICAMP – UFU, 1997. p. 75-100.
- SILVA, Maurélio Corrêa. *Análise econômica e comercialização da produção dos pequenos proprietários rurais do município de Nova Resende*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, Lavras, 1983.
- SILVA, Orlando Monteiro. *Análise do padrão de consumo familiar de agricultores de baixa renda do Estado da Paraíba*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1979.
- SILVA JÚNIOR, Renato Pinto. *Combinação de empreendimentos visando maximização da renda das atividades agrícolas do pequeno produtor, município de Nova Resende - Minas Gerais*. 1983. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1983.

TAVARES, Edson D. et al.; MOTA, Dalva M.; FONTES, Humberto R.; LOPES, Eliano S. A. Estratégia de produção e inserção comercial dos produtores familiares de laranja de Sergipe. In: : MOTA, D. M.; TAVARES, E. D.; GUEDES, V. G. F.; NOGUEIRA, L. R. Q. (Ed.). *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea*. Aracaju: EMBRAPA-CPATC; Brasília, DF: SDR/MA, 1998. p. 97-112.

VILELA, Sérgio L. O. Limites e possibilidades da agricultura familiar ante a globalização, In: SILVEIRA, M. A.; VILELA, S. L. O. (Ed.). *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna-SP: EMBRAPA-CNPMA, 1998. p. 65-89. (EMBRAPA-CNPMA. Documentos 15).

VILELA, Sérgio L. O. *Globalização e emergência de múltiplas ruralidades* 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.



## **Desenvolvimento rural: algumas considerações**

*Dirce Mendes da Fonseca\**

O desenvolvimento do capitalismo e das novas relações sociais, políticas e econômicas ocorridas na década de 80, marcam um novo desafio epistemológico à medida em que a realidade social passa por modificações tão acentuadas.

A crise econômica traz como resposta prática o chamado “ajuste estrutural” que incide sobre destruição dos sistemas de bem estar social através do fim das políticas sociais e das leis trabalhistas, desregulamentação e privatização da esfera pública e, basicamente, o reforço da concepção de estado mínimo. O estado reduz a sua função, diminui as despesas sociais com saúde e educação para provocar o aparecimento de novos agentes privados.

Contrapondo ao cenário de globalização com predomínio do estado mínimo, de políticas neoliberais e avanço do capitalismo, aparece a força dos movimentos sociais e a presença do que Fernandes (1994) conceitua “organizações privadas com finalidades públicas”, novos atores atuando com outros segmentos mais convencionais: Estado, Igreja e Sindicato. Alguns autores chamam esse movimento de nova “institucionalidade”, o que significa um fortalecimento da sociedade civil, no que se refere ao crescimento de novas organizações sociais e na capacidade dessas organizações proporem soluções e colaborarem com a sociedade e com o governo na gestão e implementação de políticas sociais.

---

\* Professora. Coordenadora da Rede Brasileira de Capacitação - Programa FIDA-CIARA-UnB. Fone e fax (61) 340.6141. Campus Universitário Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília. CEP 70919-970 Brasília, DF. E-mail: mendes\_dirce@zipmail.com.br

**Este processo mais amplo de descentralização tem como pressupostos: autonomia local, participação dos atores locais, participação nas decisões e no planejamento local. Tal tendência fundamenta alguns programas de capacitação, no âmbito de projetos de governo, projetos internacionais e de organizações não governamentais.**

**A descentralização de poder e de decisões em níveis, ainda incipientes, passa a fazer parte das políticas públicas, reforçando a autonomia dos Estados e municípios.**

Este novo contexto apresenta repercussões em todos os segmentos da sociedade e do governo. O Estado passa a ser influenciado por novos paradigmas de gestão pública: de um modelo de gestão burocrática e centralizada para uma concepção de administração que considera a participação da sociedade civil, assim como as instituições regionais e locais públicas ou privadas como partícipes desse processo, de uma tendência centralizadora para uma prática descentralizada e mais democrática. Este processo mais amplo de descentralização tem como pressupostos: autonomia local, participação dos atores locais, participação nas decisões e no planejamento local. Tal tendência fundamenta alguns programas de capacitação, no âmbito de projetos de governo, projetos internacionais e de organizações não governamentais.

Neste contexto, destaca-se a ênfase no papel do capital humano e do capital social. O conhecimento é interpretado e valorizado como fator de poder, auto-suficiência e sustentabilidade. Na visão de Abramovay (2000), o capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção.

A abertura democrática e a própria modificação no papel e nas funções do Estado gerou uma tendência – a de estruturas descentralizadas. O estado autoritário, burocrático e centralizador, por força da consciência política dos movimentos sociais e da afirmação da própria sociedade civil, sofreu pressão para modificar a sua base de poder, no âmbito constitucional e no âmbito político.

A descentralização de poder e de decisões em níveis, ainda incipientes, passa a fazer parte das políticas públicas, reforçando a autonomia dos Estados e municípios. No nível político, os estados e municípios se vêem compelidos a se repensar enquanto instâncias mais autônomas e com a potencialidade de desenvolver mudanças e ou transformações de práticas políticas arcaicas e conservadoras.

O Estado vê o seu papel profundamente modificado em função da aceleração das transformações sociais e econômicas. Neste sentido, o Estado coloca-se ultrapassado diante da nova dinâmica que exige respostas rápidas e flexíveis, frente a um mundo onde imperam as situações cada vez mais complexas e diversificadas.

Assim, políticas globais tornam-se inapropriadas reduzindo-se a competência de decisões centralizadas. Várias dimensões estão interligadas como coerência das grandes infra-estruturas econômicas, com equilíbrios macroeconômicos, com as desigualdades regionais e as inserções do País na economia mundial.

A rearticulação entre os espaços globais e locais, passa por uma redefinição para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões democráticas e significativas.

Desta forma, a descentralização pode ser entendida como uma das formas de mudança de concepção na forma de gestão pública. Pressupõe mudanças nas relações centro-governo, bem como nas relações do governo com a sociedade. A expressão municipalização refere-se ao processo pelo qual a instância municipal de governo utiliza os poderes de que dispõe e assume a responsabilidade de gestão do município de forma participativa e descentralizada.

Descentralizar significa aumentar o poder de autonomia de decisões e de controle dos recursos, as responsabilidades e as competências das comunidades locais. A descentralização como princípio constitui um instrumento propício para promover o desenvolvimento local, democratizando os processos de gestão social.

O processo de descentralização demanda uma reconstrução do poder público redefinindo o desenvolvimento local e municipal. Trata-se de um deslocamento de poderes, responsabilidades e competências, da instância central de governo para as esferas periféricas, em particular os municípios.

Com a descentralização os municípios assumem novos compromissos de administração municipal, recebendo as funções, obrigações e responsabilidade transferidas pelo poder central e a possibilidade objetiva do governo local de exercer na totalidade a gestão municipal. O município se transforma num agente de desenvolvimento local e passa a ser uma instância política-administrativa mais autônoma, de forma a fortalecer a democracia social, as estruturas sociais, as estruturas locais, novos padrões nas relações Estado sociedade, novos padrões de organizações comunitárias e participa-

**Descentralizar significa aumentar o poder de autonomia de decisões e de controle dos recursos, as responsabilidades e as competências das comunidades locais. A descentralização como princípio constitui um instrumento propício para promover o desenvolvimento local, democratizando os processos de gestão social.**

**Com a descentralização os municípios assumem novos compromissos de administração municipal, recebendo as funções, obrigações e responsabilidade transferidas pelo poder central e a possibilidade objetiva do governo local de exercer na totalidade a gestão municipal.**

**Na medida em que a sociedade altera suas conformações sociais exige-se um esforço novo de compreensão das novas dinâmicas impostas por transformações, quer seja no âmbito estrutural, ou conjuntural.**

ção popular, rearticulação dos esforços locais, democratização da gestão e ampliação dos espaços de participação e controle social na administração pública, e a autonomia e flexibilidade de gestão.

Nos anos 80, a atividade associativa ganha peso. O renascimento do social permite o aparecimento da categoria teórica do sujeito, atores e movimentos sociais; “sujeito é a vontade de um indivíduo agir e ser reconhecido como ator, onde a subjetivação consiste na penetração do sujeito no indivíduo e, a transformação parcial do indivíduo em sujeito”. Na acepção gramsciana, sujeito é aquele capaz de pensar a si mesmo como membro de uma coletividade e de desenvolver ações sistemáticas e permanentes no sentido de mudar as relações econômicas e políticas da convivência social (GRAMSCI, 1987). Sujeito e ator são noções inseparáveis que na prática podem fundir-se. O agente desta união é o movimento social. Segundo Touraine (1991), o movimento social é muito mais do que a defesa de interesses particulares. É uma vontade de construir ou reconstruir a sociedade em seu conjunto.

Sujeito e ator são categorias inseparáveis e que resistem conjuntamente a um individualismo que restitui a superioridade lógica do sistema sobre o ator, reduzindo este último à procura racional – portanto calculável e previsível – de seu interesse (TOURAINÉ, 1994). Touraine propõe a sociologia do sujeito versus o individualismo racionalista. Esta proposição mostra que no contexto das ciências sociais, surgem novos desafios epistemológicos que revelam que muitos de seus conceitos e categorias tornam-se insuficientes para explicar as novas conformações sociais.

Na medida em que a sociedade altera suas conformações sociais exige-se um esforço novo de compreensão das novas dinâmicas impostas por transformações, quer seja no âmbito estrutural, ou conjuntural.

Essa dupla ambiência social, dinâmica e contraditória, conformada por um Estado que no nível estrutural permanece rígido segundo as tendências e transformações impostas, em primeiro plano, pelo desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo, e por outro, emergem espaços de redemocratização e renascimento do social e dos movimentos sociais. É neste espaço contraditório, dinâmico e dialético que se situam as políticas

neoliberais e a reestruturação produtiva, a aplicação prática da política de privatização das atividades do Estado, a política de desregulamentação e a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado.

O desenvolvimento do capitalismo e do avanço tecnológico permitiu uma economia globalizada, um Estado-nação reduzido. A chamada sociedade global se mostra complexa e evidente, coativa e transparente; uma totalidade problemática, contraditória, em movimento. E a globalização como referência problemática e contraditória compreende categorias por vezes antagônicas: integração e fragmentação do local e global, o micro e macro, a homogeneidade e a diversidade e que se procura pensar a autonomia do espaço local rural e de como estes espaços vem sendo modificados adquirindo novas conformações.

A análise que se sugere busca apreender, ainda que de forma incipiente, as categorias e referências que emergem no mundo rural influenciadas por este contexto integrador, dinâmico e contraditório.

De um lado, a agricultura capitalista empenhada pelas grandes empresas gerou um êxodo rural, a categoria de “trabalhadores sem trabalho” e a desagregação das relações sociais no campo. De outro, a sociologia rural propõe a categoria da nova ruralidade para compreender as transformações ocorridas no mundo rural e de como interpretar a ação dos sujeitos e dos atores sociais na construção da nova ruralidade.

Os principais aspectos da nova ruralidade estão assim desempenhados por atores que se ocupam de compreender esta dinâmica: marcada por nova relação com a natureza, com o espaço rural e o surgimento de novas categorias sócio-econômicas decorrentes da dinâmica econômica de produção agrícola e não agrícolas e de atividades como o comércio e agro turismo.

## **Capacitação e a nova ruralidade**

A nova ruralidade resgata e fortalece a prática e o conceito de agricultura familiar. O apoio à agricultura familiar dá um novo impulso ao desenvolvimento rural tendo como referência a geração de renda, a criação de ocupa-

**De um lado, a agricultura capitalista empenhada pelas grandes empresas gerou um êxodo rural, a categoria de “trabalhadores sem trabalho” e a desagregação das relações sociais no campo. De outro, a sociologia rural propõe a categoria da nova ruralidade para compreender as transformações ocorridas no mundo rural e de como interpretar a ação dos sujeitos e dos atores sociais na construção da nova ruralidade.**

**O apoio à agricultura familiar dá um novo impulso ao desenvolvimento rural tendo como referência a geração de renda, a criação de ocupações produtivas, a redução da migração campo-cidade e a configuração de novos espaços rurais e urbanos por meio de um novo modelo de desenvolvimento que articula os dois espaços.**

**O desafio enfrentado pela maior parte das pequenas produções familiares é o da superação das formas tradicionais de organização do trabalho, principalmente, pela descapitalização e recursos precários para a produção, além da baixa escolaridade e na maioria dos casos, o alto índice de analfabetismo.**

**Novos paradigmas de capacitação e de educação rural contribuirão para entender e superar as dificuldades vivenciadas na agricultura familiar, capacitando-a para a gestão social, acompanhamento e a avaliação de seus empreendimentos.**

ções produtivas, a redução da migração campo-cidade e a configuração de novos espaços rurais e urbanos por meio de um novo modelo de desenvolvimento que articula os dois espaços.

O desafio enfrentado pela maior parte das pequenas produções familiares é o da superação das formas tradicionais de organização do trabalho, principalmente, pela descapitalização e recursos precários para a produção, além da baixa escolaridade e na maioria dos casos, o alto índice de analfabetismo.

A superação dessa condição implica a reorganização das formas de gestão social. Significa construir novos conhecimentos que permitam avanço das condições de trabalho desses pequenos produtores familiares e a compreensão da potencialidade do espaço rural vista na sua totalidade. Novos paradigmas de capacitação e de educação rural contribuirão para entender e superar as dificuldades vivenciadas na agricultura familiar, capacitando-a para a gestão social, acompanhamento e a avaliação de seus empreendimentos. Além de estimular o uso de práticas de trabalho em conjunto que racionalizam o tempo, o trabalho e fortaleçam as relações sociais entre agricultores. O aprendizado dessa organização também deve se traduzir numa nova mentalidade em relação às possibilidades de organização do meio rural e da compreensão da nova ruralidade.

As mudanças no campo político, econômico e social indicam também, mudanças no meio rural. Conseqüentemente, torna-se necessário reconceituar essa nova ruralidade que se encontra fundamentada em conceitos tais como:

- a valorização de recursos humanos como objetivo do desenvolvimento rural – interpretado como uma melhor qualidade de vida para a população rural;
- fortalecimento da democracia e da cidadania – componentes do desenvolvimento rural que permitem que a população rural passe a compreender-se enquanto sujeito de novas relações sociais;
- crescimento econômico tomando como referência um enfoque integrado.

Assim, o desenvolvimento rural se concebe como um processo de transformações das sociedades rurais e de suas unidades territoriais; processo

centrado nos indivíduos, nas novas formas de gestão social e nas políticas de apoio ao meio rural.

O desenvolvimento rural com base na ampliação do conceito e prática da nova ruralidade caracteriza-se como um amplo processo de transformação da sociedade e de suas unidades territoriais, centrado nos sujeitos participativos, com políticas específicas dirigidas à transformação dos desequilíbrios sociais, econômicos, institucionais, ecológicos e de gênero, que permitem desenvolver as oportunidades de desenvolvimento humano.

O reconhecimento dessa nova realidade rural implica em pensar o desenvolvimento rural com novas estratégias e políticas públicas que tenha alcance no econômico, social, político, ambiental e essencialmente na melhora de condições de vida da população rural.

## **Paradigmas de formação de recursos humanos**

Os conceitos e paradigmas da nova ruralidade influenciam nos processos, metodologias e práticas de capacitação. De uma tendência centrada nos aspectos técnicos do desenvolvimento rural valorizando os recursos materiais da agricultura familiar, o foco da capacitação passa a absorver conteúdos de gestão social e desenvolvimento local, com ênfase na participação dos sujeitos locais da comunidade e da sociedade civil organizada, valorizando os aspectos de fortalecimento da democracia e de reforço à cidadania e a organização dos pequenos produtores como instrumento que estimula a organização empresarial.

No aspecto conceitual e político os sistemas e programas de capacitação buscam focalizar a autonomia dos atores locais. O novo cenário de descentralização tende a fortalecer o nível local, de tal forma que os processos de desenvolvimento possibilitem reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a democracia participativa, distribuir o poder político, gerar oportunidade de emprego e renda. Por meio das funções de planejamento, participação e da busca de novas potencialidades econômicas.

**O desenvolvimento rural com base na ampliação do conceito e prática da nova ruralidade caracteriza-se como um amplo processo de transformação da sociedade e de suas unidades territoriais, centrado nos sujeitos participativos, com políticas específicas dirigidas à transformação dos desequilíbrios sociais, econômicos, institucionais, ecológicos e de gênero, que permitem desenvolver as oportunidades de desenvolvimento humano.**

**O novo cenário de descentralização tende a fortalecer o nível local, de tal forma que os processos de desenvolvimento possibilitem reduzir as desigualdades sociais, fortalecer a democracia participativa, distribuir o poder político, gerar oportunidade de emprego e renda.**

**...os processos de capacitação e de formação de recursos humanos para o desenvolvimento rural devem pautar-se pelo resgate dos valores culturais, por enfoques de capacitação que gerem autonomia e capacidade para a tomada de decisões e pela capacidade dos atores de buscar parcerias que fortaleçam as suas atividades, gerando ações concretas de fortalecimento econômico e social.**

Neste sentido, os processos de capacitação com ênfase no desenvolvimento local buscam a introdução de novos valores, tais como: participação, promoção das instituições e organizações locais, associativismo, capacidade empresarial, eficiência, eficácia, competitividade e produtividade. Isso decorre das novas relações entre Estado e sociedade, e dos novos papéis desempenhados pelos atores locais.

Estes enfoques desenvolvidos nos processos de capacitação permitem desenvolver ações interativas entre os atores coletivos e representam a base de uma nova formação para que os sujeitos possam atuar na condução do desenvolvimento rural, com vistas à emancipação política, social e econômica das comunidades. Para tal, torna-se necessário que a capacitação seja compreendida como um processo educativo, formativo e, sobretudo, que gere ações transformadoras, em oportunidade de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade.

Concebidos desta forma, os processos a capacitação enfatizam e valorizam a construção coletiva do conhecimento, o relacionamento social e a interpretação da própria realidade, articulando as dimensões da prática concreta, pedagógica e social. A participação constitui princípio básico dos processos de capacitação. As ações isoladas de indivíduos e unidades produtivas tendem a enfraquecer as ações orgânicas e coletivas. Assim, os processos de capacitação e de formação de recursos humanos para o desenvolvimento rural devem pautar-se pelo resgate dos valores culturais, por enfoques de capacitação que gerem autonomia e capacidade para a tomada de decisões e pela capacidade dos atores de buscar parcerias que fortaleçam as suas atividades, gerando ações concretas de fortalecimento econômico e social.

Estes pressupostos teóricos retratam a base prática na qual se fundamentam os atuais processos de capacitação desenvolvidos, em níveis estratégicos, por programas de governo e instituições não governamentais que buscam um novo relacionamento entre os sujeitos e sua realidade concreta. Focalizam uma nova forma de compreender o espaço local, como o espaço da transformação social e os movimentos associativos, como estratégicos para pensar uma nova forma de desenvolvimento, baseados em processos coletivos e na ampliação da cidadania .

O desenvolvimento rural com base na nova ruralidade exige paradigmas de formação de recursos humanos com uma visão ampliada do setor rural, que compreenda as possibilidades de transformações sociais e econômicas com vista a uma educação permanente centrada na aprendizagem contínua.

A formação de recursos humanos passa a ser entendida como uma variável estratégica do desenvolvimento, capaz de gerar transformações no desenvolvimento social cultural e de realizar as potencialidades dos indivíduos e da coletividade: de considerar o conhecimento empírico do trabalhador como um conhecimento a ser ampliado.

Neste sentido a formação de formadores constitui uma tarefa estratégica. Estes novos formadores “precisam jogar-se ativamente na vida prática, como animadores, organizadores, perpetuamente convincentes” entendidos como novos intelectuais, originários de uma nova situação. Assim a missão do intelectual orgânico é empreender e realizar “a reforma intelectual e moral”, romper com a antiga subordinação do povo à cultura tradicional e reconciliando-o com sua própria cultura, construir uma nova força, uma verdadeira força coletiva.

O rural com estes novos enfoques deverá constituir uma força econômica, cultural e prática capaz de romper com a dicotomia cidade e campo, entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento, a submissão do campo às cidades, uma nova hegemonia rural.

## Referências

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

\_\_\_\_\_. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

**O desenvolvimento rural com base na nova ruralidade exige paradigmas de formação de recursos humanos com uma visão ampliada do setor rural, que compreenda as possibilidades de transformações sociais e econômicas com vista a uma educação permanente centrada na aprendizagem contínua.**

**...a missão do intelectual orgânico é empreender e realizar “a reforma intelectual e moral”, romper com a antiga subordinação do povo à cultura tradicional e reconciliando-o com sua própria cultura, construir uma nova força, uma verdadeira força coletiva.**

IANNI, O. *Teoria da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MAARA. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Brasília, DF, 1995.

SANTOS, J. V. T. A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 4, 1993.

TOURAINÉ, A. *Em defesa da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

# **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: superando obstáculos**

*Vinicius Nobre Lages\**

## **Introdução**

O presente texto tem por objetivo discutir alguns dos principais obstáculos enfrentados pela agricultura familiar no Brasil, tendo como referência o paradigma do desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>.

Inicialmente, temos a precisar que nos referimos ao desenvolvimento sustentável apenas enquanto uma condição ideal ou desejável, e não como um modelo teórico fechado, com o qual possamos construir hipóteses de trabalho facilmente verificáveis através de experiências empíricas. O debate, que já se prolonga por mais de duas décadas, em torno da mudança de paradigmas do desenvolvimento, contribuiu para a emergência do chamado paradigma do desenvolvimento sustentável, ajudando a construir problemáticas de pesquisa e para apontar para questões que desafiam as distintas ciências que tratam do rural e do agrícola de maneira isolada. Desta

---

\* Engenheiro Agrônomo, Doutor em Socio-Economia do Desenvolvimento (EHESS, Paris), Professor Adjunto do Departamento de Geografia e Meio Ambiente e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA, da Universidade Federal de Alagoas. Endereço eletrônico: [vlages@sebrae.com.br](mailto:vlages@sebrae.com.br)

<sup>1</sup> O autor agradece o convite formulado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para participar da Comissão de Sistematização do Seminário "Agricultura Familiar - desafios para a sustentabilidade", realizado no período de 9 a 11 de dezembro de 1998, em Aracaju-SE.

maneira, a discussão aqui apresentada reflete as limitações de uma análise monodisciplinar (agronomia), ainda que nos consideremos um verdadeiro “híbrido” no que diz respeito a formação acadêmica <sup>2</sup>.

Como contribuição para as discussões sobre a sustentabilidade do desenvolvimento rural e agrícola, apresentamos duas vertentes: uma mais radical, no sentido de mais profunda, que tem por base a agricultura ecológica e suas variantes; outra, mais branda, mas que também se inscreve na revisão do paradigma produtivista da modernização agrícola seguida em passado recente.

Quanto à agricultura familiar, não pretendemos esboçar nenhum elemento inovador em sua classificação, seguindo as características gerais apresentadas pelo conceito adotado nos programas oficiais, à exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. Uma das grandes vantagens do conceito adotado pelo PRONAF está na sua amplitude e flexibilidade para excluir do universo da agricultura familiar, apenas as formas de organização produtiva marcadas pelo emprego de grandes contingentes de trabalhadores assalariados que caracterizam a agricultura patronal.

### **Importância da agricultura familiar no Brasil**

A importância da agricultura para o desenvolvimento nacional tem sido reafirmada repetidas vezes nos discursos oficiais, sem, no entanto, receber a atenção que merece.

No Brasil, cerca de 90% de seus pouco mais de 5.550 municípios têm no setor primário a base de sua economia e existência, e abrigam 75% da população no campo e cidades do interior. No emaranhado complexo do universo familiar de produção primária, temos que incluir também os 420 mil assentados pelos diferentes programas oficiais de colonização e distribuição de terras implementados nas últimas décadas.

---

<sup>2</sup> Apesar de nossa formação básica ser a engenharia agrônoma, “hibridamos” com as ciências ambientais na formação de mestrado e com a sócio-economia do desenvolvimento na formação de doutorado.

A diversidade encontrada no espaço rural brasileiro, espelha a diversidade de um país-continente, marcado por desigualdades sociais e regionais.

Em certas áreas predomina o conflito fundiário, em outras a agricultura familiar considerada marginal ou sub-familiar, extremamente empobrecida. Em outras encontramos os novos “com-terra” em assentamentos rurais, mas ainda sem perspectivas concretas de emancipação, ou ainda os neorurais, profissionais liberais ou empresários que adquirem glebas rurais para o desenvolvimento de atividades produtivas ou mesmo como residência secundária ou chácaras de lazer.

Por toda parte, no entanto, vemos eclodir enfrentamentos entre os acampados sem-terra ou entre as milhares de famílias presas às engrenagens da exclusão social do modelo econômico vigente. Podemos observar, no entanto, ainda que cada vez mais isolados, a presença de agricultores familiares consolidados, que disputam espaços no mercado altamente competitivo do atual cenário de globalização. É sobre este mosaico pleno de diversidade que voltamos a discutir mais adiante.

### **Agricultura familiar: sob o signo da precariedade**

Historicamente, nos recentes modelos de desenvolvimento adotados no país, a agricultura tem sido chamada a dar respostas do ponto de vista da segurança alimentar, do fornecimento de matérias primas a baixo custo para as agroindústrias, fornecendo mão-de-obra barata para outros setores econômicos, servindo de mercado para as indústrias de insumos, máquinas e equipamentos, financiando outros setores da economia através da transferência de renda, e gerando divisas através da exportação (ACCARINI, 1987; CARVALHO, 1998).

Nosso entendimento é de que estas respostas têm sido pensadas, de maneira equivocada, como sendo tarefas quase exclusivas da agricultura patronal ou empresarial, dado ao seu favorecimento explícito nas políticas públicas para o setor. No entanto, apesar do tratamento desigual e até da denomina-

**A diversidade encontrada no espaço rural brasileiro, espelha a diversidade de um país-continente, marcado por desigualdades sociais e regionais.**

**Podemos observar, no entanto, ainda que cada vez mais isolados, a presença de agricultores familiares consolidados, que disputam espaços no mercado altamente competitivo do atual cenário de globalização.**

**A importância da agricultura familiar para os países industrializados ou chamados desenvolvidos foi e ainda é fundamental do ponto de vista social e econômico, pois constituiu a base de seu desenvolvimento agrícola e agro-industrial, sendo também responsável pela melhor distribuição de renda e pelo fortalecimento do mercado interno nestes países (ABRAMOWAY, 1994).**

ção depreciativa dada aos agricultores familiares<sup>3</sup>, ou até mesmo do banimento, no vocabulário oficial, de sua denominação “camponesa”, ou “camponês”, sobretudo durante o regime militar, ou da severa repressão como no caso das “ligas camponesas”, a agricultura familiar ainda resiste nas suas diversas formas, constituindo ainda cerca de 2/3 dos estabelecimentos rurais, e empregando 75% da PEA agrícola como indicam os dados oficiais (BRASIL, 1995).

A importância da agricultura familiar para os países industrializados ou chamados desenvolvidos foi e ainda é fundamental do ponto de vista social e econômico, pois constituiu a base de seu desenvolvimento agrícola e agro-industrial, sendo também responsável pela melhor distribuição de renda e pelo fortalecimento do mercado interno nestes países (ABRAMOWAY, 1994).

No Brasil, a agricultura familiar nasceu e sobreviveu sob o signo da precariedade: jurídica, social e econômica, do controle dos meios de produção. Sobreviveu, desde o período colonial, quase que exclusivamente nos interstícios das grandes plantações, como descreveu Prado Júnior (1979). Esta situação é bem mais acentuada no Nordeste brasileiro, berço do latifúndio, onde a agricultura familiar pôde desenvolver-se para produzir alimentos para o autoconsumo e subsistência dos trabalhadores e escravos, articulando-se ao mercado apenas para assegurar a compra de outros bens que desoneravam os proprietários das grandes plantações.

No debate acadêmico e na literatura especializada no Brasil, como argumenta Neves (1993, p. 26), a caracterização das “unidades familiares de produção” tem sido pautada, invariavelmente, num sistema classificatório construído a partir de adjetivações dicotomizadas, cujo termo contraposto é a “unidade capitalista de produção” agrícola ou as unidades patronais.

Esta contraposição, que simplifica a complexidade que envolve o universo das unidades familiares de produção, não é ingênua, e alinha três características distintas:

---

<sup>3</sup> Tais como “caboclo”, “roçeiro”, “caipira”, “baixa renda”, “pequeno agricultor” ou “pequena agricultura”.

- o “nível tecnológico”, atribuindo à agricultura familiar menor eficiência, pois apoiada no tradicionalismo e no uso restrito de tecnologias ditas modernas;
- o “tamanho das propriedades”, geralmente sendo consideradas pequenas e inadequadas para uma economia de escala, ou incapazes de enfrentar a concorrência em mercados tecnologicamente e organizacionalmente competitivos;
- a “contraposição de uma racionalidade econômica” atribuída à agricultura capitalista ou patronal “à uma racionalidade social”, consagrada à unidade familiar de produção.

Esta caracterização termina escondendo, como argumenta Neves (1993), a grande diversidade do universo familiar de produção agrícola. Talvez por esta razão, e por incluir irrestritamente os agricultores familiares no conjunto da chamada “agricultura tradicional”, estes foram historicamente considerados um obstáculo ao desenvolvimento agrícola. A modernização agrícola, implantada a partir dos anos 60 no Brasil, teve também por objetivo a sua superação, não incorporando-a à suposta “modernidade” que a Revolução Verde tentou instaurar no país.

### **Agricultura familiar: vantagens comparativas**

De acordo com o MAARA<sup>4</sup> (BRASIL, 1995), no contexto emergente do desenvolvimento rural e agrícola sustentável, que coloca o homem no centro do processo, as funções macroeconômicas tradicionais da agricultura precisam ser revistas, passando a incluir, entre outras funções: i) a geração de renda de forma desconcentrada, ii) a criação de ocupações produtivas nos setores situados à jusante e à montante da propriedade agrícola, quer dizer, gerar empregos rurais não-agrícolas, iii) garantir suficiência, produtividade, qualidade, diversificação e continuidade a uma política de segurança alimentar, iv) continuar gerando divisas para o país, v) reduzir migração campo-cidade e das cidades de pequenas para as grandes, redesenhando as

---

<sup>4</sup> As linhas de ação voltadas para a agricultura familiar, existentes no MAARA, foram destinadas Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, criado na segunda metade dos anos 90, separado do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

**...é possível integrar a agricultura familiar nos programas de melhoramento genético, de conservação da diversidade genética de interesse agrícola (agrobiodiversidade), articulando assim diversidade biológica com diversidade sócio-cultural.**

**...a unidade de produção familiar quer por sua extensão, quer pela forma de organização do trabalho, favorece maiores cuidados nas operações de manejo do espaço e dos recursos naturais, na medida em que aquele que toma as decisões é também o que as coloca em prática.**

relações campo-cidade através de novas configurações rurais-urbanas, vi) apoiar a retomada do processo de desenvolvimento, vii) contribuir para uma maior competitividade da economia nacional, viii) maximizar o uso racional dos fatores ambientais, ix) contribuir para reduzir a desigualdades espaciais e sociais, x) articular-se com os outros setores da economia<sup>5</sup>.

A diversificação produtiva observada na agricultura familiar tem também uma importância muito grande do ponto de vista da proteção da agrobiodiversidade, da diversidade de paisagens, dos ecossistemas e de culturas locais. Ou seja, é possível integrar a agricultura familiar nos programas de melhoramento genético, de conservação da diversidade genética de interesse agrícola (agrobiodiversidade), articulando assim diversidade biológica com diversidade sócio-cultural.

A agricultura familiar pensada do ponto de vista da gestão dos recursos naturais renováveis põe em destaque o papel da diversificação produtiva observada nos agroecossistemas familiares em contraposição à biosimplificação observada na monocultura latifundista. Segundo Leroy, Maia e Guimarães (1997, p.92), a unidade de produção familiar quer por sua extensão, quer pela forma de organização do trabalho, favorece maiores cuidados nas operações de manejo do espaço e dos recursos naturais, na medida em que aquele que toma as decisões é também o que as coloca em prática.

Desta articulação profícua entre diversidade biológica e diversidade sociocultural, própria de um país tropical como o Brasil, pode-se imaginar formas de valorização integral de biomassa (para fins energéticos, alimentação humana e animal, fertilizantes, biopolímeros - plásticos vegetais, fibra, forragem, fármacos, cosméticos, pele vegetal etc.), ampliando assim o leque de opções abertas para os agricultores familiares.

As possibilidades oferecidas pelo avanço tecnológico permite também a flexibilização da escala de aplicação das tecnologias de ponta, dando mar-

---

<sup>5</sup> Estas são também posições assumidas por outros autores tais como Abramoway e Sachs (1996), David (1997), Lages (1998) e Graziano da Silva (1996).

gens de manobra para a gestão do pluralismo tecnológico (tecnologia de ponta + tecnologias que impliquem na intensidade do uso de mão de obra, quando convier). Neste sentido, pode-se pensar na chamada “gestão do pluralismo tecnológico” encontrando os espaços e as escalas ideais de combinação tecnológica que melhor racionalizem o uso dos recursos disponíveis.

Não se trata, como enfatiza Sachs<sup>6</sup>, de um retorno idílico ao *small is beutifull* ou do apego cego às tradições, mas a busca incessante de melhor aproveitar o potencial humano e natural existente em cada ecossistema, tendo como desafio os critérios de sustentabilidade do desenvolvimento.

A agricultura familiar, ao fixar as famílias rurais no campo, evitando que estas migrem para as cidades, pode servir como vetor de ocupação do território contra os vazios demográficos deixados pela modernização agrícola “sem homens”, que fez até da Amazônia brasileira uma região precocemente urbana (há na Amazônia brasileira municípios com taxas de urbanização superiores a 90%). Neste contexto, é possível imaginar o apoio à agricultura familiar como estratégia para pensar novas configurações espaciais rurais-urbanas, através de um novo modelo de desenvolvimento que articule, ao invés de separar, os espaços rural e urbano (ABRAMOWAY; SACHS, 1996).

Multiplicando-se as experiências de desenvolvimento rural apoiadas na agricultura familiar, amplia-se o impacto do chamado “choque distributivo”, permitido pela melhor distribuição de renda no campo. No caso brasileiro, onde as condições de vida da população do campo são muito precárias, estes benefícios advindos do apoio à agricultura familiar resultariam, ao lado do processo de alfabetização e dos programas de saúde, na ampliação da cidadania no meio rural<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Em alocução no Programa *Roda Viva*, TVE -Televisão Educativa, em 14 de setembro de 1998.

<sup>7</sup> Neste sentido o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, cuja meta para os próximos anos é alfabetizar cerca de 100 mil jovens e adultos nos assentamentos rurais, é uma iniciativa louvável, e que conta com o apoio irrestrito das universidades públicas brasileiras para sua execução. Vale salientar também as ações de organizações não-governamentais, incluindo as religiosas, que vêm desenvolvendo trabalho de alfabetização no campo.

**...é possível imaginar o apoio à agricultura familiar como estratégia para pensar novas configurações espaciais rurais-urbanas, através de um novo modelo de desenvolvimento que articule, ao invés de separar, os espaços rural e urbano.**

**No caso brasileiro, onde as condições de vida da população do campo são muito precárias, estes benefícios advindos do apoio à agricultura familiar resultariam, ao lado do processo de alfabetização e dos programas de saúde, na ampliação da cidadania no meio rural.**

## **A questão da sustentabilidade do desenvolvimento rural e agrícola**

O desenvolvimento sustentável, em duas palavras, pode ser resumido como o atendimento das necessidades e aspirações das gerações presentes, sem comprometer as necessidades e aspirações das gerações futuras. Por outro lado, significa a emergência de uma solidariedade diacrônica, de uma nova ética que nos obriga a pensar globalmente para agir localmente, mas também pensar localmente para agir globalmente. Significa, sobretudo, a necessidade de se articular as cinco dimensões do desenvolvimento: espacial, econômica, social, cultural e ecológica, ultrapassando o reducionismo economicista que avalia o desenvolvimento apenas em termos de PIB, renda per capita e taxas de crescimento (LEROY; MAIA; GUIMARÃES, 1997).

**De uma forma geral, podemos considerar desenvolvimento sustentável como aquele que envolve eficácia econômica, equidade, e justiça social, além de prudência ecológica. Desta maneira torna-se mais fácil traduzi-lo em instrumentos concretos de intervenção na realidade.**

Este conceito de desenvolvimento sustentável, no entanto, é muito abstrato para os que pensam em redefinir paradigmas de desenvolvimento rural e agrícola nesta virada de milênio. De uma forma geral, podemos considerar desenvolvimento sustentável como aquele que envolve eficácia econômica, equidade, e justiça social, além de prudência ecológica. Desta maneira torna-se mais fácil traduzi-lo em instrumentos concretos de intervenção na realidade.

Falamos de desenvolvimento sustentável aplicado à agricultura familiar e, por esta razão, precisamos compreender a natureza do próprio fenômeno agrícola desde sua origem.

Quando falamos de agricultura estamos falando de uma atividade que iniciou-se a cerca de 10 mil anos atrás, que implicou em mudanças significativas na forma como o homem passou a se relacionar com o espaço. A sedentarização, decorrente da produção de excedentes na produção de alimentos, é certamente um dos resultados mais significativos que permitiu a emergência da divisão do trabalho e da gradual separação entre o espaço agrícola - o campo cultivado- e as cidades, que depois passou a ser chamado também de espaço urbano.

A agricultura significou a transformação de ecossistemas naturais -florestas, pradarias e várzeas - em ecossistemas agrícolas, ou agroecossistemas. Ao

privilegiar uma ou apenas algumas espécies no processo de obtenção de biomassa útil, estava o homem iniciando um processo de biosimplificação (redução da diversidade biológica), que se acelerou com o desenvolvimento do processo civilizatório.

A intervenção na sucessão ecológica, reduzindo o número de espécies numa dada área cultivada, quer através da enxada ou dos agroquímicos é, portanto, um dos primeiros impactos ambientais da agricultura.

A evolução tanto das atividades agrícolas, conquistando novas fronteiras, cultivando novas espécies, quanto da indústria, e conseqüentemente o uso de máquinas e agroquímicos, ao tempo em que potencializou o trabalho humano, também fez crescer o potencial de impactos negativos da agricultura sobre o meio ambiente.

Em que pese considerar extremamente importante para a compreensão epistemológica do fenômeno agrícola esta panorâmica sobre sua evolução bem como de seus impactos, esta foge aos objetivos a que nos propusemos neste texto.

Nosso propósito é de tentar articular os processos de causação cumulativa entre as condições de precarização das condições de vida no campo, a degradação ambiental e o modelo de desenvolvimento rural e agrícola adotado até então, como reflexão às intervenções apresentadas no Seminário sobre Agricultura Familiar objeto desta publicação.

### **A agricultura familiar e a vertente mais radical da sustentabilidade**

A sustentabilidade do desenvolvimento rural e agrícola tem sido pensada por duas vias, que de certa forma se alinham com as discussões apresentadas pelos distintos autores da coletânea do Seminário em epígrafe (MOTA; TAVARES; GUEDES; NOGUEIRA, 1998).

Uma mais radical, que apregoa um abandono de toda parafernália da agroquímica ou de máquinas inadequadas para as condições edafoclimáticas e ecológicas dos trópicos. Aí situam-se as diversas vertentes da chamada

agricultura alternativa (orgânica, biodinâmica, natural, regenerativa, de baixo uso de insumos *-low input-*)<sup>8</sup>.

Estas vertentes tentam uma harmonia temporal -busca de sincronias- entre os ciclos do sistema bioecológico e do sistema sócio-econômico. Em algumas perspectivas mais radicais de sua aplicação, busca-se até mesmo a megaentropia, no sentido de uma prática agrícola enriquecedora em termos energéticos globais<sup>9</sup>.

De uma forma geral, a sustentabilidade do desenvolvimento rural e agrícola pensada sob a perspectiva da agricultura ecológica significa a eliminação das práticas agrícolas que envolvem o uso indiscriminado de agrotóxicos, substituindo-os pelo uso do controle biológico de pragas e doenças, da conservação de solos e dos recursos hídricos, da proteção da biodiversidade, da adubação verde, compostagem, rotação de culturas, entre tantas outras práticas que melhoram a eficiência do uso de recursos naturais renováveis.

Estas práticas agrícolas são quase sempre, coadjuvadas do redesenho dos arranjos agroecossistêmicos, adequando-os à diversidade ambiental do país. Geralmente também implica na formulação *ex-ante* de perguntas certas: ao invés de quantas toneladas por hectare de um certo cereal irrigado, quantos litros de água por tonelada de cereal produzida.

Muitos falam também em agricultura sustentável em termos de “revolução verde permanente” ou de uma “revolução duplamente verde”<sup>10</sup>, produzindo e protegendo a base de sustentação dos sistemas vitais do planeta.

A agroecologia deu grande contribuição a construção deste modelo de sustentabilidade através:

---

<sup>8</sup> Ver Canuto, J. C. *in* MOTA; TAVARES; GUEDES; NOGUEIRA, 1998.

<sup>9</sup> Fixando carbono e enriquecendo biologicamente ecossistemas degradados. Até mesmo do ponto de vista paisagístico, ao menos na experiência européia, em particular a francesa, há uma grande preocupação com a dimensão estética da agricultura, valorizando práticas agrícolas que conservem a beleza das paisagens rurais. A agronomia, nesse desafio, passa a incorporar a produção da beleza (assim como a qualidade dos alimentos) em seu paradigma de produção, superando o viés produtivista da Revolução Verde.

<sup>10</sup> *Evergreen revolution* ou *double green revolution*, termos empregados por M.S. Swaminathan (1996a, 1996b).

- da definição de formas de manejo e aumento da diversidade biológica (no nível genético, específico, ecossistêmico e paisagístico) nos agroecossistemas, diminuindo riscos, ajustadas às necessidades múltiplas das famílias dos agricultores, ampliando resiliência;
- integrando a produção vegetal a criação animal;
- otimizando a reciclagem de resíduos e de água;
- promovendo o manejo integrado de pragas e doenças;
- aproveitando melhor os estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo.

### **A agricultura familiar em termos de sustentabilidade *lato sensu***

A sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar também pode ser pensada em termos mais abrangentes, não exclusivamente relacionada à eliminação das práticas agrícolas da Revolução Verde, ainda que orientada pela adaptação destas tecnologias às suas necessidades. Neste sentido, destacamos as principais dimensões da sustentabilidade do desenvolvimento agrícola relacionando-as com a agricultura familiar:

**Sustentabilidade econômica:** definida como a perenidade do retorno econômico em função dos investimentos realizados. Os estudos do perfil de renda das famílias dos agricultores, associados à sazonalidade da oferta de empregos e oportunidades de renda nas microregiões onde estão inseridos, é fundamental para se definir os estrangulamentos existentes no âmbito da economia local.

Unidades familiares de produção são, simultaneamente, unidades de produção e de consumo. Sua viabilidade econômica, portanto, não deve significar apenas a avaliação das atividades desenvolvidas na própria agricultura, tendo como referência apenas o mercado, mas também em termos das estratégias familiares de sobrevivência (incluindo o autoconsumo ou “renda consumo”, o autoemprego e, sobretudo, a pluriatividade).

No campo político, ou das definições de políticas macroeconômicas, o «mantra» do reajuste estrutural, que impôs a reforma do Estado e a liberalização econômica, tem sido usado como desculpa para a não formu-

**Unidades familiares de produção são, simultaneamente, unidades de produção e de consumo. Sua viabilidade econômica, portanto, não deve significar apenas a avaliação das atividades desenvolvidas na própria agricultura, tendo como referência apenas o mercado, mas também em termos das estratégias familiares de sobrevivência.**

**...a agricultura familiar pode ser considerada como um grande reserva da chamada dimensão sócio-cultural do desenvolvimento sustentável, uma vez que representa uma grande diversidade de estratégias de adaptação, sem falar na diversidade étnica e cultural do conjunto dos agricultores familiares. A agricultura familiar ainda é a atividade que mais absorve mão de obra no campo, fator nada desprezível no atual contexto de desemprego estrutural.**

lação de políticas públicas ativas de apoio à atividade primária, forçando os Estados nacionais a abdicarem de sua função de pensar estrategicamente projetos de futuro. No bojo desta discussão encontram-se as chamadas medidas sociais compensatórias, entre as quais tem sido encarado o processo de reforma agrária no país.

Por outro lado, a acentuada financeirização da economia, na atual fase do capitalismo, consubstanciada no domínio absoluto do capital especulativo sobre o capital produtivo, tem inibido alternativas econômicas, com base na produção primária. Além disto, a inexistência de suficiente soberania monetária, países como o Brasil, assistem a diluição de suas autonomias para a formulação de estratégias de desenvolvimento econômico, até porque, já não se coloca mais como factível, a formulação de políticas de desenvolvimento econômico. Os que pensam em contrário, são isolados no debate político, rotulados de “pré-históricos, mastodônticos” ou simplesmente atrasados, dado o caráter dogmático das propostas de ajuste do discurso oficial das autoridades econômicas.

Desenvolvimento econômico e social, neste caso, passou a ser termo banido do vocabulário político dos que seguem os ditames de uma postura econômica ortodoxa, alinhada ao chamado “Consenso de Washington”. Por outro lado, não se pode subestimar o protecionismo que ainda existe no mercado externo, disfarçado nas barreiras não tarifárias - higiênicas, ambientais, étnicas, morais ou tecnológicas (através das normas técnicas). Além disto, os subsídios que os países industrializados destinam à sua agricultura - na ordem de US\$ 1 bilhão por dia - são obstáculos complementares à conjuntura supracitada; não se pode desconsiderar também o enorme fosso tecnológico que se criou na gestão de agronegócios, em virtude da falência da extensão rural e da assistência técnica pública, em detrimento da agricultura familiar, quando observa-se o restrito universo de agricultores deste segmento que recebe assistência técnica, incapacitando-os do ponto de vista dos novos paradigmas qualitativos de produção e de gestão de negócios agropecuários.

**Sustentabilidade social e cultural:** dada a sua diversidade, a agricultura familiar pode ser considerada como um grande reserva da chamada dimensão sócio-cultural do desenvolvimento sustentável, uma vez que representa

uma grande diversidade de estratégias de adaptação, sem falar na diversidade étnica e cultural do conjunto dos agricultores familiares. A agricultura familiar ainda é a atividade que mais absorve mão de obra no campo, fator nada desprezível no atual contexto de desemprego estrutural.

**Sustentabilidade ecológica:** o desenvolvimento de uma agricultura familiar que tenha preocupações explícitas com o uso racional dos recursos naturais renováveis, pode ser extremamente importante para as políticas de gestão ambiental e territorial. A diversidade de formas e arranjos agroecossistêmicos assumidas pela agricultura familiar é um antídoto à homegeinização paisagística, cultural e específica assumida pela monocultura latifundista.

Enraizada num meio físico conhecido e sob controle, a agricultura familiar mantém uma relação positiva com o território, o que se revela, sobretudo, na capacidade de melhor valorizar as potencialidades próprias aos ecossistemas naturais em que está inserida (LEROY; MAIA; GUIMARÃES, 1997). Essa função não pode ser esquecida no momento em que os serviços ambientais dos territórios<sup>15</sup> são pensados nas estratégias de gestão integrada do meio ambiente.

A pesquisa agrônoma não soube, até o presente, incorporar a diversidade biológica dos trópicos em seus paradigmas, empobrecendo enormemente as respostas dadas pelos técnicos aos desafios colocados pela agricultura sustentável (LAGES, 1998).

**Sustentabilidade espacial:** o espaço é uma das dimensões fundamentais do desenvolvimento. O redesenho das relações campo-cidade, ou a emergência de novas configurações espaciais urbano-rurais a partir da consolidação de uma agricultura familiar viável, é um dos pressupostos de sua sustentabilidade.

Para Leroy, Maia e Guimarães (1997), “a agricultura familiar mantém uma relação positiva com o território, o que se revela, sobretudo, na capacidade de valorizar as potencialidades próprias aos ecossistemas naturais em que

**A diversidade de formas e arranjos agroecossistêmicos assumidas pela agricultura familiar é um antídoto à homegeinização paisagística, cultural e específica assumida pela monocultura latifundista.**

**O redesenho das relações campo-cidade, ou a emergência de novas configurações espaciais urbano-rurais a partir da consolidação de uma agricultura familiar viável, é um dos pressupostos de sua sustentabilidade.**

---

<sup>11</sup> Existem dos recursos hídricos, dos ecossistemas florestais e de sua biodiversidade, conservação do solo, entre outros.

**...a modernização agrícola no Brasil, ao ser socialmente excludente, terminou provocando um êxodo rural acentuado, tendo entre suas conseqüências, o crescimento desordenado das cidades. Por outro lado, outros fatores interagiram neste processo migratório, como as atrações oferecidas pelos serviços de infra-estrutura nas cidades, aliados à possibilidade de se obter um emprego regular.**

**...é possível evitar que muitos dos que ainda vivem no campo, assim como aqueles que atualmente por lá se instalam, possam vivenciar o processo dentro de condições dignas, sem terem que ser forçados a viver o processo de “desruralização”, como coloca Abrawoway e Sachs (1996)...**

está inserida, inscrevendo essas potencialidades em suas estratégias de reprodução econômica”. Por outro lado, dada a grande multiplicidade de estratégias sobre um território definido, a agricultura familiar termina por encorajar o desenvolvimento local, favorecendo o planejamento e a gestão coletiva dos recursos naturais, sua distribuição mais eqüitativa e sua administração mais descentralizada (DELPEUCH, 1989).

Já afirmamos o quanto a modernização agrícola no Brasil, ao ser socialmente excludente, terminou provocando um êxodo rural acentuado, tendo entre suas conseqüências, o crescimento desordenado das cidades. Por outro lado, outros fatores interagiram neste processo migratório, como as atrações oferecidas pelos serviços de infra-estrutura nas cidades, aliados à possibilidade de se obter um emprego regular.

É inimaginável uma reversão radical no quadro de hiperurbanização já observada em muitas áreas metropolitanas do país. No entanto, é possível evitar que muitos dos que ainda vivem no campo, assim como aqueles que atualmente por lá se instalam, possam vivenciar o processo dentro de condições dignas, sem terem que ser forçados a viver o processo de “desruralização”, como coloca Abrawoway e Sachs (1996), indo morar na periferia das cidades. Nesse sentido, vale notar as recentes dinâmicas de rurbanização observadas por Graziano da Silva(2000).

Os assentamentos rurais que fazem parte do programa de distribuição de terras do Governo Federal podem, desta forma, serem considerados como verdadeiros laboratórios desta dinâmica em busca de arranjos espaciais menos polarizados em direção do urbano, ainda que o rural passe, gradativamente, a perder sentido do ponto de vista de sua especificidade sociológica, funcional e, portanto, espacial.

A dicotomia rural-urbana ou campo-cidade, que marcou a dinâmica espacial em distintas partes do mundo, significou situações antitéticas entre “o ter e o não ter”, sobretudo em termos de qualidade de vida resultante da oferta de oportunidades de emprego e serviços. Assumimos como hipótese, portanto, que a oferta destas oportunidades nos assentamentos rurais terminará por estreitar, gradativamente, as diferenças existentes, em busca de configurações espaciais mais equilibradas.

Dadas as proporções da crise urbana que vive o país, não podemos mais continuar pensando respostas desarticuladas dos problemas vividos pelo setor rural, sob pena de revelar-se inócuo, como coloca Lira (1997b), todo o esforço desenvolvido para o ordenamento das cidades.

## **Considerações finais**

Vivemos hoje, no Brasil, uma conjuntura de crise sem precedentes do ponto de vista da redução das oportunidades de inserção social e econômica, onde o trabalho, fator central de inserção social e econômica, vai se escasseando. Em seu lugar cresce o desemprego e a desocupação em massa, imposto pelo ócio compulsório da reestruturação produtiva advinda da globalização econômica.

Acreditamos que o espaço rural, sobretudo a atividade agrícola, deve ser pensada como resposta para alguns destes problemas. Devemos, por outro lado, expandir o processo de reforma agrária como instrumento destas estratégias, mas sem ilusões, sem esquecer as enormes dificuldades que cercam os milhões de agricultores familiares, que já dispõem de terra para trabalhar.

Os assentamentos rurais resultantes da reforma agrária deverão servir para ampliar o universo já existente da agricultura familiar no Brasil, mas sem paternalismos ou assistencialismos prolongados, sob pena de perder a dívida legitimidade que necessitam do conjunto da sociedade. A grande questão é saber como facilitar a emancipação dos assentados, no curto ou médio prazo, superando as ações meramente assistenciais<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Existem múltiplas formas de inserção econômica para a agricultura familiar que surge dos assentamentos. Através da municipalização da agricultura, assim como de outras políticas públicas, é possível atender nichos de mercado específicos através da diversificação produtiva, dando nova roupagem à chamada “economia de comando”, criando “reservas de mercado” para os produtos da agricultura familiar em setores como escolas e hospitais públicos, casernas etc. (SACHS, 1998). A utilização do poder de compra das Prefeituras e das empresas locais como indutoras do desenvolvimento local integrado e sustentável deveriam ser objeto de maior atenção, como vem sendo defendido pelo SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa.

**Vivemos hoje, no Brasil, uma conjuntura de crise sem precedentes do ponto de vista da redução das oportunidades de inserção social e econômica, onde o trabalho, fator central de inserção social e econômica, vai se escasseando.**

**...o espaço rural, sobretudo a atividade agrícola, deve ser pensada como resposta para alguns destes problemas. Devemos, por outro lado, expandir o processo de reforma agrária como instrumento destas estratégias, mas sem ilusões, sem esquecer as enormes dificuldades que cercam os milhões de agricultores familiares, que já dispõem de terra para trabalhar.**

Dentre inúmeras proposições para se pensar a viabilização da agricultura familiar no Brasil, tendo como base o paradigma do desenvolvimento sustentável, é preciso levar em consideração:

- a sazonalidade da renda familiar e do tempo disponível pelas famílias, ajustando-os à oferta de trabalho remunerado localmente; a pluriatividade sempre que possível deve ser observada, como forma de complementaridade de renda. As dinâmicas observadas por Graziano da Silva (2000) no projeto RURBANO devem ser investigadas mais a fundo, sobretudo por destacar as ocupações rurais não-agrícolas, que diversificam as possibilidades de ocupação e renda no meio rural. Não podemos esquecer, por outro lado, que as unidades familiares de produção são unidades de produção, mas também de consumo, sendo fator a ser considerado pelas estratégias de segurança alimentar, tanto à nível local, como regional ou nacional;
- a necessidade da oferta de tecnologias adaptadas. Para tanto, o desenvolvimento científico e tecnológico deve adequar-se às necessidades específicas da agricultura familiar, como base em preceitos da agroecologia, de maneira a facilitar a gestão sustentável dos recursos naturais. Neste aspecto, a formação agrônômica oferecida pelas escolas de agronomia do País ainda deixa muito a desejar no que diz respeito aos currículos e pesquisas voltadas para a agricultura familiar em bases ecologicamente prudentes;
- desenvolver um enfoque “pró-ativo” em relação às políticas de proteção ambiental, ao invés de “re-ativo”; quando possível, em áreas de relevante interesse ecológico ou nas Unidades de Conservação da Natureza (áreas de proteção ambiental/APA, reservas ecológicas, reservas da biosfera, parques nacionais etc), pode-se integrar os sistemas agrícolas aos sistemas florestais nativos ou plantados, através da agrosilvicultura e do agropastoralismo, buscando-se o aprendizado de uma agricultura mais adaptada aos trópicos; deve-se, para tanto, levar-se em consideração tanto o nível herbáceo, quanto arbustivo e arbóreo no desenho (design) estrutural dos agroecossistemas; é enorme o potencial de geração dos chamados ecorenegócios nessas áreas onde existem Unidades de Conservação, podendo a agricultura familiar fazer parte do manejo integrado das mesmas, ao invés de serem consideradas como uma intrusão indesejável. A conservação da biodiversidade através de sua utilização racional, a pro-

dução limpa, ou orgânica, a produção artesanal com produtos oriundos dos ecossistemas locais, são exemplos desse enfoque mais pró-ativo da gestão ambiental;

- sempre que possível, estabelecer um zoneamento agroecológico por micro-bacias, intercalando áreas individuais com áreas comunais, integrando e flexibilizando as escalas de produção e modelos de agroecossistemas: não se deve impor restrições ou limites para as escalas de produção (o leque de possibilidades inclui a hidroponia, a floricultura, o confinamento de animais integrado à pequenas agroindústrias ou complexos agroindustriais, a fruticultura, piscicultura, agrosilvicultura, agricultura orgânica, biodinâmica; sempre que possível, deve-se recomendar a integração dos ecossistemas terrestres e aquáticos, assim como de atividades agrícolas com a criação de pequenos animais, como forma de melhorar a alimentação (autoconsumo), aproveitamento de resíduos agrícolas, produção de biofertilizantes, biopesticidas, compostagem etc.);
- desenvolver estratégias de *marketing* rural para agregar valor subjetivo aos produtos oriundos da agricultura familiar: desenvolver rótulos, selos de qualidade; feirões de produtores (agricultura familiar); estabelecer relações contratuais com supermercados, feiras livres, centrais de abastecimento, agro-indústrias, apoiadas na organização dos produtores; ousar fazer da “justiça social” que subjaz à da defesa da agricultura familiar, um apelo de mercado;
- articular as políticas agrárias com as demais políticas de desenvolvimento, em particular com a política de desenvolvimento científico e tecnológico que privilegiem respostas para os problemas específicos vividos pela agricultura familiar dentro e fora dos assentamentos rurais, tendo como referência o cenário de globalização e abertura econômica, mas sobretudo, a integração dos mercados regionais, reduzindo os custos de abastecimento interno, num mercado onde produtos primários de baixo valor agregado ainda viajam milhares de quilômetros do local de produção à mesa dos consumidores;
- municipalizar o processo de reforma agrária objetivando dar maior visibilidade aos latifúndios improdutivos e articular os assentados com o conjunto dos agricultores familiares; para tanto, deve-se envolver o poder local, através dos múltiplos atores sociais e a participação do poder

municipal no processo de distribuição de terra e reforma agrária, como forma de criar “irreversibilidades” no processo. Os municípios brasileiros assumiram, na Constituição de 1988, novas responsabilidades no tocante às políticas públicas de saúde e educação. Pode-se imaginar que, com o amadurecimento do processo democrático e o avanço do processo de municipalização, deve-se pensar formas de intervenção do poder local. Não se pode mais imaginar que o processo de reforma agrária ou de distribuição de terras no Brasil seja feito de forma centralizada por um conjunto de técnicos do INCRA, por mais competentes e iluminados que possam ser. Sem esse envolvimento do poder municipal, termina-se por desarticular as necessidades de uma reforma urbana do processo de reforma agrária, comprometendo a sustentabilidade espacial acima discutida.

## Referências

- ABRAMOWAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no campo, In: STÉDILE, João Pedro (Coord.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994. p. 94-143.
- ABRAMOWAY, Ricardo; SACHS, Ignacy. *Les Nouvelles Configurations Villes-Campagnes*. Trabalho apresentado na Conferência das Nações Unidas HABITAT II, Istambul, junho 1996.
- ACCARINI, José Honório. *Economia rural e desenvolvimento*. reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. 224p.
- ALMANAQUE ABRIL 1997. São Paulo: Ed. Abril, 1997.
- BERGAMASCO, Sônia; NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Atlas fundiário brasileiro*. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf*. Brasília, DF, 1995.
- CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de. Agricultura e desenvolvimento econômico. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. de (Org.). *Manual de Economia*. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 545-551.

CHESNAY, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 1-30, 1995.

DAVID, Maria Beatriz A. *Les transformations de l'agriculture brésilienne. une modernisation perverse (1960-1995)*. 1997. Tese Doutorado) - EHESS, Paris, 1997.

DELPEUCH, B. *Em defesa da agricultura camponesa*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília, DF, 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 23 ago. 1998.

GASQUES, José Garcia. *A questão fundiária no nordeste frente a uma proposta de desenvolvimento sustentado*. Brasília, DF, 1994. GT IV- Organização do Espaço Regional e Agricultura. Projeto Áridas - Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. Projeto RURBANO. Trabalho apresentado na Jornada de Trabalho sobre Desenvolvimento Rural integrado e ambientalmente benéfico e geração de empregos rurais não agrícolas para a Zona da Mata do Nordeste, promovida pelo SEBRAE, Maragogi, Alagoas, 8 a 9 de dezembro, 2000.

IBGE. *Censo Agropecuário (1995-1996)*: Estado de Alagoas, nº 13. Brasília, DF, 1998.

INCRA. *Projeto LUMIAR*. Brasília, DF, 1997.

\_\_\_\_\_. B16. Brasília, DF, 1996.

LAGES, Vinicius Nobre. *Agricultura sem fronteiras*. desafios da globalização para o Brasil rural. Maceió: EDUFAL, 1998. (Série Apontamentos, n. 24).

\_\_\_\_\_. Estudos comparativos sobre o desenvolvimento: a contribuição de Ignacy Sachs. In: \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Florianópolis: Ed. Pallotti/APED, 1998. p. 121-139

LEROY, Jean Pierre; MAIA, Katia Drager; GUIMARÃES, Roberto Pereira. *Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92*. FASE, Rio de Janeiro. 1997. Trabalho apresentado no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

LIRA, Fernando José de. *Crise, privilégio e pobreza*. Maceió: EDUFAL, 1997a.

LIRA, Ricardo Cesar Pereira. *Missões da universidade: a reforma agrária e a reforma urbana. Série Aula Inaugural*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1997b.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: artimanhas da classificação. *A Margem: Revista de Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 26-34, nov. 1993.

NOVAES, Regina Reyes. Reforma agrária: o mito e sua eficácia. In: VILLAS BÔAS, Gláucia; GONÇALVES, Marco Antônio. *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará 1995. p.123-132.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1996.

STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.

SWAMINATHAN, M.S. *Sustainable agriculture: towards food security*. Delhi: Konark Pubs, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Sustainable agriculture: towards an evergreen revolution*. Delhi: Konark Pubs. 1996b.

VEIGA, José Eli. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: HUCITEC - EDUSP, 1991.

## **Extensão rural e agricultura familiar\***

*Pedro Correia Lima Neto\*\**

### **Introdução**

O serviço de assistência técnica e extensão rural constitui um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. No Brasil esta importância torna-se maior se analisarmos a realidade do País e considerarmos o imenso problema social com que hoje nos deparamos, ou seja, o elevado número de brasileiros que não têm acesso aos fatores básicos e indispensáveis da cidadania: alimentação, educação, saúde, emprego e sustentabilidade.

Por muitos anos o serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou sua atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural. O conceito de desenvolvimento restringia-se à noção de crescimento econômico. Os principais indicadores de avaliação dos efeitos do serviço de assistência técnica e extensão rural eram o aumento da produção e da produtividade, entendida como quantidade física produzida em relação a área física trabalhada. Nesse contexto, a

---

\* Relatório produzido para o Seminário "Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade". Publicado pelo Autor na Revista de Política Agrícola, Ministério da Agricultura e do Abastecimento - Ano VII, número 03 (jul., ago. e set. 1999).

\*\* Economista, técnico agrícola, especialista em Administração Rural, assessor da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. SBN, Edifício Palácio do Desenvolvimento. CEP 70057-900, Brasília-DF. Fones (61) 411-7844 e 411-7846. Endereço eletrônico: lima@incra.gov.br

**Por muito tempo as políticas de geração de tecnologia, extensão rural e crédito foram formuladas em gabinetes fechados, sem levar em conta os interesses e as necessidades dos agricultores.**

**O crédito rural subsidiado era direcionado para os produtos de interesse dos formuladores das políticas do governo e o agricultor reduzido a um mero fator de produção.**

tecnologia se destacava como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados, chegando a ser mais importante que o próprio crédito rural, política pública responsável pela capitalização dos agricultores para cobertura dos custos das inovações tecnológicas.

Embora a adoção de inovações tecnológicas resultasse em aumento de produtividade, não necessariamente provocava aumento de renda para o agricultor. Isto levou inúmeros agricultores a criar resistência à adoção de inovações tecnológicas, gerando frustrações nos técnicos do serviço de extensão rural.

Por muito tempo as políticas de geração de tecnologia, extensão rural e crédito foram formuladas em gabinetes fechados, sem levar em conta os interesses e as necessidades dos agricultores. Estas políticas tinham como objetivo o abastecimento do mercado, o aumento da produção e da oferta, e a conseqüente diminuição dos preços, contribuindo desta forma para o combate à inflação.

O crédito rural subsidiado era direcionado para os produtos de interesse dos formuladores das políticas do governo e o agricultor reduzido a um mero fator de produção.

A fragilidade da agricultura em relação a outras atividades econômicas uma vez que se trata de atividade de alto risco e de baixa rotatividade de capital (enquanto outras atividades dos setores secundário e terciário da economia circulam dezenas de vezes o seu capital de giro em um ano, a agricultura consegue fazer isto uma vez, e, com muita tecnologia, até três vezes no mesmo período), faz dela um setor transferidor natural de renda para os outros setores, necessitando, por isso, de políticas públicas diferenciadas que permitam ao agricultor se capitalizar.

Mas como criar condições de capitalização para um setor que nem sequer participa do processo de formação de preço dos seus produtos? Como estimular o agricultor a conquistar sua sustentabilidade se as políticas voltadas para o atendimento aos seus interesses têm sido, historicamente, formuladas sem a sua participação? Como imaginar que o serviço de assistência técnica e extensão rural possa, por si só, solucionar problemas tão complexos como esses e para os quais é necessário o envolvimento de toda a sociedade?

## **Agricultura familiar: um setor descapitalizado**

A agricultura familiar no Brasil sempre foi considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada “grande agricultura”, a monocultura - café, cana-de-açúcar, soja etc. - como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. Sob o ponto de vista de muitos intelectuais da sociedade urbana, a agricultura familiar era vista como uma comédia da pobreza do subdesenvolvimento. O homem do campo, agricultor familiar, era simbolizado pelo Jeca Tatu, doente, subnutrido, cheio de vermes e, o mais grave, pouco inteligente e incapaz de tomar decisões eficazes no gerenciamento do seu negócio.

Durante longo tempo, não houve interesse na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade tido, em geral, como um encargo e não como um participante do processo de desenvolvimento nacional. Os próprios instrumentos do Estado, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, da pesquisa e do crédito, eliminavam o agricultor familiar de suas agendas.

O surgimento de uma sociedade democrática, a partir do início dos anos 90, fortaleceu a organização deste e de outros segmentos sociais, antes considerados incapazes. Suas organizações se mobilizaram na luta por direitos sociais, antes considerados proibidos.

A sociedade como um todo passou a enxergar a importância deste segmento social: o agricultor familiar deixou de ser o Jeca Tatu e a agricultura familiar passou a ser vista como a melhor e mais econômica opção para a geração de emprego e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade em crise.

A institucionalização do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, um programa voltado aos interesses da agricultura familiar, passa a ser um grande instrumento de Estado, auxiliar na capitalização de recursos e na conquista da sustentabilidade para estes agricultores e suas famílias.

**A agricultura familiar no Brasil sempre foi considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada “grande agricultura”, a monocultura - café, cana-de-açúcar, soja etc. - como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas.**

**A sociedade como um todo passou a enxergar a importância deste segmento social: o agricultor familiar deixou de ser o Jeca Tatu e a agricultura familiar passou a ser vista como a melhor e mais econômica opção para a geração de emprego e de ocupações produtivas para o desenvolvimento de uma sociedade em crise.**

**O crédito rural passou a ter uma cara diferente daquela que desrespeitava a capacidade e a inteligência do agricultor, uma política que direcionava os recursos para o produto - crédito para feijão, crédito para o milho, crédito para irrigação condicionado ao plantio do trigo etc.**

**...a política de crédito passou a ver o homem do campo como uma criatura inteligente e capaz de decidir o seu destino. A assistência técnica e extensão rural, por sua vez, passou a dar uma importância maior a questões como capacitação, profissionalização e organização como fatores de desenvolvimento, em vez de privilegiar apenas a tecnologia agropecuária.**

Baseado nos princípios de participação, parceria, descentralização e gestão social, o Pronaf tem como fundamento o amadurecimento do exercício da democracia, o que se dá, principalmente, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, onde o agricultor familiar e os diversos representantes dos segmentos sociais do município discutem seus problemas e identificam as alternativas de solução a partir de suas próprias experiências, necessidades e prioridades.

Questões como melhoria e ampliação de infra-estrutura básica para o município (estradas, eletrificação rural, saneamento básico, armazenagem), como serviços públicos de apoio para melhorar as condições de vida do agricultor familiar (saúde, educação, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, crédito rural), são discutidas no âmbito do CMDR. Ao lado dessas questões de caráter eminentemente público, outras referentes aos agricultores familiares, individualmente ou em grupos, tais como agregação de valor ao produto, escala de produção, diversificação da produção, mercado, novas opções de renda não necessariamente agrícola, entre outras, são (ou deveriam ser) também objeto da pauta de discussões dos Conselhos.

O exercício da democracia não se dá apenas no âmbito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Mediante parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil, através das organizações dos agricultores familiares, são discutidas as políticas públicas mais adequadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Esta prática tornou possível o estabelecimento de uma política pública de crédito rural diferenciada no âmbito Pronaf, objeto de conquista da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

O crédito rural passou a ter uma cara diferente daquela que desrespeitava a capacidade e a inteligência do agricultor, uma política que direcionava os recursos para o produto - crédito para feijão, crédito para o milho, crédito para irrigação condicionado ao plantio do trigo etc.

O crédito Pronaf passou a ser uma política voltada para o homem e sua família, pois é a família que decide o que produzir, quanto produzir e para que mercado. Em resumo, a política de crédito passou a ver o homem do campo como uma criatura inteligente e capaz de decidir o seu destino. A

assistência técnica e extensão rural, por sua vez, passou a dar uma importância maior a questões como capacitação, profissionalização e organização como fatores de desenvolvimento, em vez de privilegiar apenas a tecnologia agropecuária.

A capitalização do setor passou a incorporar, além do crédito rural propriamente dito, preocupações como a organização do homem e sua família para a produção em escala, o beneficiamento da produção com o objetivo de obter a agregação de valor aos produtos, a valorização da produção cultural, a inclusão de atividades geradoras de renda não agrícola, e o consequente aumento do faturamento do agricultor familiar no espaço rural.

### **Assistência técnica e extensão rural: instrumento de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar**

Em uma sociedade que está vivendo um tempo de mudanças e que, entre as mudanças, começa a ver com outros olhos a importância do espaço rural como chave para o desenvolvimento, é imperativo que os instrumentos de Estado se ajustem a este novo tempo.

Nesse sentido, vários esforços têm sido despendidos, a exemplo do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizado entre 4 e 8 de agosto de 1997, em Brasília, e que foi, em seguida, multiplicado nos Estados. Naquela ocasião, experiências internacionais foram conhecidas, vários temas foram debatidos, como descentralização, desenvolvimento rural, sustentabilidade, educação e capacitação, missão da Extensão Rural, gestão e estrutura da Extensão Rural, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, relações interinstitucionais, modelo de descentralização agrícola e agrário, gestão e planejamento participativo, política pública de extensão rural, a nova extensão rural para a agricultura familiar. Vale destacar que estes e outros eventos vêm acontecendo com a participação das organizações representativas dos agricultores familiares e técnicos de organizações governamentais e não governamentais que atuam na área de assistência técnica e extensão rural.

**O serviço de assistência técnica e extensão rural, por estar presente na grande maioria dos municípios brasileiros e por ser o único instrumento do estado que vive em contato direto com os agricultores e suas famílias, não pode ser considerado o único responsável pelo sucesso ou insucesso da conquista do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania dos agricultores e de suas comunidades.**

**...quem faz o desenvolvimento não são as instituições públicas, mas sim as pessoas que se beneficiam dos serviços dessas instituições, e de que cabe ao serviço público de assistência técnica e extensão rural executar, com eficiência e eficácia, a função que lhe é delegada pela sociedade...**

Apesar do esforço no sentido de ajustar as instituições a uma nova política para o setor, poucos foram os resultados obtidos até o momento. São vários os fatores que levam os conservadores a resistir às mudanças exigidas por este novo tempo, entre eles podemos destacar o corporativismo das pessoas e instituições, o receio da perda de poder, o saudosismo de alguns dirigentes de um tempo que lhes era interessante, a crise do Estado.

O fato é que as instituições públicas<sup>1</sup> já não atendem aos interesses da sociedade, que reclama por mudanças. Quando falamos em esgotamento, em estado de limite das instituições, não queremos reduzir o problema à crise institucional que vive o serviço público de assistência técnica e extensão rural, mas, também, à crise vivida pelas instituições de pesquisa, universidades, saúde, educação, dentre outras.

É importante ter sempre em mente que, apesar de estarmos vivendo uma crise institucional generalizada, isto não deve servir de pretexto para a acomodação de um serviço da maior importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e que necessita passar por mudanças. Ouvir a sociedade e trabalhar com ela na busca dos seus verdadeiros interesses é básico para o desenvolvimento e a sustentabilidade das instituições numa democracia.

O serviço de assistência técnica e extensão rural, por estar presente na grande maioria dos municípios brasileiros e por ser o único instrumento do estado que vive em contato direto com os agricultores e suas famílias, não pode ser considerado o único responsável pelo sucesso ou insucesso da conquista do desenvolvimento, da sustentabilidade e da cidadania dos agricultores e de suas comunidades.

Estamos convencidos de que quem faz o desenvolvimento não são as instituições públicas, mas sim as pessoas que se beneficiam dos serviços dessas instituições, e de que cabe ao serviço público de assistência técnica e extensão rural executar, com eficiência e eficácia, a função que lhe é delegada pela sociedade: fazer extensão rural, ou seja, apoiar o desenvolvimento em

---

<sup>1</sup> O termo “públicas” é entendido aqui como “governamentais”.

parceria com as instituições responsáveis pelos serviços de pesquisa, educação, saúde, preservação ambiental, crédito e outros.

Estamos também convencidos de que, neste novo tempo, o verdadeiro papel da extensão rural passa a ser o de provocar e auxiliar as mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural. E de que neste cenário, o agente de mudança – o extensionista rural – deve entender a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de auxiliar do desenvolvimento local, por um lado, incorporando no seu dia-a-dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações e, por outro, colocando-os acima dos interesses da instituição da qual faz parte.

## Referências

CARVALHO, João Luiz Homem de (Org.). *Agricultura cidadã – a agricultura no Distrito Federal (1995/1998)*: novas formas de intervenção do Estado para um novo modelo de desenvolvimento rural. Brasília, DF: Secretaria de Agricultura, 1998.

SILVA, José de Souza. *Geração de conhecimento para a competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar no Século XXI*: da racionalização à flexibilização sob a lógica da formação de “redes”. Trabalho apresentado na Mesa Redonda “A Agricultura Familiar e os Desafios para o Século XXI”, Seminário Nacional: Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade. Aracaju, 09-11 de dezembro de 1998.

FLORES, Murilo Xavier; SILVA, José de Souza. *O futuro sem fome*. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília, 1994.

MARQUES, Nivaldo E.; NORONHA, Hermano F. *Agricultura familiar: entender e transformar*. Florianópolis: Epagri, 1998.

MOTA, Dalva Maria da; TAVARES, Edison Diogo; GUEDES, Vicente D. F.; NOGUEIRA, Lúcia Raquel Queiroz. *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea*. Aracaju: EMBRAPA – CPACT, SRD/MA, 1998.

UMA NOVA assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar: proposta. Trabalho apresentado no Workshop Nacional: “Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Centrada na Agricultura Familiar”. Brasília, DF, 24-28 de novembro de 1997, Brasília, DF.

**...o agente de mudança – o extensionista rural – deve entender a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de auxiliar do desenvolvimento local, por um lado, incorporando no seu dia-a-dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações e, por outro, colocando-os acima dos interesses da instituição da qual faz parte.**

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.

\_\_\_\_\_. *Êxodo Rural: campo ou cidade?* Florianópolis: ACARESC, 1991.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Pequenos agricultores e reforma agrária, no Brasil: perspectivas e dilemas numa quadra de mudanças*. Brasília, DF: M. M. Oliveira, 1997.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. *Anais..* Brasília, DF: PNUD, 1997.

# **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**

*Sueli L. Couto Rosa\**

## **Introdução**

O Seminário “Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade”, realizado no período de 9 a 11 de dezembro de 1998 em Aracaju, Sergipe, teve como objetivo apresentar uma caracterização teórica e de experiências de sucesso da agricultura familiar brasileira, a partir de diferentes dimensões: ambiental, cultural, econômica, espacial-geográfica, política e social. As apresentações e debates contribuíram, em muitos aspectos, com a recente recuperação do espaço da agricultura familiar dentro da política pública brasileira.

Alguns temas focalizaram a agricultura familiar considerando o seu limitado comportamento dentro dos movimentos da economia globalizada; sua inserção comercial na produção e no consumo; nos novos aspectos de políticas de desenvolvimento para o setor, nas novas características do rural brasileiro, nas iniciativas de instituições financeiras como o Banco do Nordeste e discussões sobre elementos estratégicos a serem propostos para o próximo século.

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, onde foi professora visitante. Atua como consultora junto ao PNUD. Fone (61) 329.2000. CEP 70057-900, Brasília-DF. Endereço Eletrônico: [sueli@undp.org.br](mailto:sueli@undp.org.br)

**O princípio da participação e descentralização tem como base ações de valorização do papel ativo dos diversos atores sociais locais, representativos na formulação, implementação e monitoramento das ações de desenvolvimento.**

**...a elaboração dos projetos no plano local e municipal não eliminam o risco de pulverização das ações e pode produzir efeitos danosos à racionalidade das ações produtivas dos agricultores.**

Embora todas estas discussões tenham trazido aos participantes um interessante panorama da atual agricultura familiar brasileira - discussões estas já publicadas - alguns enfoques poderiam ter sido mais aprofundados, como, por exemplo, a própria questão da sustentabilidade específica de uma agricultura singular como a denominada "agricultura familiar" e as suas diversidades e potencialidades. Embora muitos relatos ressaltassem as iniciativas de governos e organizações civis na criação de um grande número de programas sociais, ficou evidenciado que alguns elementos de sucesso destes programas escapam quando se perde de vista a dimensão da especificidade da realidade local onde eles acontecem.

Pretende-se então trazer uma contribuição neste sentido, buscando focar a agricultura familiar dentro do contexto de um novo espaço rural que pode estar sendo construído no território brasileiro. O tema será abordado a partir de uma breve contextualização da agricultura no Brasil e das possibilidades de um novo desenvolvimento rural para o país. Finaliza com uma tentativa de sistematização dos elementos básicos que devem ser incluídos quando se propõe o desenvolvimento local sustentável.

Acredita-se, como premissa, que para se enfrentar os desafios do desenvolvimento local sustentável deve-se centrar esforços na participação dos produtores e na descentralização sistemática dos aparelhos decisórios. As políticas específicas devem variar em função das peculiaridades regionais e locais, e da promoção prioritária de atividades geradoras de empregos, capazes de assimilar e incorporar tecnologias e conhecimentos que maximizem o aproveitamento de todos os recursos, desde energéticos a naturais e humanos, devolvendo novos produtos para os mercados internos e externos. O princípio da participação e descentralização tem como base ações de valorização do papel ativo dos diversos atores sociais locais, representativos na formulação, implementação e monitoramento das ações de desenvolvimento.

Contudo, a elaboração dos projetos no plano local e municipal não eliminam o risco de pulverização das ações e pode produzir efeitos danosos à racionalidade das ações produtivas dos agricultores. Num contexto em que alguns mercados de produtos se interligam em cadeia, tais iniciativas podem trazer o risco de inviabilizar a concorrência, adotando medidas e pro-

postas similares em cada município, portanto genéricas, sem contemplar, no geral, a capacidade de absorção do volume de produto pelo mercado (NEVES, 1999).

A valorização de soluções imediatas e mais condizentes com a visão de mundo dos agricultores, defendendo que o saber destes atores deve ser sempre considerado como o dotado de melhor eficácia, contrapõe-se com a exigência da presença e a formação continuada de especialistas, que exercem um papel autocrático da intermediação entre atores de saberes diferenciados.

Desta forma, uma proposta de desenvolvimento local, que envolve o agricultor familiar, deve contemplar um diálogo onde o local não se torne um ponto isolado e os produtos não se tornem mercadorias definidas pela circulação em cadeias exteriores e desconhecidas dos produtores. O conhecimento limitado a quem se encontra numa das pontas do processo força a um descompasso entre quem produz e quem compra ou intermedia o produto. A fragmentação do processo tende a isolar o agricultor a torná-lo novamente um mero receptor de novos conhecimentos.

Esta visão crítica da proposição do desenvolvimento local sustentável faz-se considerando que não estão eliminadas ainda, nas condições políticas e econômicas nacionais, os limites da sustentabilidade deste agricultor. A fragilidade das representações políticas, não dotadas das disposições necessárias a essa nova ação social, e das instituições que os assessoram, tornam-se riscos que precisam ser estrategicamente reduzidos.

## **A agricultura familiar e o desenvolvimento rural**

Apesar da agricultura brasileira ser responsável por mais de 70% da produção de alimentos do País, ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios, responder por 35% do PIB nacional, abrigando 40% da população economicamente ativa, mantendo empregados milhões de brasileiros e conservando a paisagem rural ocupada e produtiva (mesmo que em menor grau), a agricultura familiar depara-se com dificuldades em responder aos desafios de maior competitividade da agricultura interna e globalizada.

**...uma proposta de desenvolvimento local, que envolve o agricultor familiar, deve contemplar um diálogo onde o local não se torne um ponto isolado e os produtos não se tornem mercadorias definidas pela circulação em cadeias exteriores e desconhecidas dos produtores.**

**A fragilidade das representações políticas, não dotadas das disposições necessárias a essa nova ação social, e das instituições que os assessoram, tornam-se riscos que precisam ser estrategicamente reduzidos.**

**A agricultura em geral e a familiar, em particular, sofreram os efeitos do modelo de exportação de produtos primários, da importação substitutiva de produtos nacionais e da assimetria das regras internacionais.**

**Os agricultores familiares, principalmente os excluídos do mercado da grande agricultura, defrontam-se com mais dificuldades, agravadas pela carência de alternativas como a oportunidade de trabalho nas cidades e no meio rural.**

A agricultura em geral e a familiar, em particular, sofreram os efeitos do modelo de exportação de produtos primários, da importação substitutiva de produtos nacionais e da assimetria das regras internacionais. Na transição da década de 80 para a de 90, a agricultura brasileira, anteriormente protegida, foi exposta à concorrência internacional. O conjunto dos produtores rurais familiares não acompanhou esta evolução e, como resultado, perdeu competitividade frente a seus concorrentes internacionais.

Pode-se dizer que a agricultura familiar depara-se com realidades nem sempre promissoras como: a interpretação de que a agricultura familiar é declinante economicamente e portanto pouco importante para políticas públicas de desenvolvimento; queda real dos preços dos produtos primários, não estimulando soluções mais estruturais para o setor; dispersão e heterogeneidade da agricultura, limitando ou dificultando a implementação de melhorias de infra-estrutura e serviços, além de maior articulação dos interesses dos agricultores; forte viés urbano, que acaba desvalorizando o meio rural e forte redução da renda agrícola nas últimas décadas; insuficiente articulação institucional em benefício da agricultura familiar, não racionalizando as diversas fontes e recursos que poderiam ser melhor direcionados para o setor; inexistência de ações de apoio à geração de renda não-agrícola no meio rural; baixo acesso dos produtores familiares à educação formal e informal e conseqüente despreparo para se inserirem em um novo contexto de alta competitividade e de busca de produtos de qualidade na produção primária.

No plano prático estes desafios se manifestam nas necessidades e nas soluções contraditórias, difíceis de serem respondidas apenas pelas normas da agricultura globalizada e por políticas públicas compensatórias para o setor. Do ponto de vista das soluções internas, os desafios são de aumentar a produção de alimentos e ao mesmo tempo gerar novas oportunidades de trabalho e renda para os agricultores; promover a reconversão do êxodo rural e dos agricultores em processo de exclusão do meio produtivo; defender os interesses nacionais e dos agricultores diante dos mercados globalizados. Os agricultores familiares, principalmente os excluídos do mercado da grande agricultura, defrontam-se com mais dificuldades, agravadas pela carência de alternativas como a oportunidade de trabalho nas cidades e no meio rural.

Frente à concorrência internacional, os agricultores têm dificuldades em buscar soluções dentro de um esquema mecânico ou simplificado de análise, comumente utilizado pelos formuladores de políticas públicas. As novas condições de mercado leva-os a questionar o modelo de produção dominante, forçando-os a repensar suas estratégias de reprodução familiar. Desta forma, torna-se ponto básico de discussão a sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar brasileira e suas perspectivas a médio prazo, dentro ou fora das propostas de políticas de desenvolvimento rural do país.

As propostas de desenvolvimento rural apresentavam, até as últimas décadas, um amplo enfoque de estratégia agrícola, que previa ocupação e colonização de novas terras, abertura de fronteiras agrícolas, introdução de novos produtos para o mercado, projetos de irrigação, incentivo à agropecuária, à agroindústria, políticas agrícolas com base em produtos etc. Este conceito de desenvolvimento rural partia da suposição - que predominou no País durante muitas décadas - de que a tecnologia, aliada ao capital, é que promove o desenvolvimento.

O desenvolvimento rural era medido através do nível crescente da produtividade dos produtos agrícolas, do aumento do mercado exportador e da balança comercial. O modelo produtivista impunha uma fórmula e, para atendê-la, se convocava a ciência, a tecnologia e o capital. Os resultados econômicos e políticos prevaleciam em relação aos sociais.

O balanço histórico revelou os limites desse enfoque. Um dos limites do modelo produtivista foi não ter atentado para os problemas ambientais decorrentes da ação humana. Antes, os problemas ambientais na agricultura não eram muito conhecidos pela sociedade e encontravam-se circunscritos a um ambiente seletivo, composto por uma fração minoritária de técnicos, agrônomos e profissionais ligados a entidades ambientalistas. Gradativamente, as preocupações com as questões ambientais foram sendo introduzidas na sociedade, especialmente, pela mídia e pelas organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente.

As conseqüências danosas, advindas do modelo produtivista, baseado na matriz petroquímica, não anulam os ganhos introduzidos no processo pro-

**O desenvolvimento rural era medido através do nível crescente da produtividade dos produtos agrícolas, do aumento do mercado exportador e da balança comercial. O modelo produtivista impunha uma fórmula e, para atendê-la, se convocava a ciência, a tecnologia e o capital. Os resultados econômicos e políticos prevaleciam em relação aos sociais.**

**Gradativamente, as preocupações com as questões ambientais foram sendo introduzidas na sociedade, especialmente, pela mídia e pelas organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente.**

**A década de 90 tem revelado também um espaço rural com novas características, ou seja, tornou-se difícil determinar a fronteira entre a atividade rural e urbana.**

**As áreas rurais passam a incluir atividades de consumo como lazer, turismo, artesanato, residência, preservação do meio ambiente, dentre outras.**

utivo. A importância de se buscar sistemas de produção adequados à agricultura familiar foram reduzidos, não permitindo a capitalização do produtor rural através da produção primária e a minimização de possíveis impactos negativos no meio ambiente. As alternativas para as questões sociais no campo, que deveriam ser identificadas a partir do próprio meio rural, foram permanentemente desconsideradas.

A década de 90 tem revelado também um espaço rural com novas características, ou seja, tornou-se difícil determinar a fronteira entre a atividade rural e urbana. Isso porque o espaço rural deixou de ser exclusivamente um mundo agrícola. No Brasil, essas transformações ampliam as possibilidades de trabalho para a população rural, mas não exclusivamente na agricultura. As áreas rurais passam a incluir atividades de consumo como lazer, turismo, artesanato, residência, preservação do meio ambiente, dentre outras.

Pode-se dizer que o espaço rural sofre mudanças de caráter multidimensional, ou seja deixa de ser visto apenas pela ótica econômica ou do ponto de vista da produção agropecuária<sup>2</sup>. Isto leva à conclusão de que o agricultor, em tempo integral, principalmente os residentes próximos às cidades, e a capacidade produtiva da população residente no campo se expressam em “novas formas da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante” (CARNEIRO, 1998).

Os estudos sobre a população economicamente ativa ocupada em atividade agropecuária mostram que

40% dos 7,5 milhões de domicílios rurais identificados pela PNAD<sup>3</sup> de 1995 eram pluriativos (24%) ou não-agrícolas (17%), o que reforça a tese de que o mundo rural é hoje muito maior do que o agrícola [...] isto não significa dizer que o mundo rural não seja mais predominante agrícola, o que significa dizer que de cada quatro famílias que exercem apenas atividades agrícolas, três ainda residiam em zonas rurais em 1995 (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1998, p. 8).

---

<sup>1</sup> Graziano da Silva e Del Grossi (1998, p. 8) dizem que o fato das pessoas viverem na área rural, não necessariamente significa que elas exercem as suas atividades naquele ambiente.

<sup>2</sup> PNAD- Pesquisa Nacional Aplicada a Domicílios - IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil.

Analisando os dados da PNAD, constataram que a renda média rural proveniente das atividades não-agrícolas, em 1990, foi 32% maior que a média da renda rural proveniente de atividades agropecuárias. Eles ainda mostram que entre 1992 e 1995, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural aumentaram em cerca de 10% ao ano.

Uma das expressões das novas características estruturais, segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1997, p. 5) está na ampliação do fenômeno da dedicação apenas parcial de um único integrante de uma família rural à produção agropecuária - o chamado “agricultor de tempo parcial” (*part time farmer*):

[...] sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais [...] uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

O espaço rural se urbanizou e a agricultura, que por vocação possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no contexto da economia, respondendo por um alto índice de desemprego e degradação das condições de vida do trabalhador rural.

Em outras palavras, o espaço rural passa a ser visto como um “mundo rural” diferente e novo e como um espaço de produção e consumo da sociedade urbano-industrial, onde o campo pode tornar-se referência de um “bom lugar de vida”. Novas possibilidades de exploração do meio, como a de oferecer para a população citadina novas formas de lazer associadas ao convívio com o meio ambiente natural podem ser incorporadas como: pesqueiros, pousadas rurais e áreas verdes para caminhadas, atividades econômicas ligadas ao turismo ecológico ou rural etc.

Não bastassem os impactos nos sistemas produtivos e seus mercados, outros ocorreram no nível da dinâmica do uso do espaço rural e representaram alterações importantes na maioria dos países de economia capitalista. Há uma tendência visível de redução de pessoas ocupadas na agricul-

**O espaço rural se urbanizou e a agricultura, que por vocação possuía seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no contexto da economia, respondendo por um alto índice de desemprego e degradação das condições de vida do trabalhador rural.**

**Há uma tendência visível de redução de pessoas ocupadas na agricultura e um aumento no número de pessoas residentes no campo com atividades não-agrícolas...**

tura e um aumento no número de pessoas residentes no campo com atividades não-agrícolas, ou seja, uma camada significativa de pequenos agricultores buscando combinar a agricultura às outras formas de rendimento não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária, como já destacado.

Inicia-se desse modo, um novo processo de sustentação do desenvolvimento, onde o rural e o urbano passam a ser vistos como unidade em um espaço social a ser viabilizado. Elementos da cultura local são incorporados por novos valores, hábitos e técnicas, criando um movimento de dupla direção entre o rural e o urbano. A localidade torna-se a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específicas.

Assiste-se, de uma maneira geral, a um redimensionamento da estrutura social de muitas localidades e, conseqüentemente, a um sensível declínio da hegemonia da agricultura no meio rural. O lugar e o papel das unidades de produção familiar deixam de ser pensados apenas sob o único ângulo das relações de produção agrícola. Reforça-se então a discussão da importância da busca de soluções para o papel e o futuro da agricultura familiar.

Os economistas têm destacado muito a importância de escalas de produção adequadas à economicidade dos empreendimentos agrícolas para que sejam competitivas nos mercados globalizados. Mas também se sabe que empreendimentos agrícolas de grandes dimensões, com créditos oficiais subsidiados fracassaram devido a dificuldades na gestão, que desconsiderava a complexidade social e ambiental que interferem nas escalas de produção agrícola.

Emerge, portanto, a necessidade de reconceitualização do meio rural, em função de um conjunto de problemas e soluções que transcendem às políticas agrícolas tradicionais. Tanto para o governo como para a sociedade, o desafio passa a ser a busca de soluções para a melhoria das condições da agricultura, agora envolvendo garantia de emprego e renda para os trabalhadores urbanos e rurais.

**O lugar e o papel das unidades de produção familiar deixam de ser pensados apenas sob o único ângulo das relações de produção agrícola. Reforça-se então a discussão da importância da busca de soluções para o papel e o futuro da agricultura familiar.**

## **O que se entende por desenvolvimento local sustentável?**

Até a entrada dos anos 90, não se tinha muito claro o que e como fazer pelos mais pobres e menos competitivos da agricultura. O governo e as instituições viam-se diante da ampliação dos problemas sociais no campo e com poucas perspectivas de identificar políticas nacionais eficazes. A simples retomada do crescimento econômico não bastou para solucionar os graves problemas sociais. Os critérios de eficiência econômica, orientados apenas pela força do mercado, não conduziram à redução das desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais.

Por outro lado, sabe-se que desenvolvimento social não se confunde com política social, a qual devia propor mais do que uma simples redução da pobreza. Uma política de desenvolvimento social deve buscar não só superar os piores indicadores de qualidade de vida, canalizando os recursos para os setores mais pobres, como também promover o gerenciamento adequado dos recursos públicos entre as diversas entidades responsáveis pelos programas sociais. Portanto, um dos grandes desafios permanece no âmbito político-institucional, na construção de novas alianças entre todos os grupos sociais e promovendo a reforma das instituições públicas, visando obter a base de sustentação e consenso para as mudanças.

Recentemente, por influência de organismos internacionais e organizações não-governamentais, passou-se a se difundir experiências que se concentravam na busca de soluções a partir da comunidade, significando, inclusive, menor custo social e maior envolvimento dos produtores. A tomada de consciência ambiental passou a se impor, principalmente, pela preocupação da população com o risco de se consumir produtos agrícolas com alta concentração de agrotóxicos, a crescente conscientização dos riscos desses produtos à saúde humana e a exigência de qualidade dos alimentos. Destaca-se, também, a importância da preservação e manutenção das reservas e áreas naturais, estando esta última ligada à questão da biodiversidade e do equilíbrio global. O paradigma da participação e da parceria passou a ser incorporado e sugerido às políticas públicas dos países em desenvolvimento, como alternativa de solução para os problemas sociais.

**Os critérios de eficiência econômica, orientados apenas pela força do mercado, não conduziram à redução das desigualdades sociais e regionais e ao uso racional dos recursos naturais.**

**...por influência de organismos internacionais e organizações não-governamentais, passou-se a se difundir experiências que se concentravam na busca de soluções a partir da comunidade, significando, inclusive, menor custo social e maior envolvimento dos produtores.**

**O paradigma da participação e da parceria passou a ser incorporado e sugerido às políticas públicas dos países em desenvolvimento, como alternativa de solução para os problemas sociais.**

**O acesso a informações, a utilização de tecnologias apropriadas, o controle de custos, a busca da verticalização da produção e o respeito pelo consumidor e pelo meio ambiente, tornaram-se as bases de uma nova revolução nos processos produtivos, gerenciais e comerciais.**

**Muitas iniciativas são propostas, voltadas para o pequeno produtor, pequeno e médio empreendedor, com base em metodologias participativas de gestão social, que têm como enfoque principal o próprio lugar do produtor/empreendedor.**

Por conta disto, os anos 90 vêem o Estado Brasileiro inserir novos componentes em sua agenda do desenvolvimento. Em virtude do longo período de crises que caracterizou a década de 80, tornou-se imperativo o processo de avaliação e transformação das políticas públicas relacionadas ao meio rural, buscando principalmente recuperar os principais instrumentos de desenvolvimento rural. Como resultado, tem sido tendência a mudança do núcleo das atividades para a esfera local, onde concretamente ocorrem as relações sociais de produção.

O acesso a informações, a utilização de tecnologias apropriadas, o controle de custos, a busca da verticalização da produção e o respeito pelo consumidor e pelo meio ambiente, tornaram-se as bases de uma nova revolução nos processos produtivos, gerenciais e comerciais. Muitas estratégias governamentais passam a incluir formas de controle social e de participação dos atores sociais no processo de definição das atividades produtivas, tanto no meio urbano como rural. Muitas iniciativas são propostas, voltadas para o pequeno produtor, pequeno e médio empreendedor, com base em metodologias participativas de gestão social, que têm como enfoque principal o próprio lugar do produtor/empreendedor. Bancos regionais, organizações internacionais e não-governamentais passam a desenvolver e aprimorar ações neste sentido por todo o País.

O Conselho da Comunidade Solidária, ligado à Presidência da República, incorpora e assume um novo padrão de desenvolvimento, com base local, que busca soluções de sustentabilidade. Assim define o desenvolvimento local sustentável:

é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais'. Ainda completa que 'o conceito de "local" não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução[...] o "local" não é um espaço micro, podendo ser tomado como um Município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários Municípios (1998).

O “local” ou a “localidade” tornam-se o “lugar” onde se dá o processo de desenvolvimento rural, pois é onde ocorrem os empreendimentos familiares rurais agrícolas e não-agrícolas. Antes de ser uma descaracterização do espaço rural, tem-se a sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais. O conhecimento das especificidades locais passa a possibilitar o surgimento de soluções mais eficientes e eficazes para as demandas sociais. Busca-se envolver os valores e os comportamentos dos participantes, suscitando práticas imaginativas, atitudes inovadoras e espírito empreendedor.

Nessa ótica, passa-se a considerar, em plenitude, a diversidade típica da agricultura familiar, principalmente os contrastes regionais e suas diferenciações econômicas, sociais e organizativas, respeitando suas especificidades socioculturais e produtivas. As vocações locais devem ser despertadas e para se desenvolver suas potencialidades específicas e promover o intercâmbio externo.

## **Elementos do desenvolvimento local sustentável**

O Seminário em questão apontou positivamente para uma série de iniciativas nacionais que revelam o potencial de sustentabilidade da agricultura familiar. Tais iniciativas contêm muitos elementos importantes que permitem abrir novas oportunidades para os agricultores e sua comunidade, que merecem ser reforçados. Contudo, no conjunto, tornou-se evidente que uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e conseqüente desenvolvimento das comunidades/localidades necessita de ações integradas e bem articuladas, principalmente quando se trata de políticas sociais e públicas. Grande parte das instituições envolvidas com a agricultura familiar acaba por se omitir em discutir e interagir as políticas, as metodologias, as ações institucionais e os investimentos com o próprio público alvo.

Tais omissões só podem ser rompidas diante de novas orientações, que estabeleçam relações com base social e organizativa da comunidade, tendo como princípio um novo conceito de representatividade política, tendo o agricultor familiar como sujeito histórico. Para tanto, devem alterar-se tan-

**O “local” ou a “localidade” tornam-se o “lugar” onde se dá o processo de desenvolvimento rural, pois é onde ocorrem os empreendimentos familiares rurais agrícolas e não-agrícolas.**

**O conhecimento das especificidades locais passa a possibilitar o surgimento de soluções mais eficientes e eficazes para as demandas sociais.**

**...uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar e conseqüente desenvolvimento das comunidades/localidades necessita de ações integradas e bem articuladas, principalmente quando se trata de políticas sociais e públicas.**

**Cabe assim uma revisão das instituições de extensão rural e assistência técnica, que devem desempenhar um novo papel, onde a administração dos serviços de Extensão Rural aproxima-se de um sistema participativo e inovador de assistência técnica.**

**No lugar de impor modelos e padrões de comportamento com novas roupagens, deve-se acompanhar e discutir os interesses e viabilidades locais, para não os limitar às políticas de comércio, crédito e empréstimos, assistência estrangeira e outros atores da cena internacional, que se colocam alheios aos valores da comunidade.**

to os colegiados de representação para se redimensionar as discussões das questões locais como as estratégias das instituições de assessoria e assistência técnica. Até então estas se colocavam como interventores do processo de desenvolvimento, mediando as falas e as decisões dos agricultores. Na perspectiva do desenvolvimento local devem se colocar como mediadores e estimuladores das necessidades e demandas dos agricultores, valorizando o conhecimento local.

Cabe assim uma revisão das instituições de extensão rural e assistência técnica, que devem desempenhar um novo papel, onde a administração dos serviços de Extensão Rural aproxima-se de um sistema participativo e inovador de assistência técnica. Este novo panorama exige uma mudança de perfil do extensionista rural.

A inclusão de sistemas de produção integrados para as unidades produtivas familiares deve substituir os modelos de transferência de tecnologia para desenvolvimento de produtos, até então encaminhados pela extensão rural tradicional, em apoio às médias e grandes propriedades. A introdução da verticalização da produção agrícola e pecuária, através de grupos de produtores familiares organizados em associações ou cooperativas, passa a exigir posturas de acompanhamento permanente, além de novas linhas de ação e de novos modelos administrativos.

No lugar de impor modelos e padrões de comportamento com novas roupagens, deve-se acompanhar e discutir os interesses e viabilidades locais, para não os limitar às políticas de comércio, crédito e empréstimos, assistência estrangeira e outros atores da cena internacional, que se colocam alheios aos valores da comunidade.

A gestão ambiental deve ser introduzida e reforçada como um dos principais elementos da formulação e execução do desenvolvimento, participando dos processos de decisão, implementação, controle e avaliação, visando não somente a saúde e a segurança das pessoas envolvidas no processo produtivo, como também a melhoria da qualidade de vida da localidade e das comunidades circunvizinhas.

Para atender a estas exigências, a promoção da capacitação da população rural torna-se um grande imperativo. O processo educativo, compreen-

dendo atividades que permeiam todos os processos que envolvem a vida do agricultor e sua família, constituem as bases para a construção da consciência coletiva e de estabelecimento de objetivos comuns na localidade, além da identificação das necessidades de treinamento e capacitação que promovam a revisão do papel das instituições locais, o exercício concreto de parcerias e apropriação dos resultados pela própria comunidade, com caráter multiplicador.

Entende-se assim que a capacitação e educação compõem parte integrante do desenvolvimento local sustentável, devido o seu caráter formativo de troca e produção de conhecimentos, voltados para a prática social cidadã. Este processo deve estar oferecido à comunidade permanentemente, e suas metodologias deverão ser adequadas às suas necessidades. Devem estar voltadas para o desenvolvimento de múltiplas atividades, dentro e fora do lote de produção agropecuária. Deve-se incentivar a participação da população rural nas tomadas de decisões e na gestão das políticas de desenvolvimento rural e agrícola.

Os processos educativos de formação contemplariam instrutores e animadores que atuariam no nível local, no qual os extensionistas e agentes de desenvolvimento formariam difusores para atuarem nos núcleos a serem constituídos, oferecendo ensinamentos em aspectos teóricos e práticos relacionados com os projetos de desenvolvimento sustentável. A metodologia seria de treinamentos teórico-práticos de curta duração e intensivos, tendo como público alvo produtores, membros da família e lideranças formais como vereadores, presidentes de sindicatos, de associações, de cooperativas, de ONGs e de movimentos sociais.

Por outro lado, ações de implementação e de gestão social, promovidas por políticas públicas e instituições financeiras deverão estabelecer recomendações visando à maximização dos benefícios e à minimização dos impactos negativos das gestões paralelas entre políticas, principalmente as agrícolas e agrárias. A articulação de políticas deve isolar a perspectiva departamental e disciplinar para concentrar-se no local como espaço social produtivo e com potencialidade auto-sustentável.

Para tanto, a ciência, a tecnologia, os recursos financeiros e humanos deverão estar colocados à disposição a partir de um processo de planejamento

**...a capacitação e educação compõem parte integrante do desenvolvimento local sustentável, devido o seu caráter formativo de troca e produção de conhecimentos, voltados para a prática social cidadã. Este processo deve estar oferecido à comunidade permanentemente, e suas metodologias deverão ser adequadas às suas necessidades.**

**...ações de implementação e de gestão social, promovidas por políticas públicas e instituições financeiras deverão estabelecer recomendações visando à maximização dos benefícios e à minimização dos impactos negativos das gestões paralelas entre políticas, principalmente as agrícolas e agrárias.**

**O ponto central deve ser o desenvolvimento dos capitais humanos e sociais disponíveis, vistos não como beneficiários de políticas sociais compensatórias mas como atores sociais, cidadãos participantes do processo de renovação e construção de uma nova sociedade.**

**...as estratégias políticas de estímulo a produção e mercado devem compreender a localidade como um local que busca sua auto-sustentação a partir de seus próprios processos produtivos.**

**O próprio produtor local passa a fornecer os produtos que abastecem a merenda escolar, os hospitais e demais instituições da comunidade, tornando-se parcialmente responsável pela reprodução das condições locais.**

participativo, esclarecido e dinâmico, onde a comunidade estabeleça suas metas e defina as etapas do envolvimento dos diversos setores produtivos e da população local. O ponto central deve ser o desenvolvimento dos capitais humanos e sociais disponíveis, vistos não como beneficiários de políticas sociais compensatórias mas como atores sociais, cidadãos participantes do processo de renovação e construção de uma nova sociedade.

O estímulo aos processos cooperativos de recuperação de micro-bacias ou outras unidades do território degradadas e de produção agrícola e agroindustrial devem ser introduzidos como preceitos da sustentabilidade. Desenvolver inovações nestes temas não é um processo simples e sempre exigirá um papel ativo das instituições públicas, em pleno contato com a localidade. Trata-se de se introduzir a geração de conhecimentos úteis que estejam em grau de oferecer alternativas técnicas para maiores rendimentos físicos e de qualidade do produto desta localidade. Por exemplo, o controle biológico de pragas e doenças, enfatizando a linha da biotecnologia tornaria os indivíduos menos dependentes de insumos químicos e mais resistentes às intempéries. Poderia se privilegiar combinações de manejo com padrões de uso da terra que evitam o esgotamento e que levam à melhoria da fertilidade.

Desta forma, as estratégias políticas de estímulo a produção e mercado devem compreender a localidade como um local que busca sua auto-sustentação a partir de seus próprios processos produtivos. A compra e venda dos produtos locais pelas próprias instituições deve constituir um dos critérios de valorização do produto. Ao mesmo tempo, as instituições públicas devem se responsabilizar por adquirir produtos e buscar novos mercados, assumindo o papel de regulador de uma economia desigual.

Reforçar a estrutura produtiva local e fortalecer o fluxo de capital e emprego local devem ser responsabilidades comuns entre os cidadãos e o Estado. O próprio produtor local passa a fornecer os produtos que abastecem a merenda escolar, os hospitais e demais instituições da comunidade, tornando-se parcialmente responsável pela reprodução das condições locais.

A promoção de uma dinâmica econômica interligada de base local deve estimular a diversidade e a complementaridade de empreendimentos, de

forma a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas. A presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil é fator indispensável para a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Portanto, os instrumentos de planejamento das ações locais deverão considerar as diferentes políticas que se entrecruzam, promovendo o adensamento de políticas públicas regionais e locais, fazendo com que os programas sejam complementares e atuem com maior organicidade. Ações integradas deverão ser promovidas aproveitando recursos materiais e humanos, concentrando-os em uma mesma localidade, de modo a oferecer oportunidades, não apenas quantitativas, mas também qualitativas para todos os membros da sociedade.

Para isto, a disponibilização de uma base de informações desagregada espacialmente deve permitir uma análise apurada da economia e da realidade social ao nível local. Da mesma forma, urge desenvolver e aplicar estratégias de comunicação social, para que se possa mobilizar comunidades, despertando-as para as suas possibilidades e para as vantagens de um processo mais solidário de desenvolvimento.

Concluindo, pode-se entender que o desenvolvimento local sustentável constitui uma estratégia de redefinição do desenvolvimento rural. O desenvolvimento local sustentável, compreendido como um espaço dinâmico de ações locais, bem sucedidas, determinadas por metodologias de descentralização e pela participação comunitária, é que constrói as bases para o desenvolvimento rural efetivo.

Na mesma medida, o agricultor familiar é colocado como o sujeito histórico do processo. Quando estimulado a produzir na nova dinâmica social torna-se parte ativa do contexto do projeto de desenvolvimento rural. Ele deverá se fortalecer suficientemente como produtor, ampliando sua renda e as condições de vida, educação, lazer e saúde para si e sua família. Atingirá sua autonomia e consolidará sua cidadania participando da construção de sua história pessoal, da sua propriedade e de sua localidade.

Os conselhos e colegiados de representatividade local tornam-se como o espaço gerador de cidadania, de gestão social e de construção da responsa-

**O desenvolvimento local sustentável, compreendido como um espaço dinâmico de ações locais, bem sucedidas, determinadas por metodologias de descentralização e pela participação comunitária, é que constrói as bases para o desenvolvimento rural efetivo.**

**Na mesma medida, o agricultor familiar é colocado como o sujeito histórico do processo. ...Ele deverá se fortalecer suficientemente como produtor, ampliando sua renda e as condições de vida, educação, lazer e saúde para si e sua família.**

bilidade cívica e social. É a comunidade organizada e capacitada que deverá desempenhar seu papel de gestora social, exigindo transparência, controle social e participação cidadã nas ações e recursos que os envolvem.

## Referências

BAIARDI Amilcar. *Participação da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável*. Trabalho apresentado no Seminário sobre Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Local Sustentável, set. 1998.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *Um novo locus para a extensão rural no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário sobre Metodologias Participativas para o Desenvolvimento Local Sustentável, set. 1998. Mimeografado.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa/Presidência da República, 1991.

FLORES, Murilo X.; MACEDO, Manoel M.; COUTO ROSA, Sueli L. Desenvolvimento local sustentável: uma nova estratégia de intervenção no novo mundo rural. *Revista de Política Agrícola*, ano 7, n. 4, out-nov-dez, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, M. E. *A pluriatividade da agropecuária brasileira em 1995-1998*. [S. l.: s. n.], 1998.

NEVES' Delma P. *O PRONAF e a viabilidade da agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro*. [S. l., 1999]. Mimeografado.

# **O “Triângulo do Caos Global”: a atual mudança de época e as crises de percepção, identidade e compromisso\***

*José de Souza Silva\*\**

## **Introdução: buscando o “elo perdido”**

Nunca tantos foram afetados por tantas crises por tanto tempo sem encontrar o “elo perdido” que explica a emergência e simultaneidade do conjunto destas crises-em-cadeia. O Seminário Nacional “Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade” (Aracaju, 09-11/12/98) revela que a maioria de seus participantes ainda não encontrou este “elo perdido”: a atual mudança de época que está transformando de forma crítica e qualitativa a história da humanidade.

Este relatório analisa criticamente o referido evento para extrair elementos de referência para fortalecer o esforço de construir a sustentabilidade futura da agricultura familiar. O relatório assume a existência de três crises pouco percebidas, quase nunca debatidas e ainda não gerenciadas: as “crises de percepção, identidade e compromisso” que atualmente magnificam o caos global gerado pela atual mudança de época.

---

\* São José, Costa Rica, janeiro de 1999.

\*\* Engenheiro Agrônomo. Mestre em Sociologia da Agricultura e Ph.D. em Sociologia da Ciência e Tecnologia; ex-Chefe da Secretaria de Administração Estratégica da EMBRAPA e atual Gerente do Projeto Novo Paradigma do International Service for National Agricultural Research (ISNAR) que visa contribuir para a sustentabilidade institucional de organizações de ciência e tecnologia agropecuária na América Latina e o Caribe. São José, Costa Rica. Endereço eletrônico: [j.desouza@cgiar.org](mailto:j.desouza@cgiar.org)

**Uma época de mudanças é aquela em que a identidade da época está estabelecida de forma inequívoca; e suas características e conseqüências são reconhecidas sem ser questionadas. Mudanças neste contexto buscam uma maior eficiência na gestão dos meios.**

**...uma mudança de época é um momento da história da humanidade em que as características da época vigente estão em processo de erosão irreversível e suas conseqüências estão sob críticas inexoráveis. Mudanças neste contexto buscam primeiro reorientar os fins.**

Primeiro, o relatório compartilha alguns elementos de referência para distinguir entre uma época de mudança e uma mudança de época. Segundo, o relatório explica o “Triângulo do Caos Global” através de cada uma das crises que o constituem, ao mesmo tempo que analisa como o Seminário refletiu a existência de tais crises. Finalmente, o relatório compartilha uma reflexão independente sobre as contradições e implicações da mudança de época — o “elo perdido” do Seminário Nacional — para o futuro da agricultura familiar no Brasil.

### **Época de mudança ou mudança de época?**

A resposta a esta pergunta forja a premissa para orientar processos de mudança na sociedade e em suas organizações. Se a premissa for falsa, suas promessas serão também falsas. De forma inevitável, soluções orientadas por falsas premissas e promessas serão necessariamente inadequadas. Por isso, passa a ser relevante compreender que esta é uma mudança de época, não uma época de mudanças. Uma época muda quando as relações de produção, as relações de poder, a experiência humana e a cultura se transformam qualitativamente de forma simultânea<sup>1</sup>.

Uma época de mudanças é aquela em que a identidade da época está estabelecida de forma inequívoca; e suas características e conseqüências são reconhecidas sem ser questionadas. Mudanças neste contexto buscam uma maior eficiência na gestão dos meios. Ao contrário, uma mudança de época é um momento da história da humanidade em que as características da época vigente estão em processo de erosão irreversível e suas conseqüências estão sob críticas inexoráveis. Mudanças neste contexto buscam primeiro reorientar os fins. Enquanto relativa estabilidade e satisfação generalizada caracterizam o ambiente geral de uma certa época, “incerteza, desorientação e vulnerabilidade marcam uma mudança de época”. Existem alguns

---

<sup>1</sup> A investigação mais extensiva, séria e completa sobre as características da época emergente e sobre as forças sociais, econômicas, políticas, institucionais e tecnológicas que forjam estas características é o estudo realizado pelo Sociólogo Espanhol Manuel Castells, cujo resultado está sistematizado em três volumes da Série The Information Age: economy, society and culture. Os livros que constituem a Série são: The Rise of the Network Society (CASTELLS, 1996), The Power of Identity (CASTELLS, 1997) e End of Millenium (CASTELLS, 1998).

aspectos básicos que nos permitem distinguir entre estes momentos da história humana, os quais sintetizamos em seguida.

### Visão de mundo e paradigma de desenvolvimento

Numa certa época, a credibilidade da visão de mundo e a estabilidade do paradigma de desenvolvimento que prevalecem são indicadores de legitimidade da época; uma crise-em-cadeia desta visão e deste paradigma são indicadores de declínio da referida época. Hoje, todos concordamos em que a visão mecânica de mundo e o paradigma de desenvolvimento derivado desta visão de mundo perderam sua validade como elementos de referência para forjar modelos nacionais de desenvolvimento. Há mais de três décadas a humanidade critica de forma generalizada a vulnerabilidade de nossa época atual. Ao mesmo tempo, a maioria das sociedades passou a reivindicar a construção de uma visão de mundo e de um paradigma de desenvolvimento capazes de nos conduzir a uma época melhor, onde a sustentabilidade substitua a vulnerabilidade da época vigente (CAPRA, 1982, 1996).

**...a maioria das sociedades passou a reivindicar a construção de uma visão de mundo e de um paradigma de desenvolvimento capazes de nos conduzir a uma época melhor, onde a sustentabilidade substitua a vulnerabilidade da época vigente (CAPRA, 1982, 1996).**

### Natureza, rumo e prioridades do desenvolvimento

Ao contrário do que ocorre dentro de uma época, numa mudança de época existem críticas generalizadas à natureza, rumo e prioridades do desenvolvimento. Desde os anos 60, a humanidade iniciou sua crítica irreversível aos custos ambientais, sociais e econômicos dos modelos nacionais de desenvolvimento (LINDO, 1996; CASTELLS, 1997). De fato, o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico alcançados pela humanidade ocorreram às custas da erosão dos recursos naturais e fatores ambientais, profunda desigualdade e exclusão social e de uma crescente discrepância econômica e tecnológica entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento.

**...o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico alcançados pela humanidade ocorreram às custas da erosão dos recursos naturais e fatores ambientais, profunda desigualdade e exclusão social e de uma crescente discrepância econômica e tecnológica entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento.**

### Elementos de referência para o desenvolvimento

Uma época sempre gera os elementos que influenciam a forma de pensar e de atuar da maioria dos atores sociais, econômicos, políticos e institucionais

**Um por um, todos os valores, princípios, conceitos, enfoques, modelos e paradigmas da época vigente vêm perdendo sua capacidade de servir como referência para o desenvolvimento...**

**...desde os anos 70, uma revolução foi iniciada em torno da tecnologia da informação; esta revolução rompe a lógica do “industrialismo” e forja a lógica do “informacionalismo”.**

que aportam ao processo de desenvolvimento. Numa época de mudanças, estes elementos de referência são relativamente estáveis e cumprem sua função sem dificuldades. Porém, numa mudança de época, estes elementos entram em crise de forma irreversível. Um por um, todos os valores, princípios, conceitos, enfoques, modelos e paradigmas da época vigente vêm perdendo sua capacidade de servir como referência para o desenvolvimento desde o final dos anos 60 e início dos anos 70 (HOBSBAWM, 1995; LINDO, 1996). Por isso, os anos 90 serão provavelmente lembrados como a década da busca (SILVA, 1998a); busca por novos elementos de referência para orientar nossa jornada rumo aos desafios da época emergente que se consolidará ainda na primeira metade do Século XXI (CASTELLS, 1998).

## **Desenvolvimento científico e tecnológico**

Sem pressões excepcionais, uma época não exige revoluções tecnológicas; o que ocorre é geralmente uma evolução na ciência e tecnologia para atender às mudanças de natureza incremental próprias da época. Ao contrário, uma mudança de época é sempre caracterizada pela ocorrência de uma “revolução tecnológica” que altera profundamente as relações de produção, relações de poder, experiência humana e cultura. Segundo Castells (1996), desde os anos 70, uma revolução foi iniciada em torno da tecnologia da informação; esta revolução rompe a lógica do “industrialismo” e forja a lógica do “informacionalismo”. Segundo Castells, isso é semelhante ao que ocorreu quando a humanidade saiu “da lógica do agrarianismo para a lógica do industrialismo” sob a absoluta influência da revolução industrial moldada pelo paradigma mecânico do desenvolvimento tecnológico.

## **Natureza das mudanças**

Numa determinada época, as mudanças buscam principalmente (mas não exclusivamente) maximizar a eficiência do uso dos meios; assim, a maioria das mudanças é de natureza incremental. Ao contrário, numa mudança de época, as mudanças buscam principalmente (mas não exclusivamente) reorientar os fins; por isso, a maioria das mudanças neste contexto são de natureza transformacional para reorientar a natureza, rumo e prioridades de nações e organizações. A experiência atual que vive a humanidade é forjada por um conjunto de mudanças que estão mudando a época atual; não por

um conjunto de mudanças típicas da época vigente (SILVA, 1998a). Esta é a principal razão porque uma crise de percepção se estabelece durante uma época de mudanças. Poucos são os que percebem as transformações iniciais que aos poucos erodem os elementos de referência da época anterior. A crise de percepção não gera mas acentua as crises de identidade (que é também uma crise de legitimidade, segundo Jürgen Habermas) e de compromisso. Todavia, tudo isso ocorre — uma mudança de época — quando ocorrem de forma praticamente simultânea transformações qualitativas e profundas nas relações de produção, relações de poder, experiência humana e cultura:

- **Relações de produção.** Dentro de uma época, as relações de produção estão claramente estabelecidas; durante uma mudança de época estas relações estão sendo profundamente transformadas. A revolução que ocorre em torno da tecnologia da informação altera de forma estrutural — social e tecnicamente — as relações de produção; moldando assim a economia da nova época. A lógica da nova economia é moldada para consolidar uma nova lógica global para a acumulação do capital; uma lógica necessária para superar a maior crise econômica da história do capitalismo. Na nova época da economia informacional — ou “imaterial” (CASTELLS, 1996), a informação será simultaneamente um insumo e um produto; e o conhecimento será aplicado sobre o conhecimento para produzir mais conhecimento, que se transformará de imediato em uma mercadoria (GIBBONS et al., 1994; CASTELLS, 1998; DEMO, 1997). Isso tornará obsoletos alguns produtos, processos e serviços do mundo atual. Os produtos, processos e serviços mais relevantes da época emergente serão aqueles intensivos de conhecimento. Na época emergente, a produtividade é derivada da inovação tecnológica e a competitividade é derivada da flexibilidade organizacional e gerencial; e ambas assumem o comando da nova “economia informacional”. Não será suficiente apenas dispor da “tecnologia da informação”; será imprescindível construir a “capacidade cultural” para usá-la (CASTELLS, 1996). Finalmente, uma tendência crítica para o planejamento e gestão do processo de geração de conhecimento neste contexto é a declínio dos imperativos da racionalização e a ascensão dos requisitos da flexibilização. Esta será a forma de incorporar aspectos associados à complexidade e à incerteza intrínsecas ao processo de desenvolvimento (SILVA, 1999).

**Os produtos, processos e serviços mais relevantes da época emergente serão aqueles intensivos de conhecimento. Na época emergente, a produtividade é derivada da inovação tecnológica e a competitividade é derivada da flexibilidade organizacional e gerencial; e ambas assumem o comando da nova “economia informacional”.**

**A nova correlação de poder está sendo forjada para incorporar as mudanças que ocorrem dentro da própria equação de poder — força, dinheiro e conhecimento.**

- **Relações de poder.** Toda época se caracteriza pela prevalência de uma certa correlação de forças na sociedade. Numa época de mudança, esta correlação de forças é alterada para que uma nova correlação seja estabelecida em sintonia com a lógica do poder dominante da época emergente. No presente, a humanidade experimenta os primeiros impactos das mudanças que já estão a ocorrer nas relações de poder. Os exemplos mais emblemáticos de ruptura nesta dimensão são a “crise do Estado-Nação” — como entidade soberana — e a “crise da democracia política”, que ocorre em associação com a primeira; uma vez que a democracia representativa é praticada sob a premissa da existência de uma entidade soberana (HELD, 1995; CASTELLS, 1997). Os acordos multilaterais que são institucionalizados e implementados por entidades e mecanismos “supranacionais” estão alterando as relações de poder entre o Estado-Nação e outros atores globais com ambições expansionistas (HELD, 1995; CASTELLS, 1998). A nova correlação de poder está sendo forjada para incorporar as mudanças que ocorrem dentro da própria equação de poder — força, dinheiro e conhecimento. Ao longo da história, força, dinheiro e conhecimento têm se revezado na liderança da equação do poder (TOFFLER, 1990). Desde a invenção da agricultura até a revolução industrial, a força liderou o dinheiro e o conhecimento na equação do poder. A partir da revolução industrial até o presente, o dinheiro esteve à frente da força e do conhecimento. No fim do Século XX, tem início a época em que o conhecimento já é o líder absoluto desta equação (TOFFLER, 1990; DEMO, 1997). De forma crescente, a apropriação dos avanços científicos e tecnológicos por atores transnacionais será garantida pelo poder transferido do Estado-Nação para mecanismos supranacionais (HELD, 1995), tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC).
- **Experiência humana.** As formas básicas como as pessoas vivem a experiência humana — a família, as relações de gênero, a sexualidade, as relações interpessoais e sociais etc. — estão sob os crescentes efeitos principalmente da “crise do patriarcado” (CAPRA, 1996). Depois de três séculos praticamente sem ser desafiada de forma efetiva, a autoridade patriarcal está sob críticas irreversíveis que erodem de forma inexorável sua hegemonia. O futuro das formas da experiência humana é incerto, em-

bora estas já estejam mudando. Por exemplo, trinta anos atrás, era impossível pensar em casamentos entre homens e entre mulheres, o que hoje já não provoca assombro em vários países. A “mídia” tem se transformado em um dos mais poderosos meios de mudança social induzida. Atores poderosos que dominam ou influenciam globalmente os meios de comunicação aproveitam a confusão generalizada da atual mudança de época para moldar a sua conveniência os valores, símbolos, princípios, conceitos, enfoques, modelos e paradigmas que forjarão as formas básicas da experiência humana na nova época. Adicionalmente, e de forma complementar, os movimentos sócio-culturais que explodiram ao final da década de 60 e inícios da década de 70 — libertarianismo (liberdade sexual), feminismo, ambientalismo e direitos humanos — determinaram críticas irreversíveis à cultura da sociedade industrial cujas bases foram erodidas de forma permanente (CAPRA, 1982; 1996; CASTELLS, 1996, 1997 e 1998). Confusão, incerteza e desorientação caracterizam a experiência humana ao final do Século XX; o que é típico de uma mudança de época.

- **Cultura.** Toda época forja uma cultura que assegura sua hegemonia; a época emergente está moldando a “cultura da realidade virtual”. Enquanto as várias mudanças nas relações de produção, poder e experiência convergem para a transformação da base material da vida social e da dimensão espaço-tempo, a tecnologia que está emergindo com a nova época faz tudo parecer virtual. Sob o impacto profundo da tecnologia da informação, o tempo — comprimido eletronicamente — parece a-temporal, o espaço parece perder sua dimensão material, a história parece ser de-historializada e a sociedade parece ser de-sequenciada. A sociedade-rede parece desincorporar as relações sociais para criar a cultura da realidade virtual. Valores e interesses estão sendo construídos sem referência nem ao passado nem ao futuro. Todavia, a dimensão espaço-tempo tem sido importante para dar significado às diferentes civilizações (CASTELLS, 1996; LINDO, 1996); a atual mudança de época está por aniquilar eletronicamente esta dimensão para estabelecer a virtualidade como expressão da realidade social (CASTELLS, 1998). Finalmente, embriagada pelo acesso fácil à informação via INTERNET, uma geração de jovens está sendo forjada para acreditar numa realidade virtual mediada pelos instrumentos da tecnologia da informação. Com a possibilidade de “ver

**Atores poderosos que dominam ou influenciam globalmente os meios de comunicação aproveitam a confusão generalizada da atual mudança de época para moldar a sua conveniência os valores, símbolos, princípios, conceitos, enfoques, modelos e paradigmas que forjarão as formas básicas da experiência humana na nova época.**

**Sob o impacto profundo da tecnologia da informação, o tempo — comprimido eletronicamente — parece a-temporal, o espaço parece perder sua dimensão material, a história parece ser de-historializada e a sociedade parece ser de-sequenciada. A sociedade-rede parece desincorporar as relações sociais para criar a cultura da realidade virtual.**

**...a revolução tecnológica, a reestruturação da economia e a crítica à cultura da sociedade industrial foram capazes de determinar transformações estruturais nas relações de produção, poder, experiência e cultura sobre as quais nossas sociedades estavam estabelecidas. A época emergente ainda é uma fotografia fora de foco; as mudanças que estão a mudar a época vigente continuarão por algumas décadas, junto com as contradições que são inevitavelmente geradas em processos como este.**

eletronicamente” e de ler sobre muitos aspectos das sociedades do Planeta sem sair do seu quarto ou escritório, muitos destes jovens pensarão de forma perigosa que já não será necessário sair da proximidade amiga e cômoda do seu computador para “conhecer realmente” o mundo e transformá-lo. Para a geração eletrônica da realidade virtual, um computador e uma conexão na INTERNET serão suficientes para erradicar a fome, a pobreza e a vulnerabilidade dos recursos naturais e fatores ambientais. Esta geração poderia ignorar as relações de poder e os conflitos de interesses que moldam os processos e forjam as tendências que produzem a maioria dos problemas ético-filosóficos, ambientais, sociais, econômicos, político-ideológicos, tecnológicos e institucionais.

Em resumo, estamos todos vivendo uma mudança de época. Um novo mundo está emergindo a partir da coincidência histórica de três processos que — de forma independente — tiveram seu começo forjado ao final dos anos 60 e início dos anos 70 (CASTELLS, 1996, 1997, 1998): (i) a revolução na tecnologia da informação; (ii) a crise econômica simultânea do capitalismo e do Estatismo, e o início da reestruturação de ambos; e (iii) a explosão mundial de movimentos sociais, tais como o libertarianismo (liberdade sexual), feminismo, ambientalismo, direitos humanos etc.

Assim, a revolução tecnológica, a reestruturação da economia e a crítica à cultura da sociedade industrial foram capazes de determinar transformações estruturais nas relações de produção, poder, experiência e cultura sobre as quais nossas sociedades estavam estabelecidas. A época emergente ainda é uma fotografia fora de foco; as mudanças que estão a mudar a época vigente continuarão por algumas décadas, junto com as contradições que são inevitavelmente geradas em processos como este. Neste processo, antigas percepções estão sendo distorcidas, enquanto novas estão sendo moldadas segundo a agenda dos interesses globais de atores poderosos. Antigas identidades estão sendo erodidas por conveniência, enquanto novas estão sendo forjadas pelos que detêm o poder de construir símbolos e significados. Antigos compromissos estão sendo dissolvidos inescrupulosamente, enquanto novos estão sendo negociados longe do escrutínio público e sem o concurso dos princípios éticos que deveriam moldar as relações entre sociedades supostamente civilizadas.

## O “Triângulo do Caos Global” e o Seminário Nacional

Salvo por raras exceções, a maioria dos apresentadores e debatedores do Seminário Nacional “Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade” não revelou estar consciente da atual mudança de época e, por tanto, das implicações de suas características e contradições para o futuro da agricultura familiar no Brasil. Isso não é necessariamente surpreendente; mas é muito preocupante. Infelizmente, isso confirma a existência simultânea de três crises — de percepção, identidade e compromisso — com profundas implicações para as atividades subseqüentes rumo à construção da sustentabilidade futura da agricultura familiar no País. De forma concomitante, esta parte do Relatório compartilha o significado destas três crises, ao mesmo tempo que revela evidências de sua existência a partir das apresentações e debates do próprio seminário.

### A crise de percepção

O primeiro vértice do “Triângulo do Caos Global” representa a crise de percepção. Durante uma mudança de época, a falsa percepção de que as mudanças em marcha pertencem à época vigente conduz à maioria dos analistas a realizar reflexões reducionistas associadas à lógica isolada de cada uma das mudanças visíveis e a buscar soluções derivadas desta mesma lógica.

No momento atual, isso significa que a maioria está analisando qualquer tema, problema ou desafio a partir da percepção individualizada da globalização, desregulamentação, abertura comercial, privatização, ajuste macroeconômico, redução do tamanho do setor público etc., sem necessariamente compreender de forma integrada porque o conjunto destas mudanças emergiu de forma simultânea e irreversível e está sendo promovido e implementado como relevante para o futuro da humanidade. Sem dominar a gênese, significado e implicações do conjunto das mudanças globais, muitos analistas limitam seu entendimento a partir de sua compreensão individualizada das partes. Todavia, como nos ensina a teoria de sistema, as propriedades do todo são um produto da interação entre as partes, não se manifestando em nenhuma delas em particular. No Seminário, várias evidências confirmam a crise de percepção:

**Durante uma mudança de época, a falsa percepção de que as mudanças em marcha pertencem à época vigente conduz à maioria dos analistas a realizar reflexões reducionistas associadas à lógica isolada de cada uma das mudanças visíveis e a buscar soluções derivadas desta mesma lógica.**

- **A mudança de época no Brasil.** Embora, como outros governos da região, o Governo brasileiro esteja instrumentalizando ao nível nacional o conjunto das mudanças globais requeridas pela atual mudança de época, a maioria dos apresentadores e debatedores deixou de explorar isso como contexto para suas intervenções. Não se identificaram nem aprofundaram as formas como as transformações nas relações de produção, poder, experiência humana e cultura já em marcha no Brasil irão impactar sobre a identidade/legitimidade e o desempenho da agricultura familiar no País.
- **O novo modo de produção de conhecimento.** Com a época emergente, emerge também um novo modo de produção de conhecimento (ver GIBBONS et al., 1994), com características muito diferente daquelas apresentadas pelo modo clássico de geração de conhecimento (SILVA, 1998b). Porém, a maioria dos que apresentaram trabalhos técnicos associados à geração e transferência de tecnologia e conhecimento deixou de fazer referência a este fenômeno que tem o potencial para mudar de forma importante os processos de inovação institucional e tecnológica associados ao desenvolvimento da agricultura familiar (ver Anexo ao final deste Relatório).
- **Contradições da época emergente.** Toda mudança de época produz contradições a partir de suas características moldadas por interesses em conflito. Todavia, a maioria dos apresentadores e debatedores deixou de identificar estas contradições e de projetar suas implicações positivas e negativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. Ao contrário, alguns apresentadores e debatedores rejeitaram a teoria da conspiração e preferiram ignorar que muitos dos aspectos mais críticos de acordos multilaterais como NAFTA e GATT tiveram sua negociação distorcida por segredos e compra de posições, como demonstram várias investigações recentes (NADER et al., 1995; MANDER; GOLDSMITH, 1996). Também desconheciam que está sob suspeita a negociação do Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI). Gerado no ventre coletivo da Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD) e de algumas corporações transnacionais, o AMI estava sendo negociado em segredo e sem escrúpulos (WALLACH, 1995; LANDER, 1998), quando algumas ONG o denunciaram. São várias as contradições que estão emergindo com a globalização (MANDER; GOLDSMITH, 1996; SILVA, 1998a), com implicações para a agricultura (SILVEIRA; VILELA, 1998).

Algumas destas implicações forjadas pela época emergente são: globalização como integração *versus* exclusão; globalização como diversificação *versus* homogeneização; globalização como mobilidade do capital *versus* vulnerabilidade do trabalho; globalização como ascensão da esfera privada *versus* declínio da esfera pública; globalização como ascensão exclusiva da dimensão econômica *versus* declínio da dimensão social; globalização como ascensão das leis do mercado *versus* declínio dos princípios éticos nas relações entre as sociedades.

- **O neoliberalismo no Brasil.** Apesar do programa de Governo de Fernando Henrique Cardoso — para a revisão do papel do Estado e modernização do setor público — ser orientado pelos elementos da doutrina neoliberal<sup>4</sup>, a maioria dos apresentadores e debatedores não fez uma análise da situação atual e futura da agricultura familiar no contexto dos princípios, premissas, promessas e contradições do neoliberalismo no Brasil. Todavia, iniciativas semelhantes por parte de outros governos na América Latina já estão erodindo as bases da agricultura familiar em países como México e Chile, apenas para citar dois casos relevantes (ROSEN; MCFADYEN, 1995).
- **Os agentes internacionais das mudanças nacionais.** A maioria dos trabalhos técnicos deixou de mostrar sua influência sobre (e dependência da) dimensão política. Porém, decisões políticas críticas para o futuro da agricultura familiar estão sendo tomadas longe do escrutínio público e das necessidades, realidades e aspirações da sociedade brasileira. A adesão do Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC) implica em que o País aceitou o estabelecimento de regras e procedimentos iguais para capacidades desiguais na arena da competição econômica e tecnológica mundial. Como já ocorre com a maioria dos países com grandes dívidas

---

<sup>2</sup> Segundo o representante do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), em sua apresentação no “Workshop Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural”, realizado em Brasília, 24-28.11.97, para assessorar a elaboração do seu programa para a reforma do aparato do Estado, FHC contratou nada mais nada menos do que alguns dos ex-assessores do governo de Margareth Tacher. A (não por coincidência) “Dama de Ferro” instrumentalizou e implementou o neoliberalismo em seu país sem importar-se com as conseqüências sociais e políticas de sua iniciativa. Só os interesses econômicos de seus atores nacionais com ambições globais foram considerados.

externas, no contexto da atual crise econômico-financeira do Brasil, em grande medida, o Grupo dos Sete (G-7), através do Fundo Monetário Internacional, maneja sua política econômica; através do Banco Mundial e do Banco Interamericano, moldam sua agenda de desenvolvimento; e, através da OMC, influenciam a tomada de decisões associadas à formulação da maioria de suas macro-políticas nacionais.

- **A multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável.** Apesar das evidências crescentes e irrefutáveis de que o desenvolvimento sustentável é um processo complexo e multi-dimensional, a maioria dos apresentadores e debatedores não revela esta compreensão. Muitos continuam abordando a sustentabilidade como uma dimensão associada exclusivamente aos recursos naturais e fatores ambientais. Outros até que tentam incluir outras dimensões; mas, neste caso, preferem imitar os atores externos que insistem em reduzir a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável a apenas três dimensões: ambiental, social e econômica. Como ignorar outras dimensões, tais como as dimensões ético-filosófica, institucional, político-ideológica, tecnológica, legal etc.? O desenvolvimento sustentável da agricultura familiar necessitará de uma abordagem mais integral do que a aplicada pela maioria dos participantes do evento.
- **A dimensão institucional do desenvolvimento sustentável.** Numa mudança de época, a inovação institucional deve preceder à inovação tecnológica. Como poderia uma organização aportar inovações tecnológicas para a sustentabilidade futura da agricultura familiar quando seus marcos institucionais de referência para pensar e actuar estão atrelados à lógica da época ainda vigente mas já declinante e não à lógica da época emergente? Todavia, a maioria dos apresentadores e debatedores não fez referência à necessidade de esforços para a inovação institucional nas organizações da agricultura familiar e naquelas que aportam ao seu desenvolvimento. O desenvolvimento é um produto da intervenção; pois sem intervenção não há desenvolvimento, só evolução. Ainda as melhores políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento sustentável não se auto-implementam. A maioria das intervenções para o desenvolvimento são concebidas e executadas por organizações públicas, privadas e não-governamentais. Não haverá desenvolvimento sustentável sem organizações sustentáveis; pois não é sustentável o produto da intervenção de organizações erráticas e de desempenho inconsistente. O desenvolvimento sustentável requer interven-

ções consistentes ao longo do tempo. Esta é a dimensão institucional do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar que a maioria dos participantes ignorou ou ainda não percebeu, o que é muito mais grave.

## A crise de identidade

O segundo vértice do “Triângulo do Caos Global” representa a crise de identidade. É típico de uma mudança de época, a crise da maioria dos valores, princípios, premissas, promessas, enfoques, modelos e paradigmas da época em declínio. Estes elementos começam a perder seu significado e, portanto, sua importância e contribuição potencial diante da emergência de outros elementos de referência associados à época emergente. Como consequência, muitas entidades e atividades perdem suas identidades e legitimidade; ou as têm desprestigiadas, debilitadas. Obviamente, este processo não ocorre sem contradições internas e sem reações por parte dos atores sociais associados a estas entidades e atividades (CASTELLS, 1997).

No momento atual, isso significa que a maioria dos analistas pode até estar atualizando seu discurso, para que o mesmo seja politicamente correto, mas a lógica do seu raciocínio continua atrelada à lógica e aos significados antigos das identidades e atividades por eles analisadas. Sem incorporar em suas análises os elementos de referência que explicam a perda ou debilitamento da identidade e legitimidade da agricultura familiar no mundo e no Brasil, muitos apresentadores e debatedores do Seminário revelaram evidências neste sentido:

- **Cultura urbana.** Que valores, princípios, premissas e promessas deveriam ser cultivados nas cidades de tal forma que a população urbana passasse a valorizar e apoiar o fortalecimento da agricultura familiar? Embora a população brasileira esteja concentrada principalmente na zona urbana, a maioria dos participantes deixou de explorar como esta cultura predominantemente urbana já está contribuindo para agravar a crise de identidade e legitimidade da agricultura familiar em particular. A juventude urbana é educada para pensar que o alimento vem do supermercado, não do campo. Assim a população urbana não encontra razões para valorizar a contribuição da agricultura familiar para sua existência na cidade e, portanto, não apoia iniciativas para superar os problemas e desenvolver o potencial desta atividade. Por exemplo, com respeito à segu-

**É típico de uma mudança de época, a crise da maioria dos valores, princípios, premissas, promessas, enfoques, modelos e paradigmas da época em declínio. Estes elementos começam a perder seu significado e, portanto, sua importância e contribuição potencial diante da emergência de outros elementos de referência associados à época emergente. Como consequência, muitas entidades e atividades perdem suas identidades e legitimidade; ou as têm desprestigiadas, debilitadas.**

rança alimentar no Brasil, a agricultura familiar vence a patronal a partir de qualquer ângulo que seja analisado. Afinal de contas, mais de 70% do alimento disponível no mercado interno do País é aportado pela agricultura familiar. Nenhuma política de segurança alimentar no Brasil pode ser exitosa sem a participação da agricultura familiar. A população urbana sabe disso? A maioria dos participantes não revelou sua preocupação com uma campanha de valorização política da agricultura familiar na zona urbana. Isso serviria para formar e consolidar a identidade e legitimidade da agricultura familiar junto à sociedade em geral.

- **Representatividade internacional.** Quem representa a quem? Quem decide em nome de quem? Que grupos sociais e atividades econômico-produtivas devem se beneficiar com os acordos internacionais? Quem decide o que é certo ou errado? O que é bom ou mal para quem? Quem decide se as respostas a estas perguntas são adequadas? A humanidade em geral e os povos de cada nação em particular chegam ao final do Século XX sem segurança para responder a tais perguntas. As agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), e os mecanismos supranacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), estão retirando do Estado-Nação graus diferentes de sua soberania, identidade e legitimidade. Portanto, os governos nacionais já não podem falar e decidir livremente em nome de sua sociedade. As regras dos acordos internacionais são as únicas referências para as negociações internacionais e as principais para a formulação de políticas nacionais. Os interesses econômicos globais que financiam o FMI, BM e OMC estão aumentando de forma perigosa seu controle sobre o futuro das sociedades. Nos países em desenvolvimento com grandes dívidas externas e grandes empréstimos: (i) o FMI reestrutura a natureza, rumo e prioridades da economia; (ii) o BM e seus congêneres regionais moldam a agenda de desenvolvimento; e a OMC forja o processo de formulação das políticas nacionais. Os próprios blocos econômicos regionais tiram dos seus membros parte de sua autonomia nacional. Então, no nível federal, os políticos eleitos — inclusive o Presidente — já não representam àqueles que os elegeram. Seu mais importante papel agora é adaptar, instrumentalizar e fazer cumprir as regras dos acordos multilaterais implementadas pelos mecanismos supranacionais. Apesar desta realidade incontestável, a maioria dos participantes deixou de analisar como os

interesses da agricultura familiar já estão e serão afetados neste contexto, oferecendo elementos de referência para a gestão de suas conseqüências.

- **Representatividade nacional.** Se o governo federal já não fala e decide em nome exclusivo da sociedade brasileira, quem fala e decide em nome da agricultura familiar dentro do governo? Quem decide o que é certo ou errado, bom ou mal, para a agricultura familiar nas organizações públicas que deveriam servir principalmente à agricultura familiar e não à patronal? Quem decide se o Brasil necessita ou não de um modelo nacional de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar? Como está representada a agricultura familiar na Comissão de Agricultura do Congresso Nacional? Porque não houve um painel de agricultores familiares no Seminário? No próprio Seminário em Aracaju, a agricultura familiar não contou nem mesmo com um observador permanente para integrar a Comissão de Sistematização. Quem está sintetizando o conteúdo do Seminário, extraindo conclusões e sugestões e projetando suas implicações para a agricultura familiar a partir da perspectiva dos agricultores? A maioria dos apresentadores e debatedores, todavia, não questionou a ausência de mecanismos institucionalizados para a participação dos agricultores familiares nas esferas de gestão de seu mais alto interesse, além de suas organizações formais.
- **Crise de valores.** Uma crise de identidade é uma conseqüência principalmente (mas não exclusivamente) de uma crise de valores. Durante uma mudança de época, forças sociais, políticas e econômicas em conflito entrarão em confrontação para (re)definir os valores que devem estabelecer o que será considerado como “moderno” na época emergente. Que valores estão sendo forjados como e por quem, com relação ao papel da agricultura na sociedade brasileira do Século XXI? Como isso afetará o futuro da agricultura familiar? A história recente dos programas e projetos de desenvolvimento rural no País não ajudam muito. Ao contrário, forjados sob a ideologia que moldava os programas de “cooperação” internacional liderados pelos Estados Unidos, estes programas e projetos de desenvolvimento rural serviram para delinear uma identidade inadequada para a agricultura familiar. Com expressões como agricultura de “subsistência”, agricultura de “baixa renda” e agricultura “tradicional”, os projetos de desenvolvimento rural serviram muito bem para forjar uma percepção generalizada da agricultura familiar como algo de (e para) po-

bres, algo sem nenhuma contribuição econômica a oferecer, algo atrasado e retrógrado, apenas uma inconveniência socialmente necessária. Agora, com o conceito de “competitividade” praticado como sinônimo de “competição”, está facilitado dar o golpe de misericórdia na agricultura familiar. A menos que os agricultores familiares e suas organizações formais consigam convencer e mobilizar sócios individuais e coletivos numa campanha nacional para moldar os valores que revelam e consolidam a importância e contribuição imprescindível da agricultura familiar nas esferas ambiental, econômica e social para o futuro da sociedade brasileira. Apesar deste perigo iminente, a maioria dos participantes do Seminário não revelou sua compreensão sobre a crise de identidade que também afeta a agricultura familiar. O que é a agricultura familiar na prática? Como um cidadão urbano pode distinguir entre a agricultura familiar e a patronal? Por que um cidadão urbano deveria reivindicar apoio à agricultura familiar e não à patronal? Que benefícios diretos e indiretos da agricultura familiar pode o cidadão urbano perceber no seu cotidiano? Quais seriam as implicações de não ter a agricultura familiar no Brasil? Estes são exemplos de perguntas cujas respostas ajudariam a educar e a convencer a população urbana a reivindicar do Governo Federal o estabelecimento de um modelo nacional de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar.

- **Descrição mais do que explicação.** Numa crise de percepção, os atores se preocupam mais em descrever o que está ocorrendo do que em explicar “porque e como” está ocorrendo. Todavia, a compreensão do “porque” e do “como” é o ingrediente mais escasso, relevante e de difícil acesso numa mudança de época. No Seminário houve uma grande concentração de esforço na reconstituição cronológica e descrição fatural das mudanças em marcha no mundo, região, País e localidades; enquanto houve escassez de esforço para produzir compreensão: sobre (i) “porque e como” estas mudanças emergiram; (ii) “porque e como” elas assumiram as características que têm; e (iii) “porque e como” estas mesmas mudanças estão estabelecendo novas relações assimétricas de poder tanto para os países em desenvolvimento em geral como para a agricultura tropical em particular (SILVA, 1997). Parece lógico que a agricultura familiar não esteja imune às contradições e implicações de tudo isso.

## A crise de compromisso

O terceiro vértice do “Triângulo do Caos Global” representa a crise de compromisso, que é também uma crise de prioridades. É típico de uma mudança de época, a confusão quanto à distribuição de responsabilidades e definição de prioridades na sociedade. A ausência de um modelo de desenvolvimento nacional (cada governo tem um programa de governo, mas não um plano de futuro para a nação) determina uma crise de prioridades. Obviamente, sem prioridades claras os papéis e responsabilidades ficam confusos. Muitos atores sociais e organizacionais aproveitam esta confusão para fugir de suas responsabilidades, transferindo-as para outros atores ou simplesmente ignorando-as. A crise de compromisso pode se manifestar de muitas formas, como ocorreu, por exemplo, no próprio Seminário em associação com a agricultura familiar:

- **Descontinuidade.** Descontinuidade de iniciativas válidas é um dos indicadores da crise de compromisso. Por exemplo, para criar uma extensão rural pública para a agricultura familiar, um conjunto de eventos nacionais e estaduais concentrou esforços e mobilizou uma gama importante de recursos e atores diversos em 1997. No final daquele ano, um Seminário Nacional sintetizou e articulou elementos de referência relevantes para o objetivo estabelecido. Até uma estratégia foi proposta para incluir as conclusões do Seminário na agenda política da campanha eleitoral de 1998. Nem a estratégia foi implementada nem o esforço foi continuado como previsto. Pior que isso, a maioria dos apresentadores e debatedores do Seminário de Aracaju não cobrou ou reivindicou a continuidade daquele esforço; nem mesmo os representantes formais da agricultura familiar que falaram naquele evento. Quem decidiu não continuar? O que se passou com o produto da inteligência e criatividade coletiva mobilizada nos eventos de 1997? Por que foram mobilizados tanto tempo, recursos e talentos em 1997, para que em 1998 tudo isso fosse negligenciado? Era sincero o compromisso de todos que participaram dos eventos nacionais e estaduais? Por que tanta motivação na fase de geração de propostas e tão pouco compromisso para a fase de implementação? De quem era a responsabilidade de continuar com a iniciativa em 1998? O que faltou: recursos, interesse, coragem ou compromisso? De quem depende a retomada e consolidação do esforço em 1999? Deveria a CONTAG “gritar” pela continuidade daquela iniciativa durante seu “Grito da Terra” em

**É típico de uma mudança de época, a confusão quanto à distribuição de responsabilidades e definição de prioridades na sociedade. A ausência de um modelo de desenvolvimento nacional (cada governo tem um programa de governo, mas não um plano de futuro para a nação) determina uma crise de prioridades.**

1999? Se não resultou em nada o esforço organizado para criar uma assistência técnica e extensão rural (ATER) pública para a agricultura familiar, deveríamos assumir que os Seminários anuais sobre a agricultura familiar também serão estéreis?

- **Vendedores de ilusão.** Os sonhos — não a ilusão — são necessários como fonte de energia, motivação e até mesmo de sacrifício. Por isso, a falta de compromisso pode se manifestar na venda de ilusão. Por exemplo, no Seminário, um ator institucional — o BNB — apresentou sua experiência institucional numa forma tal que não chegou a contribuir para a aprendizagem e o aperfeiçoamento do esforço do PRONAF. Tudo estava perfeito, nada necessitava de ajuste, tudo estava bom, não havia dificuldades, nunca houve fatores restritivos, tudo se desenvolvia com “zero” de erros. Hora, como todos sabemos, todo projeto de desenvolvimento é também um projeto político e um experimento social (RONDINELI, 1983). Assim, a iniciativa de desenvolvimento perfeita não existe até que começa a ser implementada para ser aperfeiçoada. Como o BNB preferiu fazer apenas um auto-elogio, os participantes do Seminário não puderam ter acesso aos fatores impulsores, fatores limitantes e lições associados à rica e produtiva experiência do BNB no desenvolvimento do PRONAF. Isso é falta de compromisso com o PRONAF, que necessita de retroinformação continuada para ser aperfeiçoado, e falta de compromisso para com os agricultores familiares, que devem saber que facilidades e dificuldades encontram aqueles que tentam apoiá-los. Pela apresentação do BNB no Seminário de Aracaju, tudo está perfeito, os agricultores não necessitam preocupar-se com nada; o “super BNB” resolve tudo sozinho. Não queremos insinuar que o BNB está trabalhando mal; apenas queremos aprender com suas dificuldades e avanços. Outro exemplo de falta de compromisso com a realidade da agricultura familiar no Brasil foi provido por um dos conferencistas que sugeriu para o melhor funcionamento da agricultura familiar no Brasil a mesma sofisticação eletrônica e computacional de alguns países do Hemisfério Norte. A pesquisa, extensão e produção associadas à agricultura familiar conformariam uma rede eletrônica para o desenvolvimento desta última. O problema não reside necessariamente no fato de que a proposta se fundamenta na possibilidade virtual de uma pesquisa, extensão e produção assentadas numa rede eletrônica. O problema está em assumir que a solu-

ção das dificuldades, desafios e desigualdades que caracterizam nossa agricultura familiar pode ser reduzida apenas a esta dimensão instrumental. No contexto da realidade social, econômica e política da agricultura familiar no País, isso soa mais como uma ilusão estéril do que como um sonho possível, fértil e, mais que tudo, necessário.

- **Individualismo.** Uma crise de compromisso pode ser percebida até no individualismo bem intencionado; o que ocorreu de forma pródiga no Seminário. A maioria dos que apresentaram suas experiências particulares, o fizeram de forma mais descritiva do que analítica. Com isso, eles deixaram de compartilhar suas visões, percepções e posições sobre quais foram os fatores impulsores e os fatores restritivos que explicam o desempenho de suas experiências, bem como as lições associadas à gestão destes fatores. Obviamente, isso não foi intencional; mas reflete que nem todos estavam conscientes do compromisso que deveria pressioná-los para compartilhar elementos de referência para o benefício de outros. Felizmente, não houve o pior dos individualismos: aquele que é produto de estratégias deliberadas para privar outros do acesso a elementos vitais para seu desenvolvimento. Ao contrário, foi possível observar que a maioria apresentou suas experiências individuais com o máximo de boa vontade e motivação. Neste caso, só a Comissão Organizadora poderia fazer a diferença. No próximo Seminário, esta Comissão deve orientar os apresentadores já a partir do conteúdo do convite. No convite aos apresentadores de experiências particulares, a Comissão deve incluir alguns elementos de referência — de nenhuma forma uma camisa de força — para orientar a forma de apresentação. Por exemplo, os apresentadores necessitam saber que a maioria dos participantes estará interessada em conhecer quais foram os fatores impulsores e limitantes de sua experiência. Além disso, todos querem saber quais são as lições derivadas do desempenho destes fatores que o apresentador elege como relevantes a partir de sua própria perspectiva.
- **Quem assume o quê?** É típico de uma crise de compromisso a falta de iniciativa para assumir qualquer compromisso. No Seminário, ninguém, nem nenhuma organização, se comprometeu com absolutamente nada. Nem mesmo apareceram candidatos para sediar o próximo Seminário, como é comum ocorrer em eventos como este. Por exemplo, pelo entusiasmo exagerado do BNB durante sua apresentação, muitos dos participantes pensavam que seu representante proporia a organização do próxi-

mo Seminário em Fortaleza por aquela instituição, o que não ocorreu. Mas isso também ocorreu com outras organizações presentes que preferiram não se comprometer. Por fim, também não ficou claro quem fará o que com as conclusões e sugestões produzidas no Seminário de Aracaju, depois que sua Comissão Organizadora fizer a divulgação prevista. Por exemplo, o que farão CONTAG, a SDR e a EMBRAPA?

- **Ausência inexplicável.** A falta de compromisso também pode ser detectada pela ausência dos que, pela natureza do evento, não deveriam estar ausentes. Por exemplo, muitos sabem que a EMBRAPA tem um Programa Nacional de Pesquisa para a Agricultura Familiar; todavia, este Programa esteve oficialmente ausente do evento. Obviamente, alguns pesquisadores associados ao Programa participaram do evento; mas deixaram de anunciar sua vinculação formal com aquele mecanismo institucional. Alguma razão especial? Alguma conveniência para o anonimato do Programa? Em todos os eventos como o Seminário de Aracaju, os agricultores familiares necessitam saber quem é quem e quem tem quais responsabilidades com a agricultura familiar.
- **Manutenção do *status quo*.** Manter o *status quo* quando a realidade exige mudanças é uma forma de demonstrar falta de compromisso; ainda quando isso ocorre de forma involuntária, como foi o caso no Seminário de Aracaju. Muitas das organizações que estavam presentes no evento deixaram de revelar que mudanças estavam realizando para melhor atender às necessidades da agricultura familiar. Parecia até que só a agricultura familiar tem que mudar, não as organizações que devem servi-la. Ao contrário, em suas apresentações, algumas destas organizações revelaram que embora tenham incluído a agricultura familiar na sua agenda ainda não transformaram seus modelos de intervenção. Isso ficou claro na apresentação da maioria dos trabalhos técnicos. Com a época emergente está a emergir um novo modo de produção de conhecimento (GIBBONS et al. 1994) cujos atributos são: (i) conhecimento produzido no contexto de sua aplicação; (ii) esforço transdisciplinar; (iii) diversidade de atores e organizações; (iv) reflexividade e compromisso sociais; e (v) controle ampliado da qualidade. Apesar disso, a maioria dos profissionais que apresentaram trabalhos técnicos revelou que continuam influenciados pela lógica e requisitos do modo clássico de produção de conhecimento onde: (a) alguns só geram conhecimento, mas sem ter compromisso com sua transferência e adoção; (b) ou-

tros só transferem conhecimento, mas sem influenciar sua geração; e (c) muitos são pressionados para adotar este conhecimento sem ter tido a oportunidade de participar do processo de sua geração e validação. Sabemos, todavia, que a prática do novo modo de produção de conhecimento não depende apenas dos indivíduos, mas sim de um processo de mudança institucional mais profundo e comprometido.

### **Conclusão: encontrando o “elo perdido”**

Teorias geradas sem o objetivo de orientar ações práticas são estéreis; ações executadas sem a orientação de teorias geradas para isso são inconseqüentes. O atual esforço de construção coletiva da sustentabilidade futura da agricultura familiar no Brasil requer o concurso de ambas: teorias geradas de forma comprometida com o contexto complexo da agricultura familiar no País e ações conseqüentes derivadas de teorias especialmente desenvolvidas para orientá-las.

Todavia, entre outros aspectos críticos, esta práxis depende da (i) percepção dos atores sociais interessados na agricultura familiar sobre o momento histórico que experimenta a humanidade neste final de século; (ii) identidade da agricultura familiar junto à sociedade brasileira em geral; e (iii) compromisso destes atores para construir coletivamente as bases da sustentabilidade futura da agricultura familiar no País. No momento atual, estes três aspectos — percepção, identidade e compromisso — estão atravessando uma crise generalizada no mundo, como uma das conseqüências da atual mudança de época que experimenta a humanidade. Embora o Seminário de Aracaju tenha revelado tanto algumas teorias como muitas ações pertinentes, isso parece ter ocorrido mais como uma coincidência do que como um produto do esforço deliberado para analisar e transformar a agricultura familiar a partir das contradições da atual mudança de época e das implicações das características da época emergente. Uma época muda quando mudam de forma qualitativa e simultânea as relações de produção, relações de poder, a experiência humana e a cultura; como é o caso ao final do Século XX.

Ao contrário, a maioria se referiu às mudanças globais em marcha como se elas pertencessem à época atual, não como se elas estivessem — pois de fato estão — mudando a própria época ainda vigente mas já em declínio

**Teorias geradas sem o objetivo de orientar ações práticas são estéreis; ações executadas sem a orientação de teorias geradas para isso são inconseqüentes. O atual esforço de construção coletiva da sustentabilidade futura da agricultura familiar no Brasil requer o concurso de ambas: teorias geradas de forma comprometida com o contexto complexo da agricultura familiar no País e ações conseqüentes derivadas de teorias especialmente desenvolvidas para orientá-las.**

irreversível. Provavelmente por isso, a maioria dos participantes revelou sua vulnerabilidade às crises de percepção, identidade e compromisso que são inevitavelmente geradas por uma mudança de época. A importância de perceber e manejar as consequências destas três crises em particular está em que: (i) a crise de percepção gera falsas premissas, falsas promessas e soluções inadequadas; (ii) a crise de identidade torna difícil responder a perguntas sobre Quem é quem? O que é legítimo para o que e para quem? desenvolvimento para beneficiar a quem?; e (iii) a crise de compromisso dilui, distorce e extingue responsabilidades e prioridades.

Isso não significa que o Seminário não valeu a pena. Ao contrário, assumo que o elevado número e a diversidade impressionante de participantes são indicadores de seu êxito. Todavia, este Relatório se concentrou apenas nos aspectos que necessitam e podem ser aperfeiçoados no próximo Seminário. Com este compromisso, o Relatório apresenta algumas sugestões de natureza geral para os organizadores do próximo evento:

- **Mudança de época.** Convidar com antecipação a participação de alguns expertos cuja contribuição será: (i) identificar as contradições da atual mudança de época (contradições associadas às mudanças nas relações de produção, relações de poder, experiência humana e cultura) que podem comprometer o futuro da agricultura familiar; (ii) identificar as características da época emergente (características associadas às mudanças nas relações de produção, relações de poder, experiência humana e cultura) que mais afetarão positiva e negativamente as várias dimensões da agricultura familiar; (iii) analisar e projetar as implicações positivas e negativas das respectivas contradições e características identificadas para o futuro da agricultura familiar no Brasil; e (iv) sugerir elementos de referência para orientar as iniciativas de diferentes grupos de atores sociais frente às implicações identificadas.
- **O modo emergente para a produção de conhecimento.** Convidar com antecipação a participação de alguns expertos cuja contribuição será: (i) identificar as contradições do modo clássico de produção de conhecimento para o futuro da agricultura familiar; (ii) identificar e analisar as características da modo emergente de conhecimento que afetarão positiva e negativamente quaisquer dimensões da agricultura familiar; (iii) analisar e projetar as implicações positivas e negativas das respectivas contra-

dições e características identificadas para o futuro da agricultura familiar no Brasil; e (iv) sugerir elementos de referência para orientar as iniciativas de diferentes grupos de atores sociais frente às implicações identificadas.

- **Compromissos descontinuados.** Fazer um levantamento dos compromissos associados à agricultura familiar ainda não cumpridos (tais como os compromissos dos eventos de 1997 para a criação de uma extensão rural pública para a agricultura familiar) e convidar com antecipação os atores-chaves associados a estes compromissos de tal forma que prestem contas sobre o estado atual de cada um deles.
- **Representatividade.** Para uma manhã do evento, organizar com antecedência duas mesas redondas: uma composta exclusivamente de agricultores familiares e outra com os representantes das organizações formais da agricultura familiar: CONTAG etc. Estas mesas redondas teriam como objetivo central abrir um espaço para que estes dois grupos de atores compartilhem suas análises dos problemas e sugestões para a superação dos desafios associados ao futuro da agricultura familiar no Brasil. Além disso, a Comissão de Sistematização do evento deve contar com um representante de cada uma das duas mesas redondas.
- **Espaço institucional.** Organizar uma mesa redonda com representantes de várias organizações que, como a EMBRAPA, possuem programas especiais e exclusivos para a agricultura familiar. Estas organizações devem ser convidadas a compartilhar publicamente (i) a natureza de seu compromisso; (ii) o rumo e prioridades de suas iniciativas; e (iii) o estado atual de sua contribuição concreta à agricultura familiar.

Se qualquer das duas primeiras sugestões forem consideradas, eu próprio assumo um compromisso. O compromisso de realizar uma investigação exclusivamente para contribuir com o esforço de produzir compreensão sobre as implicações positivas e negativas das contradições e características da época emergente e do novo modo de produção de conhecimento para o futuro da agricultura familiar no Brasil. O contrário pode significar uma acomodação ao estado atual das coisas, o que eu não estou de acordo. Esta postura tem servido apenas para que atores política e economicamente poderosos, dentro e fora do País, aumentem sua capacidade de moldar as tendências atuais para o benefício da agricultura patronal e em prejuízo da agricultura familiar. Até quando? A que custo?

## Referências

CAPRA, Fritjof. *La trama de la vida: una nueva perspectiva de los sistemas vivos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1996.

\_\_\_\_\_. *The Turning Point*. New York: Simon & Schuster, 1982.

CASTELLS, Manuel. *End of millennium*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998. (The Information Age: economy, society and culture, v. III).

\_\_\_\_\_. *The power of identity*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1997. (The Information Age: economy, society and culture, v. III).

\_\_\_\_\_. *The rise of the network society*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996. (The Information Age: economy, society and culture, v. III)

CHISHOLM, Rupert F. On the Meaning of Networks. *Group & Organization Management*, v. 21 no. 2, p. 216-235, June 1996.

DEMO, Pedro. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIBBONS, Michael; LIMOGES, Camille; NOWOTNY, Helga; SCHWARTZMAN, Simon; SCOTT, Peter; TROW, Martin. *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: SAGE Publications, 1994.

HELD, David. *Democracy and the global order: from the modern State to cosmopolitan government*. Cambridge: Polity Press, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *The age of extremes: the short Twentieth Century, 1914-1991*. London: Michael Joseph, 1995.

LANDER, Edgardo. *El Acuerdo Multilateral de Inversiones (MAI): el capital diseña una Constitución Universal*. 1998. Trabalho circulado na INTERNET mas ainda não publicado.

LINDO, Augusto Pérez. *Mutaciones: escenarios y filosofías del cambio de mundo*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996.

MANDER, Jerry; GOLDSMITH, Edward (Ed.). *The case against the global economy and for a turn toward the local*. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

MINTZBERG, Henry. *The rise and fall of strategic planning*. New York: Prentice Hall, 1994.

NADER, Ralph et al. *The case against free trade. GATT, NAFTA, and the globalization of corporate power.* San Francisco, CA: Earth Island Press, 1993.

RONDINELLI, Dennis A. *Development projects as policy experiments: an adaptive approach to development administration.* London: Routledge, 1983.

ROSEN, Fred; and Deidre McFadyen (Eds). *Free Trade and Economic Restructuring in Latin America: a NACLA Reader.* New York: Monthly Review Press. 1995.

SILVA, José de Souza. Agricultural Biotechnology Transfer to Developing Countries Under the Cooperation-Competition Paradox. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 91-112, 1997.

\_\_\_\_\_. Changing Roles and Responsibilities of Planners and Planning Units: from rationalization to flexibilization under the networking logic; forthcoming in *Source Book on Planning in Agricultural Research.* The Hague, The Netherlands: ISNAR-CAB International, 1999.

\_\_\_\_\_. *¿Una época de cambios o un cambio de época?* características, contradicciones e implicaciones del actual cambio de época. Trabajo generado para el Módulo “El Talento Humano: Clave de la Organización” del Programa de Postgrado de la Universidad Central de Ecuador: “Especialización en Administración de la Ciencia”. Quito, nov. 1998a.

\_\_\_\_\_. *Geração de conhecimento para a competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar no Século XXI: da racionalidade à flexibilização sob a lógica da formação de “redes”.* Trabalho apresentado na Mesa Redonda “A Agricultura Familiar e os Desafios para o Século XXI” que integrou o Seminário *Agricultura Familiar: desafios para a sustentabilidade.* Aracaju-SE, 09-11 de dezembro de 1998b.

SILVEIRA, Miguel Ângelo; VILELA, Sérgio L.O. (Ed.) *Globalização e sustentabilidade da agricultura.* Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, [s. d.]. (Série Documentos, n. 15).

TOFFLER, Alvin. *Powershift: as mudanças do poder.* Rio de Janeiro: Record, 1990.

WALLACH, Lori M. El Nuevo ‘Manifiesto’ de los Poderes Multinacionales. In: LE MONDE Diplomatique (Edição Espanhola) *Pensamiento Crítico vs. Pensamiento Único.* Madrid: Editorial Debate, 1998.

## **ANEXO**

### **Da racionalização à flexibilização do processo de geração do conhecimento**

As funções e processos dominantes da era da informação serão crescentemente organizados na forma de “redes”; por exemplo, a economia informacional emergente é organizada em torno de redes globais de capital, gestão e informação. Segundo Castells (1996) a “rede” constitui a nova morfologia social de nossas sociedades. A difusão da lógica de formação de “redes” substantivamente modifica as operações e os produtos nos procesos associados às relações de produção, poder, experiência e cultura; onde o poder dos fluxos das redes tomam precedência sobre os fluxos de poder nas redes. Presença ou ausência numa rede e na dinâmica gerada por cada rede, *vis-à-vis* outros atores, constituirá uma fonte crítica de dominação e mudanças na sociedade emergente: a sociedade-rede.

Entre as características da lógica de formação de redes, a flexibilização desafia as bases da racionalização que permeia a dinâmica da sociedade e o processo de geração de conhecimento. A flexibilização já está forjando o modo de produção de conhecimento (NMPC) que emerge com a nova época. Este Anexo (i) sintetiza a penetração da racionalização na pesquisa agropecuária; (ii) identifica as principais características da lógica da formação de “redes”; e (iii) delinea as características do processo de geração de conhecimento sob a nova lógica da flexibilização requerida pela época emergente.

### **A penetração da racionalização na pesquisa agropecuária**

Estudos sobre burocracias revelam que a racionalização é um processo gerado pela busca para encontrar os meios ótimos para alcançar um determinado fim; todavia, os indivíduos não são livres para realizar esta busca por si mesmos. Ao contrário, regras, regulamentos e estruturas são criadas para determinar ou para ajudar os indivíduos a descobrir os métodos ótimos; uma vez encontrados ou construídos, eles são sistematizados, formalizados e institucionalizados. A “linha-de-montagem” de carros de Henry Ford e a “gerência científica” de Frederick W. Taylor são os exemplos mais

emblemáticos da aplicação prática e do alcance dos imperativos da racionalização no cotidiano das sociedades e organizações.

Como em qualquer outro tipo de organização, o impacto de regras, regulamentos e estruturas nas organizações de ciência e tecnologia pode ser identificado através dos quatro aspectos que constituem a lógica do processo de racionalização: “eficiência, previsão, quantificação e controle”; o que o Sociólogo Max Weber chamou de “racionalidade formal”. Esta tendência para a racionalização de todos os processos, todavia, também gera efeitos colaterais negativos, que ironicamente formam a “irracionalidade da racionalidade”. De forma semelhante aos processos burocráticos de organizações complexas, o processo de pesquisa agropecuária também foi totalmente permeado pelos imperativos da racionalização (SILVA, 1999). Depois de permeados pela lógica e imperativos da racionalização, as organizações e o processo de pesquisa agropecuária passaram a contagiar outros processos e organizações com o mesmo vírus da racionalização que os infectava. Estes aspectos são examinados em seguida:

- **Busca por eficiência na pesquisa agropecuária.** Eficiência é a busca por otimização. A busca pela maximização do uso dos meios para alcançar certos objetivos é a característica comum dos processos de planejamento e gestão de organizações cuja dimensão operativa inclui o manejo de quantidades massivas de dados e documentos. Como toda burocracia racional, organizações de pesquisa são desenhadas como linhas-de-montagem para manejar grandes quantidades de documentos e dados; uma vez criadas, elas continuam a gerar novas regras, regulamentos e estruturas em busca de mais eficiência para suas atividades. Como guardiães da melhor forma de alcançar os fins e objetivos da pesquisa, os gerentes imitam a Frederick Taylor, inventando novas regras, regulamentos e métodos para aumentar a eficiência de seu trabalho (SILVA, 1999).
- **Busca por previsão na pesquisa agropecuária.** Previsão depende de estabilidade. A premissa de um mundo estável, onde turbulências e conflitos são considerados como eventuais e temporários, tem forjado a visão da maioria dos gerentes e planejadores de C&T agropecuária. Esta é a razão porque muitos destes atores ainda hoje esperam que o mundo — a realidade — permaneça imutável para que seus projetos sejam implementados

exatamente como programados. Estabilidade é a premissa para o planejamento e a gestão. A pesquisa se torna sequenciada e linearmente planejada e implementada; da análise à decisão à ação, tudo de uma forma excessivamente mecânica. Modelos assim não facilitam nem buscam a participação de clientes, usuários, sócios e beneficiários nos processos de formação de políticas, tomada de decisão e definição de prioridades associadas à pesquisa agropecuária. A participação destes atores poderia desestabilizar de forma inconveniente a premissa de estabilidade do planejamento e gestão; porque **previsão e precisão requerem controle sobre os fatores de mudança**. Ironicamente, por aderir aos imperativos da racionalidade, as organizações de C&T agropecuária e seus gerentes devem ser também previsíveis. Os atores externos assumem que anualmente eles estarão ofertando determinados produtos e serviços (SILVA, 1999). Assim, pesquisadores e gerentes estão sendo pressionados para anunciar com mais precisão o período de tempo que eles necessitam para entregar os resultados da pesquisa, como se o tempo do processo criativo fosse susceptível à previsão. Se esta tendência continua, o “contrato de gestão” será o próximo passo da penetração da racionalização na pesquisa agropecuária.

- **Busca por quantificação na pesquisa agropecuária.** Quantificar exige a possibilidade de calcular. Visto que o processo de racionalização depende de aspectos quantificáveis da realidade, gerentes, planejadores e pesquisadores têm privilegiado quantidade sobre qualidade, sustentabilidade, competitividade, equidade, e outros aspectos que integram o processo de inovação tecnológica. As organizações de pesquisa são sempre pressionadas para demonstrar seu desempenho; isso tende a privilegiar aspectos factuais e objetivos, considerados como *hard-data*, sobre aspectos fenomenológicos e subjetivos, que são considerados como *soft-data* (MINTZBERG, 1994). O que é considerado científico passa a ser sinônimo de quantitativo; induzindo a um esforço dirigido exclusivamente aos aspectos que podem ser medidos, pesados e contados; enfim, quantificados. Muitos fenômenos ético-filosóficos, ambientais, sociais, econômicos, políticos, institucionais etc., que necessitem ser interpretados a partir dos interesses e das interações humanas que os produzem são negligenciados ou até descartados como não relevantes. Pela mesma lógica, o fator humano associado ao processo de geração de conhecimento tem sido negligenciado por não ser facilmente susceptível à quantificação (SILVA, 1999).

- **Busca por controle na pesquisa agropecuária.** Controlar é exercer poder. Burocracias enfatizam controle sobre as pessoas através do uso de tecnologias não-humanas em substituição a tecnologias humanas e através da substituição da capacidade humana de julgar pelos ditames de regras, regulamentos e estruturas (MINTZBERG, 1994). Não por acaso, os processos de planejamento e gestão da pesquisa são verticais e centralizados, uma das formas mais comuns e arcaicas de assegurar controle sobre pessoas e atividades. A centralização na pesquisa agropecuária separa o pensar do fazer e o planejar do executar, não deixando espaço suficiente para o aporte e julgamento de outros atores da organização e externos à atividade de pesquisa cujos interesses são afetados por seus resultados. Ironicamente, a pesquisa tem sido promovida como uma atividade neutra onde não há lugar para interesses humanos; apenas para evitar que a dimensão ética da prática científica seja discutida e para que os interesses dos que financiam e influenciam o desenvolvimento desta atividade não sejam revelados (SILVA, 1999). Finalmente, se nada revolucionário ocorrer para romper a rigidez da racionalidade que hoje quase paraliza a pesquisa agropecuária, a busca por controle será aperfeiçoada com o apoio da tecnologia da informação. Neste caso, o controle pode ser muito mais paralizante; pois no controle tradicional pelos menos existe a interação cara-a-cara entre controladores e controlados; o que abre espaço para a negociação, o que não ocorrerá com sistemas informatizados e despersonalizados de controle (CASTELLS, 1996).
- **Irrracionalidade da racionalidade na pesquisa agropecuária.** Apesar das contribuições positivas da aplicação da lógica da racionalização à pesquisa agropecuária, seu excesso tem provocado mais problemas do que trazido benefícios. Primeiro, a busca por eficiência tem induzido a esforços dirigidos principalmente ao aperfeiçoamento de processos internos à pesquisa, sem um esforço correspondente para melhorar o impacto de seus resultados. Adicionalmente, lentidão e rigidez têm sido a consequência do excesso de regras, regulamentos e estruturas associadas à gestão dos meios. Segundo, a busca pelo controle das condições que melhoram a previsão tem levado à prática de modelos de pesquisa centrados na oferta e à seleção de problemas simples para a pesquisa (onde se assume uma monocausalidade que absolutamente não existe na realidade). Terceiro, a pressão por quantificação tem induzido a pesquisa a centrar-se mais na

dimensão de produtividade do que em outras dimensões igualmente importantes do agronegócio — sustentabilidade, competitividade, qualidade, equidade etc. Quarto, a busca por **controle** tem forjado uma cultura organizacional contrária aos requerimentos da criatividade e inadequada para as opções do planejamento e gestão flexíveis. A criação de unidades de planejamento nas organizações de pesquisa tem inibido e até abortado iniciativas de flexibilização do processo de geração de conhecimento; sua simples existência define o planejamento como uma atividade para planejadores, não para todos<sup>3</sup>. Finalmente, a conseqüência mais ampla da penetração da racionalização na pesquisa é a reduzida possibilidade de sua interação com o contexto da aplicação do conhecimento durante o processo de sua geração.

### **A lógica da formação de “redes”**

A característica central da época emergente - e que permeia todas as outras transformações em marcha — é a “tendência para a formação de ‘redes’” para organizar atividades e funções da sociedade moderna do Século XXI (CASTELLS, 1996; CHISHOLM, 1996). Sob esta lógica, a época emergente está a forjar a “sociedade-rede”, o “Estado-rede, a organização-rede, a empresa-rede etc.” Até o poder está sendo organizado sob esta lógica; como as redes de poder representadas pelos mecanismo “supranacionais” que implementam os acordos “multilaterais”.

Uma rede é um conjunto de nós interconectados; e um nó é um ponto onde a rede realiza o intercâmbio de insumos e produtos/serviços entre diferentes membros desta rede, que compartilhem os valores, as regras e o propósito central da rede. Uma rede tem a habilidade de se expandir sem limites; integrando novos nós, desde que estes sejam capazes de comunicar-se entre si por compartilhar os códigos comuns de comunicação da rede. Os nós de uma rede são ao mesmo tempo autônomos e dependentes com relação à rede; e eles podem ser parte de outras redes e, portanto, de outros

---

<sup>3</sup> Como conseqüência das características da época emergente e do novo modo de produção de conhecimento, planejadores e unidades de planejamento terão seus papéis e responsabilidades profundamente transformados para servir aos desafios das organizações de C&T agropecuária no Século XXI (SILVA, 1999).

sistemas de meios que buscam alcançar outros objetivos. O desempenho de uma rede dependerá de dois de seus atributos fundamentais: (i) **conectividade** - habilidade estrutural das redes para facilitar a comunicação livre de ruídos entre seus componentes; e (ii) **consistência** - existência de compatibilidade entre o objetivo mais amplo da rede e os objetivos específicos de seus membros (CASTELLS, 1996).

A rede é a única forma de arranjo organizacional capaz de crescer sem nenhuma tendência predeterminada; pois é o **tipo menos estruturado de organização**. Uma rede é um arranjo aberto onde uma pluralidade de componentes heterogêneos podem realmente interatuar e ser coerentes entre si sem distorcer a lógica particular de cada um componente nem a identidade da rede. Não existe nenhum tipo de arranjo organizacional — matriz, árvore, cadeia, círculo etc. — que possa conter uma diversidade de componentes de forma coerente como uma rede. A rede é um sistema aberto à inovação sem que isso ameace sua integridade original. As redes são desenhadas a partir de princípios organizativos horizontais - ao contrário de verticais; um membro de uma rede não tem uma “relação de superior-subordinado” com outro membro da rede. Embora “uma rede seja um arranjo assimétrico”, dificilmente um de seus membros poderia sobreviver fora da rede ou impor seus ditames aos demais (CASTELLS, 1996; CHISHOLM, 1996).

### **A penetração da flexibilização na geração de conhecimento**

Com a nova época emerge também um novo modo de produção de conhecimento (NMPC). O estudo mais extensivo, sério e articulado de interpretação e sistematização do modo emergente para a produção de conhecimento no Século XXI tem sido realizado por cientistas de nacionalidades e disciplinas diversas; o resultado está no livro *The New Production of Knowledge* (GIBBONS et al., 1994). O NMPC não está integralmente em conflito com o modo clássico de produção de conhecimento; os dois podem ser diferentes mas podem ser complementares. A seguir, o NMPC é sintetizado em seus cinco atributos fundamentais:

- **Conhecimento gerado no contexto de sua aplicação. O contexto requer compromisso.** Ao contrário do modo clássico, onde o conhecimento é gerado principalmente em processos internos às organizações que foram desenhadas exclusivamente para esta finalidade, o NMPC exige conhecimento gerado de forma absoluta e deliberadamente comprometida com o contexto de sua aplicação. Os praticantes do NMPC deverão desenvolver a capacidade de reconfigurar conhecimento já existente. Enquanto o modo clássico foi desenhado principalmente (mas não exclusivamente) para gerar conhecimento novo; o NMPC está forjado principalmente (mas não exclusivamente) para reconfigurar conhecimento já existente para os diferentes contextos que o demandam. Quando o conhecimento já existente não é suficiente ou apropriado para preencher as necessidades de certos contextos, somente então deverá haver geração de conhecimento novo (GIBBONS et al., 1994). Para a base inicial de sua prática, o NMPC para a agricultura familiar exigirá um modelo de pesquisa e desenvolvimento (P&D) centrado no entorno e a prospecção de demandas atuais, potenciais e futuras em cadeias produtivas do agronegócio.
- **Esforço transdisciplinar.** Em qualquer contexto a realidade é complexa; como tal não pode ser interpretada e transformada a partir apenas do conhecimento disciplinar já existente. Uma vez que o NMPC emerge apenas para manejar problemas e desafios complexos em diferentes contextos, então este é um esforço que vai mais além das disciplinas já disponíveis. Este esforço totalmente comprometido com a complexidade do contexto demandará a participação de outros tipos de expertos: aqueles talentos humanos que detêm um “conhecimento tácito” imprescindível sobre os problemas e desafios alvo de análise e sobre o contexto que explica suas causas e propõe as pistas mais plausíveis para sua solução. Embora todo especialista pode ser considerado um experto, nem todos os expertos necessitam ser especialistas formalmente treinados. Qualquer ator social, ainda que seja analfabeto, pode ser um experto sobre certos aspectos imprescindíveis para a geração de conhecimento comprometido com o contexto de sua aplicação. Isso exigirá a capacidade de construir e manejar equipes que incluam expertos não reconhecidos como atores clássicos da produção formal de conhecimento (GIBBONS et al., 1994).

- **Diversidade de atores e organizações.** No contexto da aplicação do conhecimento a ser gerado há sempre muitos atores sociais e organizações interessados nesta atividade; todos eles são protagonistas no NMPC. Será praticamente impossível gerar conhecimento válido no contexto de sua aplicação sem incluir a participação destes atores e organizações que integram este contexto. Eles têm a necessidade e todo o direito de participar de um processo que afetará seus interesses e cujas conseqüências positivas e negativas serão assumidas por eles. Isso implicará no desenho e manejo de processos participativos; projetos serão transdisciplinares e eventualmente interinstitucionais. Negociar e manejar conflitos e resistências será uma capacidade imprescindível para a prática do NMPC (GIBBONS et al., 1994). Também será importante definir os princípios orientadores da colaboração entre a equipe de gestão dos projetos e os atores sociais do contexto da geração do conhecimento (SILVA, 1998b).
- **Reflexividade e compromisso sociais.** Sob a lógica do NMPC, reflexividade social é a capacidade para refletir a partir da perspectiva dos demais atores sociais envolvidos no processo de geração de conhecimento; enquanto compromisso social é a capacidade para gerar conhecimento comprometido com as necessidades, realidades e aspirações dos atores sociais do contexto onde o conhecimento será aplicado (GIBBONS et al., 1994). Isso significa que a prática do NMPC exigirá um modelo institucional de intervenção horizontal, contrário aos modelos institucionais de intervenção vertical, onde prevalece a visão dos que monopolizam as decisões na gestão dos projetos. O conhecimento é socialmente distribuído no NMPC; seu acesso é democratizado para que todos os atores sociais dele se apropriem à medida em que o mesmo é gerado. Finalmente a geração, difusão e adoção do conhecimento estarão todas imersas no mesmo processo; não haverá lugar para a falta de integração entre a pesquisa agropecuária e a extensão rural.
- **Controle ampliado da qualidade.** No modo clássico, o processo de controle da qualidade é desenvolvido pelos pares e é considerado como suficiente para determinar a validade do conhecimento gerado. No NMPC isso já não será suficiente. A participação de outros atores e organizações no processo de geração do conhecimento implicará na incorporação de novos critérios e parâmetros para definir o que é e o que não é conheci-

mento válido. Cada categoria de ator social que participe do processo proporá seus critérios e parâmetros para determinar a qualidade do esforço e a validade de seus resultados. Critérios éticos, ambientais, sociais, econômicos, políticos e institucionais serão adicionados; critérios técnico-científicos continuarão importantes, mas não mais serão suficientes (GIBBONS et al., 1994). Finalmente, será necessário criar modelos *sui generis* de avaliação. Esforços de geração de conhecimento realizados sob a lógica do NMPC não poderão ser captados nem propriamente interpretados por modelos desenhados exclusivamente para avaliar a geração de conhecimento sob a lógica do modelo clássico de conhecimento; onde primeiro uns devem gerar o conhecimento, depois outros devem transferi-lo e, finalmente, uma maioria deve adotá-lo. A linearidade que caracteriza o modo clássico de produção de conhecimento não tem espaço sob o NMPC; essa “seqüência mecanicista” não é apropriada para a geração de conhecimento comprometido com o contexto de sua aplicação.

# O desenvolvimento rural sustentável em questão

*Miguel Angelo da Silveira\**

## Introdução

As progressivas mudanças por que passam as instituições públicas brasileiras nos últimos dez anos, são também marcadas pela discussão entre a questão ambiental e a do desenvolvimento. No campo da pesquisa agropecuária, novas reflexões sobre esses dois temas, tanto a partir de uma perspectiva conservadora, forte característica das chamadas ciências biológicas, como da concepção mais sistêmica, marca principal do campo das ciências sociais e humanas, ditam os rumos das investigações e dos modos de intervenção na realidade rural.

Neste sentido, uma das preocupações essenciais, e de significado político, de profissionais de órgãos estatais, da área de ciências sociais, que trabalham com a questão do desenvolvimento rural sustentável, tem sido a de analisar os mecanismos das transformações econômicas e sociais e suas conseqüências sobre o segmento da agricultura familiar. Estratégias utilizadas para auxiliar os estudos dessas questões englobam também a organização de eventos, tais como seminários que propõem metodologias de trabalho específicas na busca de satisfazer as exigências teóricas e práticas do momento.

---

\* Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente. Rodovia SP 340, Km 127,5. CEP 13820-000. Jaguariúna, SP. Endereço eletrônico: miguel@cnpma.embrapa.br – Profissional de Relações Públicas, com Mestrado em Extensão Rural e Doutorado em Ciências da Comunicação. Atualmente em pós-doutorado em Sociologia Rural, Universidade Paris X – Ladys/CNRS, Nanterre, França.

**O movimento das transformações político-sociais recentes ocorridas no Brasil, expressa também características contraditórias no que diz respeito ao futuro da agricultura de base familiar, não deixando antever claramente os seus traços definitivos. Essa é uma consequência direta do controverso assunto da questão agrária brasileira, cujo problema continua sem solução.**

A análise das questões ambientais ou, mais particularmente, a da questão da sustentabilidade relacionada ao segmento familiar da agricultura, têm merecido atenção especial, a ponto de se transformar em proposições das mais discutidas atualmente em tais eventos.

Por via de regra, esses temas são estabelecidos de modo a atender algumas regiões específicas, a partir de reflexões de grupos de pesquisadores e técnicos sobre as distintas situações dos agricultores familiares e de seus problemas. A partir daí a proposta metodológica dos seminários (chamem-se assim os eventos) é definida, tendo em mente encontrar os mecanismos e as formas adequadas que façam face aos numerosos problemas da realidade rural.

O movimento das transformações político-sociais recentes ocorridas no Brasil, expressa também características contraditórias no que diz respeito ao futuro da agricultura de base familiar, não deixando antever claramente os seus traços definitivos. Essa é uma consequência direta do controverso assunto da questão agrária brasileira, cujo problema continua sem solução. Contudo, é possível, em um cenário otimista, pensar que aquelas transformações estejam induzindo à transição para uma nova agricultura familiar, entre outras razões, porque o tema volta à tona e parece ganhar espaço entre a opinião pública, nas organizações não-governamentais, nas instituições de pesquisa e nas universidades.

Não é de se estranhar que seja assim, pois é destacada a capacidade e a importância do segmento da agricultura familiar no contexto de produção agrícola brasileira, tanto no que diz respeito ao abastecimento interno e para exportação, quanto para a manutenção da oferta de ocupação e emprego rural (FAO, 1994). Por outro lado, a agricultura familiar representa a alternativa possível de garantir as fontes de biodiversidade e incrementar a sustentabilidade. Isso se dá porque o modelo baseado na produção familiar tende a utilizar de forma mais racional os insumos internos e por isso, é o que melhor atende às pressões sociais, que têm aumentado no mundo inteiro, no sentido de uma maior preservação do ambiente (PINHEIRO, 1992).

A realização recentemente de dois seminários, em dezembro de 1997 e em dezembro de 1998, intitulados respectivamente, "A agricultura familiar como

base do desenvolvimento rural sustentável<sup>1</sup>” e “Agricultura familiar, desafios para a sustentabilidade<sup>2</sup>” é a indicação clara da incorporação do tema no interior das instituições estatais.

Ante a possibilidade da realização de mais um evento neste ano de 1999, cobrindo a mesma temática, as reflexões deste ensaio tomam duas direções que remetem a alguns elementos possíveis de gerar subsídios que contribuam para o direcionamento dos trabalhos. A primeira delas, procura fazer uma apreciação geral sobre as temáticas dos dois seminários já ocorridos. Nesta linha de direção, este esforço não se traduz em uma empreitada para investigar profundamente os detalhes das programações definidas, mas como uma necessidade de reconstruir a lógica de suas proposições. Já o segundo direcionamento, apresenta uma reflexão sobre as especificidades da agricultura familiar e a sustentabilidade, buscando enfatizar o dinamismo desta forma social de produção.

## **A concepção dos eventos**

O primeiro evento, “A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável” teve o objetivo de analisar e discutir alternativas de políticas públicas, assim como ações integradas e formas de cooperação voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade do meio rural. Considerou-se que a expressão “sustentabilidade” deveria abarcar as dimensões ambiental, cultural, econômica, espacial-geográfica, política e social, para daí serem definidas as seções de trabalho com ênfase em temas como as bases conceituais do desenvolvimento sustentável; o debate do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF; o conhecimento e a informação para a competitividade; o estudo conceitual

---

<sup>1</sup> Organizado por EMBRAPA Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – SDR/MA e pela Rede Brasileira de Capacitação para o Desenvolvimento Rural - Rede FIDA - CIARA (Programa FIDA-CIARA UnB), com a cooperação de outras instituições-parceiras, em Jaguariúna, SP, no período de 15 a 18 de dezembro de 1997.

<sup>2</sup> Organizado por EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento – SDR/MA e pela Rede Brasileira de Capacitação para o Desenvolvimento Rural - Rede FIDA - CIARA (Programa FIDA-CIARA UnB) além de outras organizações-parceiras, em Aracaju, SE, no período de 08 a 11 de dezembro de 1998.

da agricultura familiar *vis-a-vis* à questão ambiental; fontes de financiamento e renda agrícola e não-agrícola.

Já o evento de Sergipe, “Agricultura familiar, desafios para a sustentabilidade”, objetivava reunir um conjunto de elementos teóricos e experiências na linha da produção familiar e desenvolvimento sustentável da agricultura, com vistas a subsidiar políticas públicas. Tendo a transição para a sustentabilidade como ponto central, apresentava como meta reunir um significativo número de entidades de modo a facilitar a cooperação interinstitucional. O público do evento foi formado por uma vasta gama de representantes de instituições, destacando-se pessoas em início de carreira e estudantes. Os temas abarcados cobriram desde a agricultura familiar e os movimentos da economia; a globalização, mercados e a situação atual da agricultura familiar no Brasil; as evidências empíricas dos sistemas de produção e das diferentes formas de inserção comercial; o debate sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; desenvolvimento local, reunindo várias experiências e, por último, experiências de sucesso relacionadas à sustentabilidade do segmento familiar da agricultura.

O grande desafio assumido pelos dois seminários foi o de fazer avançar a discussão com vistas à possibilidade do estabelecimento de um projeto de desenvolvimento rural sustentável e menos excludente para o Brasil. Nessa trajetória, enfatizou-se a importância da agricultura familiar e de sua sustentabilidade, em um contexto de transformação capitalista globalizada, como elementos capazes de viabilizar o processo. É exatamente essa importância desempenhada hoje pela agricultura familiar no processo de democratização do país e, em decorrência, do desenvolvimento das recentes experiências de reforma agrária, os assentamentos, que deve ser destacada. Assim, os seminários, que se deram como medida institucional, buscavam, simultaneamente, fazer avançar o conhecimento neste campo, ao clarificar as propostas metodológicas e tecnológicas e o fortalecimento do setor agrícola familiar.

Os eventos em pauta atenderam aos seus objetivos mais amplos de reunir um número significativo de profissionais e estudantes, dentro das possibilidades impostas pela limitação de recursos e de infra-estrutura, representando o mais amplo leque de entidades ligadas aos temas. Livros foram produzidos, outros estão em fase final de publicação, contendo a coletânea dos textos apresenta-

dos nos diversos segmentos da programação. Essas publicações conterão ainda relatórios de grupos de trabalho que atuaram durante os seminários, textos produzidos por consultores especificamente convidados, contendo uma “leitura” e reflexão sobre os eventos, bem como os relatórios finais.

De difícil quantificação, no entanto, as contribuições dos seminários a serem enfatizadas se inserem no campo do conhecimento adquirido, que na prática poderão, às duras penas, influir na redefinição do modo de conceber as diversas dimensões da relação entre a agricultura familiar e o meio ambiente. Pois, quando muito se sabe, os temas propostos e aceitos pelas direções “neutras” das instituições patrocinadoras, refletem a posição política de uma parcela minoritária de pesquisadores e técnicos, que acreditam na viabilidade do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e se esforçam pelo seu fortalecimento. Nesta contenda, o projeto social desta minoria contempla a necessidade fundamental de analisar o movimento de transformação da relação agricultura familiar/meio ambiente enquanto manifestação de determinadas formas de relacionamento entre os homens, no seu processo de apropriação da natureza. Só nessa abordagem é possível construir um conhecimento adequado ao planejamento de políticas públicas de preservação ambiental eficazes. Porque só nela é possível conhecer a racionalidade da ação agressora do meio ambiente e, conseqüentemente, encontrar os caminhos para o seu redirecionamento no sentido do maior equilíbrio ambiental (D’INCAO, 1995).

Os seminários, enquanto ferramentas de apoio às múltiplas formas de interpretação da realidade da agricultura familiar, evidentemente, não deram conta de atender toda a diversidade e especificidade que formam a problemática produtiva dos sistemas familiares e da sustentabilidade. São inúmeras as formas de abordar esta problemática que vão desde os levantamentos sobre os recursos naturais e o seu uso, sobre o nível tecnológico, as práticas agrícolas utilizadas, a caracterização dos impactos ambientais, e outros elementos importantes. Contudo, há que se relacioná-los às decisões do dia-a-dia no íntimo das unidades de produção, tendo como base a racionalidade sociocultural dos produtores, muito mais do que a racionalidade técnica e econômica somente (SILVEIRA, 1996).

A primeira vista, poder-se-ia crer que, com as programações, as questões de ordem epistemológica e ética, relativas à pesquisa, viessem a ser mais

**...a busca de soluções para os problemas advindos das relações existentes entre a pequena produção familiar e a questão da sustentabilidade, deve ser construída sobre a interdisciplinaridade. Neste contexto, o conhecimento das condições de reprodução dos problemas ambientais pressupõe o conhecimento aprofundado das condições da reprodução social e econômica de seus agentes (SILVEIRA, 1996).**

aprofundadas. Estas permearam as discussões, muito embora não tenham sido enfrentadas de maneira prioritária.

Reconhece-se que as relações sociais de produção no campo brasileiro têm sido marcadas historicamente pela extrema concentração da terra e dos demais meios de produção nas mãos de uma minoria privatizadora do poder político, e pela conseqüente exclusão do acesso à terra, aos demais meios de produção e ao direito de participação política, da grande maioria da população. Nesta circunstância, a pesquisa e a tecnologia agropecuária produzidas por instituições públicas - que vêm sendo, por sua vez, marcadas historicamente pelos interesses de uma minoria - na hipótese de uma relação Estado/Sociedade mais democrática, deveriam estar orientadas para os interesses públicos ou da sociedade como um todo (Silveira, 1996).

Essa noção é importante também para chamar a atenção para o fato de que a busca de soluções para os problemas advindos das relações existentes entre a pequena produção familiar e a questão da sustentabilidade, deve ser construída sobre a interdisciplinaridade. Neste contexto, o conhecimento das condições de reprodução dos problemas ambientais pressupõe o conhecimento aprofundado das condições da reprodução social e econômica de seus agentes (SILVEIRA, 1996).

Por outro lado, seminários desta natureza via de regra, mesmo que não intencionalmente, assumem uma postura notadamente paternalista em relação aos agricultores familiares, dada a centralização em mãos de especialistas. Em ocasiões tais, uma questão sempre vem à tona e diz respeito à pequena (às vezes nenhuma) participação de agricultores familiares ou de organizações representativas da categoria. Evidentemente, trata-se de uma questão de difícil solução, uma vez que a metodologia desses seminários, quando muito, prevê o convite a alguns poucos dirigentes de organizações de produtores familiares. A busca de uma metodologia que permita uma maior integração entre os técnicos das instituições públicas e representantes de entidades representativas de agricultores, e mesmo de um número representativo de agricultores, deve ser incentivada. Os eventos de Jaguariúna, em dezembro de 1997, e o de Aracaju, em dezembro de 1998, seguiram a tradição de seminários com exposições de especialistas seguidas de debates, visando propiciar a articulação de experiências.

Finalizando, faltou enfatizar nos dois seminários em questão, uma discussão mais profunda sobre a valorização do saber do agricultor familiar (ator social local) ou o chamado saber local. Também houve carência de experiências realmente interdisciplinares que levassem em conta, por exemplo, alternativas viáveis centradas na agroecologia, em função do grande potencial da agricultura familiar. Ademais, não houve ênfase em pesquisas participativas baseadas em condições reais das propriedades, ou na linha da interação social, com base nas chamadas metodologias de planejamento participativo, visando a intervenção na realidade local.

### **Agricultura familiar e sustentabilidade<sup>3</sup>**

O padrão tecnológico dominante na produção agrícola atual foi desenvolvido para as demandas do mercado. As monoculturas têm-se apresentado como o modelo mais adequado a esses requisitos, visto que elas se dirigem à exploração de um único cultivo que esteja num determinado momento oferecendo maiores oportunidades de lucro.

Todavia esse modelo modernizante, após longo tempo legitimado (principalmente, pela sua elevada produtividade), mostra hoje suas mazelas. De um lado, provocou a expropriação econômica de um grande contingente de trabalhadores, a sua expulsão do campo e a baixa oferta de alimentos aos consumidores urbanos. De outro, ocasionou uma rápida depreciação dos ecossistemas com grandes desmatamentos, redução da biodiversidade, erosão do solo e contaminação de águas e do homem.

A pequena produção familiar que não foi expulsa nesse processo, modernizou-se parcialmente e sofreu uma dupla expropriação. Do lado da produção houve um aumento considerável dos custos, devido à adoção de insumos externos. Da parte da formação dos preços dos produtos agrícolas, onde da mesma forma os pequenos agricultores não têm poder de barganha, a tendência é sempre a da depreciação destes valores. A situação dos produtores familiares, desse modo, é a de estar continuamente no limite da sobrevivência.

**O padrão tecnológico dominante na produção agrícola atual foi desenvolvido para as demandas do mercado. As monoculturas têm-se apresentado como o modelo mais adequado a esses requisitos, visto que elas se dirigem à exploração de um único cultivo que esteja num determinado momento oferecendo maiores oportunidades de lucro.**

---

<sup>3</sup> Grande parte deste segmento foi baseada em Canuto; Silveira, Marques (1994, p. 57-63).

Embora as “explorações familiares não constituam um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo” (LAMARCHE, 1993), existem nelas características que as diferenciam de outras formas de produção e vivência, como são colocadas a seguir:

- uma inter-relação entre produção e consumo, em que se coloca como primordial produzir para cobrir necessidades básicas da família. Só a partir da satisfação dessa condição é que se colocam produtos no mercado. A reprodução social desses trabalhadores está muito em função da produção para consumo próprio;
- o trabalho geralmente não é valorado economicamente, sendo apenas uma condição para obter a produção, que, por seu turno, representa a subsistência;
- a importância estrutural do núcleo doméstico, como condição básica da racionalidade do trabalho e gestão dos sistemas agrícolas;
- há um complexo de inter-relacionamentos, com hierarquias simples e solidariedades no trabalho e na vivência mais ampla. Uma característica do campesinato no Brasil e sua fragilidade política, em que a própria manutenção da sua terra está sempre em risco (CANUTO; SILVEIRA; MARQUES, 1994).

Diferencia-se, pois, do campesinato europeu, ou do campesinato clássico. Pode-se afirmar:

de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade especial e a dependência ante a grande propriedade (BRUMER et al, 1993).

A compreensão do funcionamento do campesinato “significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o explorador determina suas escolhas fundamentais” (LAMARCHE, 1993). Este autor se detém em cinco lógicas principais, as quais compõem quadros em que se apresentam simultaneamente: os sistemas de produção, os fundiários, os familia-

res, os de valores e os de representação: “Diríamos que um explorador está numa lógica produtivista, outro em uma lógica de acumulação fundiária, em uma lógica familiar etc.” (LAMARCHE, 1993).

Independente da diversidade, a persistência, é às vezes até a recriação da pequena produção é um fato mundial. A racionalidade do sistema econômico coloca também a necessidade do campesinato e, na situação de risco alimentar e de crise social que hoje vive o Brasil e os países do Terceiro Mundo, a virtualidade de se aumentar os núcleos produtivos com políticas de reforma agrária.

Nos últimos anos a economia mundial mostrou algumas importantes mudanças de tendência, que buscam dar solução a determinados setores em crise. Dentre elas, estão as respostas que o capital é obrigado a elaborar diante da questão ambiental, entendida como um processo generalizante de emergência e visibilidade econômica ou política dos impactos da atividade humana sobre o meio ambiente, em sua dupla manifestação: a pressão dos movimentos sociais e ambientalistas e o incremento da degradação dos recursos naturais diretamente econômicos. Tais respostas costumam ser tanto retóricas como práticas.

Parte dos autores postula que as mudanças representam adaptações superficiais do capital às novas condições de produção, por meio das quais podem ser mantidas as relações sociais dominantes. Outros autores têm a convicção de que a questão ambiental pressupõe novos procedimentos que vão além das contradições do capital, ou em outras palavras, que esta questão atinge a todos, propicia a oportunidade do debate e pode oferecer soluções de superação do sistema vigente, rumo a uma sociedade em todos os sentidos mais solidária.

O setor agrícola contribui de forma notável para a geração de impactos ambientais, pertencendo hoje a pauta de preocupações sócio-ambientais que exigem mobilização política. O ritmo desta mobilização é bastante diverso para a realidade dos países da periferia e do centro. Enquanto nos últimos há uma importante gama de mecanismos práticos, políticos e tecnológicos, em curso desde muitos anos, em países como o Brasil, tal mobilização se manifesta pelo começo da discussão sobre políticas, planos,

**Nos últimos anos a economia mundial mostrou algumas importantes mudanças de tendência, que buscam dar solução a determinados setores em crise. Dentre elas, estão as respostas que o capital é obrigado a elaborar diante da questão ambiental...**

**O setor agrícola contribui de forma notável para a geração de impactos ambientais, pertencendo hoje a pauta de preocupações sócio-ambientais que exigem mobilização política. O ritmo desta mobilização é bastante diverso para a realidade dos países da periferia e do centro.**

programas, leis e linhas de investigação tecnológica, além de incipientes experiências no âmbito produtivo.

A agricultura constitui um dos setores da economia de importância central neste debate e nos projetos de mudança. Fatores políticos e econômicos de ordem interna e de ordem externa à atividade agrícola exigem o controle das irracionalidades ecológicas mais evidentes.

**Os graves impactos ambientais provocados pela agricultura moderna podem ser entendidos como o rompimento da estabilidade dos ecossistemas e a conseqüente redução da sustentabilidade ecológica.**

Levando-se em consideração que os impactos externos à agricultura geram preocupação principalmente nos grandes conglomerados urbanos, os impactos ambientais da atividade agrícola têm, e freqüentemente expressam, um grande potencial de politização.

A integração das demandas econômicas (internas e externas à agricultura) e políticas, induz a um importante projeto de mudança dos modos de fazer agricultura. Entre eles, há os que o capital está disposto a por imediatamente em marcha, por razões econômicas, e há os que deverá incorporar por força das pressões crescentes do movimento de conscientização político-ecológica.

**Em sistemas camponeses, a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento da lógica de reprodução social da família.**

Os graves impactos ambientais provocados pela agricultura moderna podem ser entendidos como o rompimento da estabilidade dos ecossistemas e a conseqüente redução da sustentabilidade ecológica. Ainda que certos graus de artificialização e homogeneização sejam imanentes a quase toda a atividade econômica, a agricultura moderna tem mostrado uma desmesurada falta de limites na agressão ao meio natural colocando em risco, ao largo do tempo, sua sustentabilidade. A correção destas irracionalidades implica, pois, uma volta a sistemas mais diversos e complexos. Isso já pode ser considerado uma tendência, tanto pela crescente preocupação científica, como por ações práticas em expansão.

Em sistemas camponeses, a ecologia não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor e fundamento da lógica de reprodução social da família. Em geral, esta lógica reprodutiva é assegurada ao destinar-se importante parte da produção para o consumo interno e pela determinação em permanecer na terra, em resumo, pelo esforço para manter sua autonomia. Em conseqüência, suas relações com o mercado são menos

próximas que para todos os outros sistemas. São os sistemas de agricultura camponesa, ou seja, nos quais há uma predominância dos comportamentos chamados tradicionais tanto pelo lado da tecnologia, como de suas expressões socioculturais. O trabalho é de natureza familiar e, em casos menos freqüentes, se manifesta em forma de solidariedade grupal ou comunal. Em relação à sua importância enquanto grupo econômico, os sistemas camponeses são minoritários e cada vez mais escassos. No entanto, representam as últimas fontes preservadas de biodiversidade e do conhecimento necessário para gerir tal diversidade em sistemas agrícolas complexos. Desse modo, são sistemas com potencial para fornecer informação genética e tecnológica para incrementar a sustentabilidade de outros sistemas.

Já os sistemas de pequena agricultura parcialmente modernizada, estão próximos ao monocultivo característico da agricultura moderna causadora de graves impactos ambientais, desde o ponto de vista tecnológico e do mercado, mas são mais permeáveis à gestão da complexidade, como visto, tanto por suas condições propriamente ecológicas, como pela estrutura e organização do trabalho. Esta situação representa o equilíbrio instável e a noção de movimento entre duas tendências, uma oikologizante e outra encaminhada ao comportamento empresarial.

A real sustentabilidade, como dimensão completa, está fortemente relacionada à aquisição de estabilidade ecológica, à qual pode ser obtida em sistemas mais complexos de policultivo os mais afeitos e adequados à gestão agroecológica.

As características intrínsecas da agricultura familiar podem ser associadas às principais necessidades de base para o estabelecimento de uma agricultura ecológica. A importância estrutural do núcleo familiar, que se orienta primordialmente à garantia da reprodução social, traz consigo, assim, pelo menos duas decorrências.

Uma primeira e fundamental decorrência é a visão sobre preservação dos recursos naturais numa perspectiva, não da próxima colheita, mas da próxima ou próximas gerações. A segunda é a versatilidade para manejar os recursos agrícolas disponíveis. Do ponto de vista produtivo, a experiência adquirida em condições muitas vezes limite, confere uma garantia adicional de continuidade de reprodução econômica a esses sistemas.

**...os sistemas de pequena agricultura parcialmente modernizada, estão próximos ao monocultivo característico da agricultura moderna causadora de graves impactos ambientais, desde o ponto de vista tecnológico e do mercado, mas são mais permeáveis à gestão da complexidade, como visto, tanto por suas condições propriamente ecológicas, como pela estrutura e organização do trabalho.**

**As características intrínsecas da agricultura familiar podem ser associadas às principais necessidades de base para o estabelecimento de uma agricultura ecológica.**

**...a agricultura familiar tem grande potencial para a incorporação das propostas agroecológicas, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos. De um lado, o domínio do uso de insumos e técnicas e, de outro, os conhecimentos tradicionais de gestão que ultrapassam o cultivo e se orientam a toda a propriedade, com suas inter-relações e complementaridades, constituem um patrimônio cultural ainda restante após a modernização dos sistemas agrícolas.**

Ademais, existe maior controle no processo de trabalho, que permite tratar de processos e cultivos com características genéticas, épocas de plantio, tratos culturais, exigências climáticas e edáficas diversas, o que equivale a dizer que a agricultura de base familiar adquiriu uma habilidade nada desprezível para lidar com a complexidade de um sistema produtivo. Num sentido complementar, mais disponibilidade relativa de mão-de-obra e facilidade na sua alocação para trabalhos com certa necessidade de trato artesanal, são características também importantes.

É de se salientar que a agricultura familiar tem grande potencial para a incorporação das propostas agroecológicas, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos. De um lado, o domínio do uso de insumos e técnicas e, de outro, os conhecimentos tradicionais de gestão que ultrapassam o cultivo e se orientam a toda a propriedade, com suas inter-relações e complementaridades, constituem um patrimônio cultural ainda restante após a modernização dos sistemas agrícolas. Pode-se ilustrar como uma dessas expressões culturais substanciais, a persistência de formas de solidariedade (ajudas mútuas, mutirões etc.) que se estabelecem para superar dificuldades da produção e, num plano geral, as da sobrevivência. Além de tudo, e um pouco como resultante, a agricultura familiar tem notável capacidade de produzir excedentes para o mercado, com diversidade e quantidade apreciáveis.

No entanto, os sistemas de pequena agricultura, por falta de alternativas ecológicas, incorporam volumes variáveis de tecnologia moderna. Os de incorporação massiva do modelo moderno, têm um potencial de degradação ambiental comparável, às vezes, aos sistemas majoritários de monocultivo orientados para o mercado e que servem de contraponto àqueles de base familiar.

## **Cenário organizacional**

Não se tem, neste espaço, a pretensão de empreender uma análise histórica detalhada para poder explicar a etapa atual do ambiente institucional da pesquisa relacionado à questão da sustentabilidade da pequena produção

familiar. Apesar da predominância, no Brasil, de um grande número de pessoas famintas e de um padrão de produção agropecuária que não pode ser considerado sustentável, notam-se, à luz das mudanças econômicas mais recentes, novas situações no campo que seriam indicadoras de alguma esperança para o segmento familiar. Pelo lado da produção, percebe-se uma maior preocupação com a preservação ambiental, refletida no menor uso de insumos químicos e respeito à produção ecologicamente saudável. Já, quanto aos consumidores, identifica-se uma demanda diferenciada por produtos de qualidade, de acordo com as exigências de saúde, que se reflete no aumento do consumo de produtos orgânicos. Esses fatos favorecem o agricultor familiar, dada sua diferença de racionalidade econômica, comparada à do agricultor patronal, quanto às decisões relativas à produção e investimento (MUNGUIA PAYÉS; SILVEIRA, 1997). A estas características soma-se o fato da agricultura familiar ter, no que diz respeito aos recursos naturais, a perspectiva da preservação voltada para o futuro e não para a próxima safra além do conhecimento da operação de sistemas diversificados.

Mais especificamente, existem hoje iniciativas organizacionais que apontam para a viabilidade da agricultura familiar como uma categoria capaz de levar adiante propostas de desenvolvimento, como são destacadas por Abramovay (1998). Simultaneamente, estas iniciativas indicam também a existência de um ambiente institucional diferenciado, de onde, por certo, emergiram as condições objetivas de realização dos dois seminários em questão e as idéias ali defendidas. Daí se entende também que estes dois novos aspectos, que se complementam, poderiam abrir para si mesmos novos campos de possibilidades, inclusive o da diminuição da oposição entre o sistema de pesquisa oficial e a agricultura familiar.

Nesse sentido, segundo Abramovay (1998), os destinos dos espaços rurais de predominância da agricultura familiar, são determinados “por suas dotações físicas, por suas infra-estruturas, mas também pela capacidade das populações que aí habitam de se transformarem em protagonistas da descoberta e da valorização de seus potenciais”.

Veiga (1998) concorda com esta indicação de mudanças, apontando a atuação do Movimento dos Sem-Terra (MST), apoiada pela opinião pública,

**...os destinos dos espaços rurais de predominância da agricultura familiar, são determinados “por suas dotações físicas, por suas infra-estruturas, mas também pela capacidade das populações que aí habitam de se transformarem em protagonistas da descoberta e da valorização de seus potenciais”.**

**Os novos contornos passam pela constituição de novas relações de trabalho no meio rural, a partir do aparecimento de novas atividades produtivas, como o lazer, o turismo, os serviços e mesmo a industrialização, quase todas vinculadas a atividades não-agrícolas. São novos atores sociais que são gestados, como produto de uma crise da agricultura, por um lado, e do avanço do processo de globalização, por outro lado, que se expressam de maneira diferenciada em cada país ou região.**

que desde 1985 consegue dar um ritmo à reforma agrária de 70 mil famílias assentadas por ano - muito acima das 5,5 mil famílias assentadas, em média, nos 20 anos da ditadura militar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em junho de 1996, é considerado por Veiga como de incentivo à estruturação familiar de produção agrícola e tem conseguido contribuir para a formação de um novo ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rural.

Segundo ainda o mesmo pesquisador, no artigo de O Estado de S. Paulo (1998),

o PRONAF aposentou as antigas políticas de crédito para pequenos agricultores, agregando melhoria da qualidade de vida, aprimoramento profissional, adoção de tecnologia, adequação e implantação de infra-estrutura por meio de parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais com a iniciativa privada muito embora considere esses resultados ainda “acanhados”, uma vez que apenas uma parcela de 102 mil agricultores esteja sendo atendida.

Silva, Balsadi e Del Grossi (1997), destacam as mudanças que ocorrem dentro da categoria agricultura familiar, no que diz respeito à dinâmica do emprego, diante das possibilidades de ocupação de seus membros em atividades não-agrícolas ou urbanas nos mercados locais. Afirma a necessidade de considerar outras variáveis no conjunto de análise, que decorrem da crescente urbanização do campo que, por sua vez, provoca uma diversificação das atividades. Entre estas variáveis, segundo o mesmo autor, incluem-se as atividades rurais não-agrícolas, tais como a moradia, o turismo, o lazer e outros serviços. Aponta também a existência de “... atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de pequenos negócios agropecuários intensivos (psicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que buscam ‘nichos de mercado’ muito específicos para sua inserção econômica”.

Silveira e Vilela (1998), nesta mesma via de análise, chamam a atenção para os novos contornos que tem apresentado o meio rural, em função de um conjunto de fenômenos relativamente recentes. Os novos contornos pas-

sam pela constituição de novas relações de trabalho no meio rural, a partir do aparecimento de novas atividades produtivas, como o lazer, o turismo, os serviços e mesmo a industrialização, quase todas vinculadas a atividades não-agrícolas. São novos atores sociais que são gestados, como produto de uma crise da agricultura, por um lado, e do avanço do processo de globalização, por outro lado, que se expressam de maneira diferenciada em cada país ou região. Nesta nova ruralidade a amplitude das possibilidades de reprodução dos agricultores familiares fora das atividades agrícolas faz com que estes passem a ter um caráter muito mais pluriativo. Diante disso, a conclusão é de que, ao invés de “agricultura familiar”, torna-se mais adequado falar de uma “produção familiar”.

As possibilidades da agricultura familiar são limitadas, dada a falta de recursos, pessoal capacitado, conhecimento tecnológico adequado ou alternativas ao padrão tecnológico moderno. Isto implica na necessidade do estabelecimento de um conjunto de ações, por parte do Estado e dos movimentos sociais, que fortaleça os diversos sistemas de produção familiares na transição rumo à sustentabilidade. De acordo com Abramovay (1995), o Brasil tem condições favoráveis para aumentar sua produção com menos riscos ecológicos e econômicos, centrada na inclusão de um grande número de famílias no mercado. Esse mesmo autor ressalta as recomendações básicas do relatório da FAO (Nikos Alexandratos – World Agriculture: towards 2010. John Wiley and Sons, 1995), como capazes de ajudar o país a enfrentar o desafio da construção de uma agricultura sustentável: “Terra, educação, pesquisa no sentido de estimular formas de intensificação produtiva menos dependentes de meios mecânicos e de insumos químicos convencionais [...]”

Contudo, para a efetivação destas recomendações deveria haver, no mínimo, o reconhecimento de que a pesquisa agropecuária, ou a pesquisa científica de um modo geral, assim como a tecnologia por ela informada, são o resultado (e conseqüentemente também a expressão) de determinadas relações sociais de produção ou, mais simplesmente, de diferentes modos dos homens se organizarem para produzir. Tal transformação possibilitaria a opção, no seio de uma instituição pública – a Embrapa, de reorientação da pesquisa agropecuária no sentido dos interesses dos pequenos produtores familiares e, em decorrência, da sociedade como um todo. Com isso, adviria

**As possibilidades da agricultura familiar são limitadas, dada a falta de recursos, pessoal capacitado, conhecimento tecnológico adequado ou alternativas ao padrão tecnológico moderno. Isto implica na necessidade do estabelecimento de um conjunto de ações, por parte do Estado e dos movimentos sociais, que fortaleça os diversos sistemas de produção familiares na transição rumo à sustentabilidade.**

a possibilidade de articular, teórica e praticamente, a questão ambiental à questão do desenvolvimento da agricultura familiar, pela via do moderno conceito de agricultura sustentável, de cuja base fazem parte os projetos políticos da agroecologia e da maior autonomia relativa (menor dependência econômica) dos pequenos produtores agrícolas familiares (D'INCAO, 1995).

## Conclusões

De um modo amplo, o que se esperava com a organização dos dois seminários era a mobilização do conhecimento orientado para o desenvolvimento de ações práticas no sentido, de um lado, do fortalecimento da pequena agricultura familiar e, de outro, da recuperação do equilíbrio ambiental. Ou seja, tinha-se em vista, oferecer subsídios para programas voltados para o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável da agricultura familiar.

Os resultados dos dois eventos citados contribuíram de fato para o encaminhamento de alternativas positivas. A impressão que ficou foi que certas idéias, a respeito de uma série de acontecimentos contemporâneos, “começaram a ser colocadas no lugar”. Contudo, a prática corrente de condução de trabalhos de seminários como os aqui analisados, quando não contemplam adequadamente os valores dos agricultores familiares, acabam por reforçar as regras do jogo.

Neves (1998), destacando o que vários autores consideram como uma “posição subordinada” dos agricultores familiares ante as ações de órgãos do Estado, alerta que via de regra esses agricultores são “sistematicamente objeto de intervenção, mais ou menos violenta, fundada em sua desqualificação para eliminação ou domesticação”.

No entanto, há hoje sinais de que estratégias criativas, que associam o conhecimento científico com as práticas de campo nas comunidades de agricultores, sejam viáveis de implementação no âmbito das instituições estatais, mais especificamente, de pesquisa. O trabalho com base em metodologias participativas deve ser visto como um meio de levantar e analisar os problemas ambientais e sociais e ao mesmo tempo de buscar as

**...há hoje sinais de que estratégias criativas, que associam o conhecimento científico com as práticas de campo nas comunidades de agricultores, sejam viáveis de implementação no âmbito das instituições estatais, mais especificamente, de pesquisa. O trabalho com base em metodologias participativas deve ser visto como um meio de levantar e analisar os problemas ambientais e sociais e ao mesmo tempo de buscar as soluções, porque são resultados de relações sociais específicas.**

soluções, porque são resultados de relações sociais específicas. Deste modo o conhecimento produzido pode dar ao pesquisador interventor, preocupado com a preservação ambiental, as condições de um diálogo democrático com os agentes sociais em questão, orientado para a solução dos problemas selecionados. Fora disso, a pesquisa estará sempre informando políticas autoritárias e de resultados duvidosos (BETTIOL, 1996).

Uma sugestão para um desejável e possível próximo seminário, consistiria em projetar caminhos destinados à definir um instrumental metodológico adequado e inovador, de modo a reforçar a pesquisa com base no saber local e sustentabilidade ou, agroecologia. Assim, tornar-se-ia necessário definir os elementos determinantes destas metodologias, a começar pelos pressupostos epistemológicos e filosóficos que lhes dariam sustentação. Ante esta estratégia, um seminário com este âmbito de ação deve compreender atividades relacionadas a diversos contextos da realidade do agricultor, inclusive, evidentemente, com o seu envolvimento mais efetivo. Contudo, é necessária a adequação de mecanismos e estratégias que viabilizem esta participação.

Uma possível via de concretização seria a de coordenar a divulgação, por agricultores, pesquisadores ou outros técnicos (os agentes sociais externos), de experiências e de projetos de pesquisa cujas prioridades foram estabelecidas em conjunto ou com base em interesses dos atores sociais locais.

Talvez esteja aí uma tentativa válida de encaminhar a proposta de um próximo seminário. O ambiente institucional, político e ideológico atual, no contexto das agências públicas e com o Estado, apesar de apontar para uma forte ênfase às regras do jogo e apresentar uma oposição aos valores, normas e crenças dos movimentos sociais, ainda permite a defesa de interesses ditos progressistas, como os da agricultura familiar e sustentabilidade.

## Referências

ABRAMOVAY, R. A fome no mundo em 2010: um relatório da FAO. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1995.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.15, n.1, p.132-152, 1998.

BETTIOL, W. (Coord. *Agricultura, educação e participação: a emergência do desenvolvimento rural sustentável*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1996. Não paginado. (EMBRAPA. Programa 11 - Proteção e Avaliação da Qualidade Ambiental. Projeto 11.0.96.231). Subprojeto encerrado.

BRUMER, A.; DUQUE, J.; LOURENÇO, A. F.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional. I: uma realidade multiforme*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

CANUTO, J.C.; SILVEIRA, M.A. da; MARQUES, J.F. Sentido da agricultura familiar para o futuro da agroecologia. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 5, n. 9, p. 57-63, jul./dez. 1994.

D'INCAO, M.C. *Avaliação de impactos sócio-ambientais em áreas de assentamento rural: avaliação de impactos ambientais x análise de sistemas de produção x agricultura sustentável*. [S.1.: s.n., 1995?]. Não paginado. Contribuição apresentada ao Projeto Avaliação de Impactos Sócio-Ambientais e Agricultura Familiar. 11.0.96.231 - Programa 11 - Proteção e Avaliação da Qualidade Ambiental - Embrapa.

FAO. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar: versão preliminar*. Brasília, DF, 1994. (Projeto UTF/BRA/036/BRA)

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MUNGUIA PAYÉS, M.A.; SILVEIRA, M.A. da. *A racionalidade econômica do empresário familiar*. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1997. (EMBRAPA-CNPMA. Documentos, 10).

NEVES, D.P. O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D.M. da; TAVARES, E.D.; GUEDES, V.G.F.; NOGUEIRA, L.Q.R. (Ed.) *Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade: coletânea*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 1998. p.13-31.

PINHEIRO, S.L.G. O papel do enfoque sistêmico nas ações de pesquisa e extensão rural voltadas a agricultura familiar. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 19-21, dez. 1992.

SILVA, J.G. da.; BALSADI, O.V.; DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.11, n.2, p.50-64, abr./jun. 1997.

SILVEIRA, M. A. da (Coord.) *Avaliação sócio-ambiental de impactos e agricultura familiar*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1996. Não paginado. (EMBRAPA. Programa 11 - Proteção e Avaliação da Qualidade Ambiental. Projeto 11.0.96.231). Projeto encerrado.

SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. Agricultura e o processo de Internacionalização ambiental: notas introdutórias. In: SILVEIRA, M. A da; VILELA, S. L. de O. (Ed.) *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998. p. 9-14. (EMBRAPA-CNPMA. (Documentos, 15).

VEIGA, J.E. da. Agricultura familiar é apontada como modelo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 jul. 1998.

## **Números anteriores dos Cadernos da Oficina Social**

**Caderno 1**

**Compromisso Social: um novo desafio para as organizações**

**Caderno 2**

**Projetos Inovadores da Oficina Social**

**Caderno 3**

**Desenvolvimento Local**

**Caderno 4**

**Prêmio Mobilização - Edição especial**

**Caderno 5**

**Desenvolvimento Local: práticas inovadoras**

**Caderno 6**

**Construindo Cidadania em Comunidades de Baixa Renda: da idéia à ação**

Estes volumes estão disponíveis em [www.coeprasil.org.br](http://www.coeprasil.org.br)  
e podem ser solicitadas à Oficina Social.

**Mantenedores do Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania - Oficina Social**

